



ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE

Maria Lucia Fattorelli
ORGANIZADORA

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO

Brasília, 4 a 7 de outubro de 2011
Artigos e pronunciamentos dos palestrantes



REALIZAÇÃO:



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Maria Lucia Fattorelli

AUTORES

PALESTRANTES: Eric Toussaint, Daniel Munevar, Marcelo Carcanholo, Pedro Paez, William Gaviria, Marcos Arruda, Sofia Sakorafa, Kjetil Abildsnes, Maria Lucia Fattorelli, Miriam Ayala, Cecile Lamarque, Daniel Bin e Rodrigo Ávila

COORDENADORES E RELATORES DOS PAINÉIS: Cláudio Antônio Tonegutti, Althen Teixeira Filho, Floriano José Martins, Delci Franzen, Paulo Barela, Maria Eulália Alvarenga e Joelson Dias

PARTICIPANTES INTERNACIONAIS: Romulo Torres, Angel Furlan, Guillermo Berganza, Jorge Marchini, Jose I. Acunha, Julie Duchatel, Ramiro Chimurris e Waldo Gómez.

DESENHO DA CAPA

Cristine Maia

FOTOS

Flávia Alli e Cecile Lamarque

REVISÃO

Nara Severo Lucas

DIAGRAMAÇÃO, EDIÇÃO e IMPRESSÃO

INOVE Gráfica e Editora

Ficha catalográfica

Fattorelli, Maria Lucia.
F252a Alternativas de enfrentamento à crise, Maria Lucia Fattorelli (org.) -
Brasília: Inove Editora, 2012.
192 p.

ISBN 978-85-66343-02-1
1. Dívida Pública. 2. Crise Financeira. 3. Auditoria. 4. Alternativas. 5.
Impactos sociais. 6. Internacional.

338.124.4 CDU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	---

AGRADECIMENTOS	11
-----------------------------	----

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	----

Abertura dos trabalhos - Maria Lucia Fattorelli

Pronunciamentos de autoridades integrantes da Mesa de Abertura Solene do Seminário Internacional ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE: Dr. Marcos Vinicius Furtado Coelho, Ministra Iriny Lopes, Senador Randolfe Rodrigues, Deputados Federais Paulo Rubem Santiago, Jean Wyllys e Ivan Valente, Dom Guilherme Antônio Werlang, Professor Paul Singer, Deputado Estadual Adelmo Carneiro Leão, Embaixador Horácio Sevilla Borja, Dr. José Luis Serafini Boll, Embaixador Dr. Dimitri Alexandrax e Deputada Sofia Sakorafa

PAINEL I

Crise Financeira, Ambiental, Alimentar e Social, e Especulação	39
---	----

Palestrantes:

Eric Toussaint – Presidente do CADTM / Bélgica

Daniel Munevar – CADTM / Colômbia

Marcelo Carcanholo – Professor Doutor/ Universidade Federal

Fluminense

Coordenador e relator do Painel I

Cláudio Antônio Tonegutti - ANDES/SN

Althen Teixeira Filho - ADUFPEL

PAINEL II

Integração Financeira Regional, Nova Arquitetura e Banco do Sul	59
--	----

Palestrantes:

Pedro Paez – Presidente da Comisión Técnica Presidencial Ecuatoriana para el diseño de la Nueva Arquitectura Financeira Regional /

Banco del Sur

William Gaviria – Coordenador do CADTM – América Latina	.64
Marcos Arruda – PACS e Rede Jubileu Sul Brasil	69
Coordenador e relatora do Painel II:	
Floriano José Martins – ANFIP	72
Irmã Delci Franzen – Pastorais Sociais da CNBB	75

PAINEL III

Dívida Pública: Impactos Sociais, ao Patrimônio Nacional e a Necessidade de Auditoria da Dívida	77
--	----

Palestrantes:

Sofia Sakorafa – Deputada do Parlamento Helênico / Grécia	79
Kjetil Abildsnes – Norwegian Church Aid’s Economic Advisor / Noruega	87
Maria Lucia Fattorelli – Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida	91

Coordenadores e relator do Painel III:

Maria Eulália Alvarenga – Coordenadora Executiva do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida	98
Paulo Barela – Dirigente da CSP/Conlutas	101
Joelson Dias – Representante do Conselho Federal da OAB	103

CARTA DE BRASÍLIA	107
--------------------------	-----

Apresentada por Rodrigo Ávila

EVENTO INTERNO

Apresentação de Projeto para realização de Manual de Auditoria Cidadã da Dívida	113
Maria Lucia Fattorelli	119
Miriam Ayala	124
Cecile Lamarque	131

Artigos de Participantes Internacionais	135
--	-----

Romulo Torres	137
Angel Furlan	140
Guillermo Berganza	141
Jorge Marchini	143
Jose I. Acuña	148
Julie Duchatel	151
Ramiro Chimuris	154
Waldo Gómez	157

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - Seminário Conjunto promovido por Comissões
Parlamentares**

Especulação e Crise Financeira, Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública	159
---	------------

MINI-CURSO

Dívida pública: processos, crise e participação popular	167
Prof. Daniel Bin	171
Maria Lucia Fattorelli, Rodrigo Ávila e Miriam Ayala	178

REPERCUSSÃO DO SEMINÁRIO NA IMPRENSA	187
---	------------

APRESENTAÇÃO

A conjuntura de crise financeira mundial motivou a Auditoria Cidadã da Dívida e o Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM-AYNA) a organizarem o III Seminário Internacional Latino-Americano – ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE em Brasília no período de 4 a 7 de outubro de 2011.

O momento exige a mobilização da sociedade para discutir as verdadeiras causas dessa crise, que explodiu nos Estados Unidos e Europa em 2008. Essa crise tem como cenário principal a especulação financeira decorrente da desregulamentação do funcionamento do setor financeiro mundial inserido no modelo de acumulação capitalista.

A atual crise não se restringe ao aspecto financeiro, mas está acompanhada de crise presente em vários aspectos: ambiental, alimentar e social que aflige todos os Continentes.

Nesse cenário, mais do que nunca, a integração Latino-americana se coloca como urgente e necessária, tanto para proteger o bloco contra a já anunciada transferência dessa crise financeira e especulativa para os países em desenvolvimento, bem como para a articulação de ações concretas que podem ser consideradas a vanguarda de uma Nova Arquitetura Financeira mundial.

A dívida pública passou a ser tema de debate em todo o planeta, diante da crise da dívida instalada nos países mais ricos que optaram por salvar o setor financeiro ameaçado de quebra, transferindo o problema dos bancos para os cofres públicos.

A exigência de transparência e acesso a informações acerca do endividamento público é a tônica do clamor social pela Auditoria da Dívida, principalmente devido ao enorme sacrifício social imposto à população face à destinação da maior parte dos recursos públicos para o pagamento de juros e demais encargos de uma dívida que nunca foi auditada.

Esses temas centrais foram debatidos durante os eventos do III Seminário Internacional Latino-Americano – ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE, que contou com a participação de mestres da academia brasileira, representantes de dezenas de entidades da sociedade civil, estudantes e cidadãos em geral, além da presença de 17 convidados estrangeiros: Angel Furlan (Argentina), Cecile Lamarque (Bélgica), Daniel Munevar (Colômbia), Eric Toussaint (Bélgica), Guillermo Berganza (Argentina), Jorge Marchini (Argentina), Jose I. Acunha (Venezuela), Julie Duchatel (Suiça), Kjetil Abildsnes (Noruega), Myriam Ayala (Equador), Pedro Paez (Equador), Ramiro Chimurris (Uruguai), Romulo Torres (Peru), Sofia Sakorafa e Konstantinos Bitsanis (Grécia), Waldo Gomez (Bolívia) e William Gaviria (Colômbia).

A riqueza das exposições levou à organização do presente livro, para que aqueles momentos fiquem registrados e sejam compartilhados por aqueles que não puderam comparecer, motivando a continuação dos necessários debates e mobiliza-

ção pela democratização do conhecimento da realidade financeira atual, de forma transparente sobre o tema.

Os eventos que compuseram o Seminário Internacional foram realizados em 4 dias seguidos, no mês de outubro de 2011, dias 4 a 7, conforme convite na página seguinte.

No presente livro resumimos a essência dos debates e exposições em breves artigos gentilmente preparados pelos participantes dos eventos realizados , além da transcrição dos pronunciamentos de autoridades presentes à solenidade de abertura do seminário internacional no dia 05/10/2011, nos Auditórios da Ordem dos Advogados do Brasil. Adicionalmente resumimos os debates ocorridos durante a audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, o conteúdo ministrado no Mini curso realizado na UnB bem como as principais repercussões da imprensa.

Boa leitura!

“A Organizadora”

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO

ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE

4 A 7 DE OUTUBRO

INSCRIÇÕES ABERTAS
seminarioauditoriacidada@yahoo.com.br
Certificado 8 horas

2011
BRASILIA

5 *Seminário Internacional Latino-Americano Alternativas de Enfrentamento à Crise*

9 às 18 horas Auditório da OAB - SAS Quadra 5 Lote 1 Bloco M

8h . CREDENCIAMENTO

9h . Mesa de Abertura

Dr. Ophir Cavalcante - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil
Autoridades Convidadas: Representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, Representantes da Auditoria Cidadã da Dívida, CADTM e apoiadores

10h20 . Painel I > Crise Financeira, Ambiental, Alimentar e Social, e Especulação

Eric Toussaint - Presidente do CADTM / Bélgica

Daniel Munevar - CADTM / Colômbia

Marcelo Carcanholo - Professor Doutor / Universidade Federal Fluminense

12h . ALMOÇO

14h . Painel II > Integração Financeira Regional, Nova Arquitetura e Banco do Sul

Pedro Paéz - Presidente da Comisión Técnica Presidencial Ecuatoriana para el diseño de la Nueva Arquitectura Financiera Regional / Banco del Sur

William Gaviria - Coordenador do CADTM-América Latina

Marcos Arrada - PACS e Rede Jubileu Sul Brasil

15h40 . Painel III > Dívida Pública: Impactos Sociais, ao Patrimônio Nacional e a Necessidade de Auditoria da Dívida

Sofia Sakorafa - Deputada do Parlamento Helénico / Grécia

Kjetil Abildsnes - Norwegian Church Aid's Economic Advisor / Noruega

Maria Lucia Fattorelli - Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida

17h20 . Carta de Brasília

18h . Encerramento

6 AUDIÊNCIA PÚBLICA / Seminário Conjunto promovido por Comissões Parlamentares "Especulação e Crise Financeira, Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública"

9 às 12 horas CONGRESSO NACIONAL. (auditório será divulgado em www.divida-auditoriacidada.org.br)

Deputados e Senadores membros das Comissões, Sofia Sakorafa, Eric Toussaint, Pedro Paéz e Maria Lucia Fattorelli

7 Mini Curso "Dívida Pública: Processos, Crise e Participação Popular"

8 às 18 horas Universidade de Brasília . Inscrições www.semanauiversitaria.unb.br

Prof. Daniel Bin, Maria Lucia Fattorelli, Miriam Ayala e Rodrigo Vieira de Ávila



AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pela cessão dos auditórios para a realização desses importantes eventos.

Merecem especial agradecimento os autores, que cederam seus artigos para a elaboração deste livro, possibilitando que os ricos debates travados durante o III Seminário Internacional Latino-americano ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE não se restringissem apenas aos que puderam participar daquele momento, mas ficassem registrados para todos os que se interessarem pelo tema:

- **PALESTRANTES:** Eric Toussaint, Daniel Munevar, Marcelo Carcanholo, Pedro Paez, William Gaviria, Marcos Arruda, Sofia Sakorafa, Kjetil Abildsnes, Miriam Ayala, Cecile Lamarque, Daniel Bin e Rodrigo Ávila;
- **COORDENADORES E RELATORES DOS PAINÉIS:** Cláudio Antônio Tonegutti, Althen Teixeira Filho, Floriano José Martins, Irmã Delci Franzen, Paulo Barela, Maria Eulália Alvarenga e Joelson Dias;
- **PARTICIPANTES INTERNACIONAIS:** Romulo Torres, Guillermo Berganza, Jorge Marchini, Jose I. Acunha, Julie Duchatel, Ramiro Chimurris e Waldo Gomez.

Agradecimentos também às autoridades que nos honraram com sua presença à abertura solene do Seminário Internacional, cujos pronunciamentos foram transcritos para este livro, considerando-se a importância das respectivas manifestações: Dr. Marcos Vinicius Furtado Coelho, Ministra Iriny Lopes, Senador Randolfe Rodrigues, Deputados Federais Paulo Rubem Santiago, Jean Wyllys e Ivan Valente, Dom Guilherme Antônio Werlang, Professor Paul Singer, Deputado Estadual de Minas Gerais Adelmo Carneiro Leão, Embaixador do Equador Dr. Horácio Sevilla Borja, Dr. José Luis Serafini Boll, Embaixador da Grécia Dr. Dimitri Alexandrax e Deputada Sofia Sakorafa, do Parlamento Grego.

Registro profundo agradecimento a todos os colaboradores que participaram da comissão organizadora do Seminário Internacional, especialmente Rodrigo Ávila (Auditoria Cidadã da Dívida), Sandra de Souza Leal (Sinal), Cristine Maia (ASMPF), Laercio Bernardes dos Reis (ASSTTRA-MP), Euler Martins Pereira (IFC), Sarah de Freitas Reis (CFEMEA), Gertrudes A. Ferreira (Auditoria Cidadã da Dívida), Hêlvio A. Mariano (ANDES), Magnólia S. Rodrigues (Pastoral Social-CNBB), que se dispuseram a participar de inúmeras reuniões que resultaram na construção do evento.

Agradecimentos sinceros à dedicada equipe de colaboradores cedidos pelas entidades apoiadoras, que se desdobraram para cumprir tarefas essenciais ao sucesso do evento, especialmente Talita Rezende, Alline O. de Abreu (Fenafisco), Aline Tales Ferreira Sette (COFECON), Ana Cordeiro (ANDES), Ana Regina Neri, Camilla Lima Fiorese Beber (CORECON), Júlio César de Souza, Cristine Barbosa Maia (ASMIP), Eliene dos Santos, Érika Lima Chagas (CSP-CONLUTAS), Flávia Alli (Fenasps), Guilherme Azevedo (Fenafisco), Henrique Acker (ASSIBGE), Iraci da

Costa Lopes (CORECON), Jane Lopes da Silva (COFECON), João Gabriel Lopes, Marcelo Burlamaqui Vargas (CNESEF), Maria Aparecida Almeida, Maria Cristina de Araújo (COFECON), Mauro Justino (Anfip), Milena Florentino da Silva (SINAL), Regilaine Mendonça (SINASEFE), além dos inúmeros funcionários da OAB, do CFC, da Câmara dos Deputados e da Universidade de Brasília, que de forma anônima emprestaram seus esforços à realização dos eventos nesses locais.

Agradecimentos ao Professor Daniel Bin, idealizador e organizador do Mini-Curso realizado na Universidade de Brasília, parte integrante dos eventos do Seminário Internacional Alternativas de Enfrentamento à Crise e da Semana Universitária da UnB.

Agradecimentos aos Deputados Federais autores dos Requerimentos para a realização do Seminário Conjunto “Especulação e Crise Financeira, Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública” promovido por Comissões Parlamentares do Congresso Nacional: Dep. Jean Wyllys (Requerimento nº 50/11 – Comissão de Finanças e Tributação); Dep. Chico Alencar (Requerimento nº 108/11 – Comissão de Direitos Humanos) e Dep. Ivan Valente (Requerimento nº 77/11 – Comissão de Relações Exteriores). Esse importante seminário, que permitiu a interação de representantes internacionais com o parlamento brasileiro, fez parte do conjunto de atividades do Seminário Internacional Alternativas de Enfrentamento à Crise

Agradecimento profundo às entidades apoiadoras da Auditoria Cidadã da Dívida, que viabilizaram tanto financeiramente como politicamente a realização do Seminário Internacional, origem desta obra: Decanato de Extensão da UnB; LATINDADD - Rede Latino-americana de Direitos, Dívidas e Desenvolvimento; Casa da América Latina; COFECON; SINAL; FENAFISCO; ASSTTRA - Ministério Público; CFEMEA; Pastorais Sociais da CNBB; SINASEFE; SINTRAJUD; AEPET; SINAIT; ANPR; CFC; ANDES - Sindicato Nacional; SINDICAL; Fundação Anfip; FEBRAFITE; CSP CONLUTAS; COBAP; ANFIP; CADIR/UnB; CNESEF; FENASPS; DCE/UFMG; UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia; ASSIBGE – Sindicato Nacional; IFC; FENAJUFE; FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS; AUDITAR; ASPMF.

Agradecimento profundo ao CADTM – Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo – que atuou como co-organizador, juntamente com a Auditoria Cidadã da Dívida, dos eventos que fizeram parte do Seminário Internacional Alternativas de Enfrentamento à Crise.

Por fim, agradecimentos às centenas de participantes presentes aos quatro eventos que fizeram parte do Seminário Internacional no período de 4 a 7 de outubro de 2011.

A presente obra é fruto de trabalho voluntário e dedicado de todos que fizeram parte do III Seminário Internacional Latino-americano Alternativas de Enfrentamento à Crise. O nosso muito obrigado!

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida / Brasil

INTRODUÇÃO

Abertura do Evento Interno

Conselho Federal de Contabilidade
04.10.2011



INTRODUÇÃO

Maria Lucia Fattorelli

Na abertura dos trabalhos do Seminário Internacional “Alternativas de Enfrentamento à Crise” cabe esclarecer que entre seus objetivos destaca-se o debate sobre a Crise Internacional em todos os seus aspectos – ambiental, social, alimentar, econômico, financeiro e orgânico.

Todos esses aspectos são afetados diretamente pelo modelo de acumulação capitalista, que não tem limites para a exploração dos recursos naturais, nem limites para a especulação fundada em procedimentos fraudulentos que beneficiam exclusivamente aos bancos e grandes corporações, ao mesmo tempo em que abalam a economia de nações; marginalizam grande parte da sociedade; desregulam o funcionamento da economia real geradora de emprego e renda, e colocam em risco a vida de pessoas, de espécies animais e vegetais, e, até mesmo, a vida do planeta Terra.

Obedecendo a esse marco planetário, os debates desse seminário abordam a importância da articulação e integração latino-americana para atuar como um bloco, impulsionando ações que revertam esse quadro e que possibilitem passos em direção a outro modelo econômico fundamentado em colaboração, cooperação, respeito às nações, povos, seres animais, vegetais e minerais e à nossa Mãe Terra, como já contempla a Constituição Federal Equatoriana que reconhece a *Pachamama* como ente sujeito de direitos.

Precisamos desmascarar o atual modelo econômico que beneficia a uma minoria e coloca todo o sistema planetário em risco. Muito há que ser feito. Um dos antídotos para retirar essa máscara é a realização de uma auditoria da dívida, pois o atual modelo utiliza o endividamento estatal como um dos principais mecanismos de retirada de recursos do setor público para transferi-los aos grandes bancos e corporações. A auditoria possibilitará documentar e comprovar como a espoliação acontece. Um relatório de auditoria bem fundamentado servirá de instrumento para ações práticas nos âmbitos político, jurídico, econômico e social, possibilitando também articulação internacional, pois o “Sistema da Dívida” opera de maneira muito semelhante em todas as partes do mundo.

Assim, debateremos a conjuntura global, a importância de nossa união e articulação regional e internacional, estudando propostas concretas para dar passos na construção de um novo caminho, focando especialmente a proposta de Nova Arquitetura Financeira Regional, na qual está inserida a criação do Banco do Sul, e a realização de auditorias da dívida pública em cada país.

Já temos um importante caminho percorrido na América Latina:

- No Brasil: Auditoria Cidadã da Dívida desde 2001, que tem levantado dados, informações, produzindo publicações, artigos e materiais que estão ajudando a fundamentar as demandas sociais de diversas entidades da sociedade civil em nosso país e também no exterior, devendo ser ressaltada a influência desse movimento cidadão em processos de auditoria que se seguiram: Auditoria da Dívida do Equador e CPI da Dívida realizada na Câmara dos Deputados.

- No Equador, foi realizada Auditoria oficial da Dívida Equatoriana – CAIC. Mediante o Decreto Executivo 472/2007, o Presidente Rafael Correa determinou a criação da comissão para realizar auditoria da dívida, com ampla participação da sociedade civil nacional e internacional. O resultado dessa auditoria foi impressionante para o país, pois o relatório da subcomissão de dívida comercial (dívida em títulos resultante de conversão de dívida externa com bancos), da qual tive a honra de participar, fundamentou atitude soberana do presidente Rafael Correa, que efetuou oferta para arrematar os bonos Global 2012 e 2030 por no máximo 30% de seu valor, obtendo a concordância generalizada dos detentores, o que possibilitou a anulação de cerca de 70% da dívida externa em títulos naquele país. Esse resultado tem sido alvo de interesse de todos os movimentos sociais europeus atingidos pelos tremendos impactos da atual crise da dívida naquele continente.

- No Brasil, foi recentemente realizada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida Pública na Câmara dos Deputados. Essa investigação parlamentar possibilitou acesso a muitos documentos fundamentais, desconhecidos dos brasileiros, e que inclusive colocaram por terra o falacioso discurso de que teríamos praticado “calote” após a crise de 1982.

A CPI possibilitou comprovar que, na verdade, a dívida pública e principalmente a dívida privada, majoradas em função da elevação unilateral dos juros pelos bancos internacionais (que controlavam o Banco Central Norte-Americano (FED) e a Associação de Bancos de Londres), foi transferida a cargo do Banco Central do Brasil, que firmou acordos com tais bancos, mediante os quais contraiu novos empréstimos no exterior e lá mesmo efetuou os pagamentos de parcelas daquelas dívidas anteriores.

Assim, não houve calote contra bancos, mas sim calote contra o país, que assumiu dívidas de terceiros e vem pagando tais dívidas à custa de muito sacrifício social, tanto é que a década de 80 é conhecida como década perdida.

Outra constatação fundamental: a maior parcela da dívida era contratada com bancos privados internacionais e não com o FMI, que aparecia com extrema autoridade, impondo as políticas de ajuste fiscal. O acesso a documentos permitiu comprovar a enorme participação dos bancos privados, aos quais foi efetuada transferência líquida de mais de 150 bilhões de dólares no período analisado. Tais dados serão demonstrados durante o Mini-Curso que fará parte dos eventos.

A organização dos trabalhos e as investigações propiciadas pela CAIC, CPI e Auditoria Cidadã podem ser de grande valia agora para a Europa. A demanda pela publicação de um “manual” com essas experiências e passos tem sido grande.

Por isso, durante esse Evento Interno apresentamos um projeto de manual, que propomos organizar a partir da Auditoria Cidadã da Dívida, articulando todas as redes que queiram fazer parte, para que ele seja efetivamente um instrumento importante para desmascarar as manobras do danoso modo de funcionamento do atual modelo econômico, e sirva para apontar caminhos em favor da construção do outro modelo de mundo que queremos.

Vivemos tempos difíceis. Por isso há necessidade de muita luta, organização e articulação de entidades e redes da sociedade civil com todos os demais setores e personalidades que trabalham e acreditam que outro mundo é possível. Mãos à obra!

Seminário Internacional ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE

Conselho Federal da OAB
Ordem dos Advogados do Brasil
05.10.2011





ABERTURA SOLENE

Pronunciamentos de autoridades



Da esquerda para a direita:

Deputado Federal Ivan Valente

Deputado Federal Jean Wyllys

Senador Randolfe Rodrigues

Deputado Federal Paulo Rubem Santiago

Embaixador da Grécia no Brasil - Dr. Dimitri Alexandrax

Deputada do Parlamento Helênico - Sofia Sakorafa

Secretário-Geral da OAB - Dr. Marcos Vinicius Furtado Coelho

Embaixador do Equador no Brasil - Horácio Sevilla Borja

Secretário da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego -
Professor Paul Singer

Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Dom
Guilherme Antônio Werlang

Coordenador-Geral de Contabilidade e Avaliação, Secretaria de Controle
Interno/CISET-CC/Presidência da República - Dr. José Luis Serafini Boll

Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres - Iriny Lopes

Deputado Estadual da Assembléia Legislativa de Minas Gerais - Adelmo
Carneiro Leão



Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

Bom dia a todas e todos.

Damos início à cerimônia de abertura do III Seminário Internacional Latino Americano “Alternativas de enfrentamento à crise”.

Hoje, dia 05 de novembro de 2011, realizaremos três painéis, sobre temas atuais e de grande importância para a América Latina:

No Painel I, debateremos sobre a Crise Financeira, Ambiental, Alimentar e Social, e Especulação.

O Painel II versará sobre Integração Financeira Regional, Nova Arquitetura e Banco do Sul.

No Painel III trataremos da Dívida Pública, Impactos Sociais, ao Patrimônio Público Nacional e a Necessidade de Auditoria da Dívida.

Convido à mesa o representante da entidade anfitriã, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que cede seus auditórios para este evento, o Dr. Marcos Vinicius Furtado Coelho, que fará a abertura solene e coordenará a mesa, com a presença das autoridades que atenderam ao nosso convite. Dr. Marcos Vinicius é Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Este Seminário foi organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, em parceria com o CADTM - Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo - sediado na Bélgica

e representantes em várias partes do mundo, presidido pelo Doutor e cientista político Eric Toussaint, aqui presente.

A realização deste evento está sendo possível graças ao apoio de entidades da sociedade civil brasileira que apoiam e sustentam a Auditoria Cidadã da Dívida. É preciso nominá-las para deixar registrado não somente o apoio financeiro, mas também ampla parceria que empresta apoio político e empenho pessoal a essa luta, especialmente pela cessão de dedicados trabalhadores que estão auxiliando em todas as tarefas de logística do evento.

Em primeiro lugar registro nosso agradecimento forte à Ordem dos Advogados do Brasil que nos cede espaço para a realização deste evento, e que nos acolhe diariamente, pois o escritório da Auditoria Cidadã da Dívida funciona em sala do Conselho Federal da OAB.

Registro especiais agradecimentos por todo apoio dedicado pelas entidades que também viabilizam a realização deste evento: Decanato de Extensão da UnB; LATIN-DADD - Rede Latino-americana de Direitos, Dívidas e Desenvolvimento; Casa da América Latina; COFECON; SINAL; FENAFISCO; ASSTTRA - Ministério Público; CFEMEA; Pastorais Sociais da CNBB; SINASEFE; SINTRAJUD; AEPET; SINAIT; ANPR; CFC - Conselho Federal de Contabilidade; ANDES - Sindicato Nacional; SINDICAL; Fundação Anfp; FEBRAFITE; CSP CONLUTAS; COBAP; ANFIP; CADIR/UnB; CNEFS; FENASPS; DCE/UFMG; UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia; ASSIBGE – Sindicato Nacional; IFC; FENAJUFE; FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS; AUDITAR; ASPMF.

Anuncio a presença e agradeço a participação dos convidados estrangeiros, que já participaram intensamente dos trabalhos do Evento Interno integrante da programação deste Seminário Internacional, realizado ontem, no Conselho Federal de Contabilidade, e abrilhantarão os trabalhos de hoje: Angel Furlan (Argentina), Cecile Lamarque (Bélgica), Daniel Munevar (Colômbia), Eric Toussaint (Bélgica), Guillermo Berganza (Argentina), Jorge Marchini (Argentina), Jose I. Acunha (Venezuela), Julie Duchatel (Suíça), Kjetil Abildsnes (Noruega), Myriam Ayala (Equador), Pedro Paez (Equador), Ramiro Chimurris (Uruguai), Romulo Torres (Peru), Sofia Sakorafa e Konstantinos Bitsanis (Grécia), Waldo Gomez (Bolívia) e William Gaviria (Colômbia).

Registro o agradecimento às diversas Embaixadas dos países dos nossos convidados, que cederam as respectivas bandeiras, aqui expostas, a fim de homenagear aos nossos irmãos estrangeiros.

Agradeço profundamente a todos que ajudaram na realização deste evento e especialmente a participação de todos vocês, aqui presentes, para quem organizamos este seminário internacional. Bom dia, bons trabalhos para todos nós, obrigada. Com a palavra o Dr. Marcos Vinicius Furtado Coelho.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Bom dia a todos.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sente-se prestigiado e honrado com a presença de todos e cada um de vocês.

Esta é uma luta da cidadania brasileira, e também uma luta constitucional. É a nossa Constituição Federal, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que exige a realização de uma auditoria da dívida em nosso País. Por isso, o Conselho Federal da OAB interpôs perante o Supremo Tribunal Federal, já no ano de 2004, uma ação denominada *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental* (ADPF), que se tiver tempo gostaria de sobre ela também tratar na manhã de hoje. Mas, inicialmente, temos a grata satisfação de anunciar as ilustres presenças:

A excelentíssima Ministra Iriny Lopes, Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Já presente a mesa.

Faço a saudação especial à Maria Lucia Fattorelli que é organizadora do evento e enfrentadora da Auditoria Cidadã da Dívida e também do Dr. Eric Toussaint, organizador e presidente do CADTM sediado na Bélgica.

Convido para compor a mesa, também, o presidente da Comissão Episcopal da Pastoral para os Serviços da Caridade da Justiça e da Paz da CNBB, Dom Guilherme Antônio Werlang.

O Embaixador do Equador no Brasil, Dr. Horacio Servilha Borja.

O Embaixador da Grécia no Brasil, Dr. Dimitri Alexandrax.

Nosso mestre de sempre, Doutor professor Paul Singer – Secretário da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Senador, Randolfe Rodrigues do PSOL do Amapá. Colega advogado.

Os deputados federais:

Deputado Paulo Rubem Santiago do PDT de Pernambuco.

Deputado Jean Wyllys do PSOL do Rio de Janeiro.

Deputado Ivan Valente do PSOL de São Paulo, autor da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados.

Deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Adelmo Leão, presidente da Frente Parlamentar de Investigação da Dívida Pública do Estado de Minas Gerais, pelo poder legislativo mineiro.

Gostaria de também convidar a mesa o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República, Dr. José Luiz Serafini Boll.

Convido também a deputada Sofia Sakorafa, da Grécia.

Todos devem se sentir contemplados com a presença à mesa, de fato. Os trabalhos serão iniciados pela palavra da ministra Iriny Lopes que pediu para que fizesse o pronunciamento logo no início dos trabalhos por conta de sua agenda ela terá que se retirar em seguida, então inicialmente a ministra Irene Lopes com a palavra.

Iriny Lopes

Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Bom dia, cumprimento toda a mesa. Dr. Marcos Vinicius, gostaria de cumpri-

mentar a todos os convidados internacionais desse evento em nome da deputada Sofia, dizer que me sinto honrada não só por cumprimentá-la por ser uma mulher mas, por representar aqui a terra do meu pai, grego, e nossa família acompanha, para além das responsabilidades que temos, acompanhamos muito de perto todo o desenrolar da crise na Grécia, não só pelo compromisso da solidariedade internacional que move a nossa família, que são os valores que meu pai nos ensinou, mas por representar um pedaço do nosso coração e da nossa família toda que veio da Grécia, então me permitam cumprimentá-los a todos e a todas em nome da deputada Sofia.

A minha saudação é breve, lamentavelmente, todos sabem que nossas agendas são extremamente pesadas, difíceis, cheias de compromissos. Eu vim aqui desejar, parabenizar o evento, falar da oportunidade do debate da questão que hoje preocupa todo o mundo, e dizer a vocês que nós acompanhamos e queremos e desejamos que os resultados desta discussão possam trazer novas ações, novas movimentações, na proteção dos povos de todo o mundo, e dizer que todo e qualquer desenvolvimento precisa estar assentado no desenvolvimento da pessoa, no respeito aos direitos e na prosperidade integral e universal de todos os povos.

Desejo a todos e a todas um bom evento e que os resultados que daqui advierem possamos todos nós estarmos juntos, muito obrigada.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Antes que a ministra possa se retirar eu gostaria de tratar um pouco da ação impe-trada pela OAB:

A *ADPF 59*, tramitando no STF, é uma medida jurídica importante, porque a Constituição Federal (CF) é norma de máxima eficácia do nosso ordenamento, e a Constituição Federal não pode ser tida como letra morta; algo que está escrito na Constituição é algo para ser cumprido.

Tobias Barreto, ministro do século passado, diria que “a lei existe apenas para ser cumprida” e não por mero luxo, e o art. 26 da CF é claro ao dizer que no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro, e essa comissão tem força legal de comissão parlamentar de inquérito, conforme parágrafo 1º do art. 26, e parágrafo 2º do art. 26 da CF. Vale dizer que, apurada a irregularidade, portanto por esta comissão, o governo federal deverá anular os atos ilegais e também encaminhar o processo ao Ministério Público, que terá prazo de 60 dias para a ação cabível. Qual a importância deste prazo constar na CF? É que este tema tem um prazo prescricional específico, portanto, esse tema da dívida, quando efetuada esta comissão prevista na CF, concluído os trabalhos, terá prazo novo de 60 dias para a tomada de providências judiciais contra quaisquer responsáveis, então, é um prazo constitucional que se sobrepõe a qualquer outro prazo, por que poderia ser alegado que já se vai muito tempo, o prazo prescricional já teria acobertado qualquer irregularidade praticada, mas a Constituição cria um prazo específico. Por isso, a Ordem dos Advogados do Brasil propôs a ADPF, que é um instrumento constitucional,

chama-se “Arguição por Descumprimento do Preceito Fundamental n.º 59”. Ela encontra-se concluída ao relator do STF para colocar em julgamento desde novembro de 2008, portanto, estamos completando três anos para que um relator peça pauta para julgar a ADPF. A ação já fez toda a sua tramitação, então ela está pronta e madura para julgamento, e penso que hoje, por isso que estou destacando esta ação, hoje coincidentemente, e não acredito em coincidência, acredito em obra do destino, nós estamos completando 23 anos de promulgação da CF. Então, percebam que essa data é simbólica; já estamos há 23 anos da promulgação da CF e portanto, há 22 anos de mora do Congresso Nacional em efetivamente criar essa comissão conforme previsto no art. 26 da CF. Portanto, a OAB põe em discussão a importância de que o movimento pudesse evitar esforços, inclusive visitando o ministro relator, visitando os ministros do STF, para que esse assunto seja posto em pauta no STF.

Vamos em seguida, com a permissão dos demais, dar também preferência aos Senadores e Deputados Federais, porque eles tem pauta a cumprir de votação no Congresso Nacional. Então, eu passo a palavra inicialmente ao Senador Randolfe Rodrigues, líder do PSOL no Senado Federal, embora jovem, já destacado naquela Casa.

Randolfe Rodrigues

Senador da República – PSOL/AP

Querido Marcos Vinicius, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, que também impõe essa bandeira junto com as entidades que estão aqui presentes. Essa bandeira já destacada é uma bandeira do Brasil: a questão da dívida, a questão do *superávit* primário é hoje, em especial, uma questão de soberania nacional. O que nós percebemos e vemos no mundo hoje é o conceito de Estado Nacional, conceito construído ao longo dos últimos 200 anos, sendo colocado em *xequê* pela globalização do capital e pela globalização dos interesses transnacionais, a globalização dos interesses do capital internacional.

O capital internacional virou uma espécie de deus no altar do mercado, a ele parece que se rendem todos os Estados nacionais, a este deus do altar do mercado e do capital internacional, do capital financeiro internacional se submetem as soberanias deste conceito criado 200 anos antes, que é o conceito de Estado Nacional.

Eu queria aqui informar, que em julho deste ano, durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós aprovamos, Dra. Maria Lucia, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado – CCJ - uma emenda de autoria da bancada do PSOL no Senado, pondo fim ao *superávit* primário.

A CCJ do Senado acatou essa emenda; isso é uma prova que reafirma que a ação interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil. Então, o fim do *superávit* primário e a auditoria da dívida são dois dispositivos amparados na ordem constitucional legal de nosso país.

Lamentavelmente, depois, essa proposta nossa não seguiu na Comissão de Orçamento, erroneamente, pela decisão do conjunto dos parlamentares da Comissão de Orçamento.

O Brasil pode e deve - o Brasil e outros países da América Latina -, pode e deve

viver sem *superávit* primário, basta perguntar qual é o *superávit* primário dos Estados Unidos, da China e de outros tantos. Ao contrário, o déficit das contas públicas dos Estados Unidos recentemente provam que eles não se preocupam com isso enquanto nós comprometemos mais da metade do orçamento geral da União com esse famigerado *superávit* primário. Falta, no Brasil, investimento em infra-estrutura, falta investimento em saúde, as pessoas morrem nos hospitais e em função do superávit primário; não é possível cumprir outros tantos dispositivos amparados na Constituição. É a Constituição que manda, e o Estado Brasileiro deve obedecer, que saúde é direito de todos e dever do Estado. Lamentavelmente, hoje nós nos vemos a debater o cumprimento deste dispositivo com aprovação da Emenda Constitucional nº. 29. Quando se perguntam onde estão os recursos para o cumprimento da Emenda 29, a resposta que tem que ser dada é: - basta reduzir o *superávit* primário que encontramos os recursos para o cumprimento da Emenda 29 e para garantir a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Por que o Brasil não consegue cumprir um dispositivo, que possibilitou que as nações mais desenvolvidas do planeta estivessem num patamar bem superior ao nosso, de investir 10% do seu Produto Interno Bruto na educação? E não cumpre porque não conseguiu erradicar analfabetismo, não conseguiu ampliar o acesso à educação do ensino superior aos seus jovens a mais de um terço da população, e por que isso não é possível? A resposta é porque nós comprometemos mais da metade do nosso orçamento a pagar os juros da dívida ao capital especulativo financeiro internacional. Essa dívida e o *superávit* primário é imoral, é inconstitucional, e, além de tudo, ela atinge de morte a soberania brasileira. A luta, a ADPF da OAB, deve, em cumprimento à nossa Constituição, ser acatada pelo STF e esta agenda e esta pauta tem que ser uma agenda a ser colocada para o Brasil, para as autoridades brasileiras.

O Brasil tem enormes desafios e, de fato, falo isso pra concluir, o Brasil tem uma vocação fantástica, não é à toa que nós temos uma das maiores economias do mundo, nós podemos cumprir e devemos cumprir não só na América Latina, mas no mundo o papel de protagonista. Mas há uma algema que nos segura. Essa algema é a dívida pública; essa algema é o *superávit* primário. Arrancar essa algema é uma questão de liberdade para nosso país, é uma questão fundamental para nós cumprirmos o dever e a tarefa que temos no mundo.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Muito obrigado ao Senador Randolfe Rodrigues. Agora, com a palavra, o Deputado do PDT de Pernambuco, Deputado Federal Paulo Rubem Santiago.

Paulo Rubem Santiago

Deputado Federal – PDT/PE

Bom dia a todos e a todas, quero cumprimentar em nome dos demais parlamentares, a Deputada Sofia Sakorafa, do Parlamento Grego, cumprimentar todos os demais em nome do professor Paul Singer, saudar o nosso anfitrião, dizer que é

uma satisfação muito grande estarmos aqui, no mesmo momento em que estamos realizando, já pela terceira vez no dia de hoje, à tarde, um ciclo de seminários com a bancada federal do PDT, discutindo exatamente os temas macroeconômicos.

Tivemos a participação da nossa querida companheira Maria Lucia Fattorelli no primeiro seminário quando discutimos a inflação, os juros, o câmbio, os rumos da política monetária e a dívida pública. Na última semana, discutimos a situação de desindustrialização pela qual passa o país e alguns países da América Latina. Hoje vamos discutir as questões de inovações tecnológicas da soberania do desenvolvimento e vamos concluir este ciclo de seminários na discussão de um novo modelo de desenvolvimento com soberania.

Eu quero aqui recuperar as manifestações de dois dos nossos mais importantes intelectuais, respeitados internacionalmente, que em dois momentos, por coincidência, ao prestarem seus depoimentos em dois documentários diziam-nos. Primeiro, Celso Furtado no documentário intitulado “Um Longo Amanhecer” dirigido pelo cineasta José Mariani, quando a ele perguntou qual seria a nossa maior chaga, o nosso maior problema para pensarmos um modelo soberano de desenvolvimento, o Furtado nos dizia, já nos últimos anos de sua vida, que era a taxa de juros de fantasia que nos sangra.

Outro intelectual, *prof. Milton Santos*, também prestando o seu testemunho no documentário dirigido pelo cineasta Sílvio Tendler, “*A Globalização vista do lado de Cá*”, referia-se ao conhecido processo de globalização como *globaritarismo*, uma ditadura dos agentes financeiros internacionais sufocando, matando, inviabilizando a soberania e a autonomia dos Estados Nacionais na construção dos seus modelos autônomos de desenvolvimento.

Para responder aos desafios históricos, sobretudo nos países que foram construídos a partir da expansão colonial das potências européias dos séculos XV e XVI, e que ainda hoje, embora possam participar de alguns espaços de economia internacional como se propõe hoje ao país, ao nosso país, ser uma das mais fortes economias do mundo, apresentam ao mundo indicadores de saúde, de educação, de emprego, de desenvolvimento humano entre os mais baixos de todos os países.

Nós queremos, portanto, ressaltar da importância deste evento.

Em primeiro lugar, para que nós possamos reafirmar a necessidade do fortalecimento da autonomia e da soberania dos países na construção de seus modelos de desenvolvimento.

Em segundo lugar, para que possamos a partir da defesa intransigente da soberania e da autonomia dos Estados Nacionais na construção de seus modelos de desenvolvimento, construirmos de uma maneira precisa, a submissão das políticas macroeconômicas às decisões democráticas, às decisões que assegurem a mais ampla participação das entidades sociais, das instituições sindicais, das instituições acadêmicas, rompendo de uma vez por todas com os dogmas macroeconômicos a serviço do mercado dos agentes financeiros, que procuram separar, divorciar o campo da economia da supremacia do campo democrático e das decisões políticas, regidas por um estado democrático de direito como nos assegura a nossa Constituição.

Em terceiro lugar, assegurar que eventos desta natureza sirvam sobretudo para garantir a unidade dos povos e dos Estados Nacionais em todo o mundo na busca de uma nova ordem econômica financeira internacional, na busca de uma nova ordem em que a economia vise sobretudo a promoção do pleno emprego, a distribuição da riqueza, a construção de oportunidades de desenvolvimento para os países que tem ficado à margem da produção e da distribuição da riqueza em todo o mundo, em especial, aos países da América Latina.

Nós temos aqui a presença do economista Pedro Pablo Kuczynski, que na última sessão da CEPAL, realizou uma brilhante conferência, onde se apontam quais são os grandes entraves, os principais desafios aos países da América Latina e do Caribe, demonstrando de uma forma categórica que não há soberania, que não há autonomia quando a sociedade é afastada, quando a sociedade é atacada pelos interesses da acumulação rentista dos grandes agentes financeiros internacionais.

Nós vivemos hoje em plena democracia civil sob a égide da ditadura do pensamento único no ambiente macroeconômico, especialmente na discussão da política fiscal, da política monetária, das políticas cambiais, em particular no tocante à famigerada dívida pública.

Portanto, eu quero aqui em nome na bancada do PDT me solidarizar inclusive com a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, propondo o *superávit* primário zero, o que nós havíamos proposto a quatro anos na discussão Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 2007. Então, precisamos avançar nesse debate. Estamos no exercício de 2011 discutindo o orçamento da União para 2012, e lá nós vamos encontrar o maior comprometimento das receitas fiscais do Tesouro Nacional para o pagamento dos juros e da amortização da dívida pública.

O que há 4 anos representou algo em torno de 620 bilhões de reais na conta do Tesouro Nacional, no ano de 2012 como proposta enviada pela presidenta Dilma ao Congresso Nacional, este impacto pula de 620 bilhões para aproximadamente 1 trilhão e 140 bilhões de reais, retirados da sociedade brasileira por meio de uma carga tributária regressiva, injusta e indireta que não atinge as grandes fortunas, que não atinge as grandes rendas, sobretudo as rendas do capital financeiro.

Então eu quero me congratular com os organizadores deste seminário, colocar-me à disposição pela bancada federal do PDT, e conclamar as instituições brasileiras e os movimentos sociais que estão aqui, juntos, para que possamos neste momento entrarmos na discussão da famigerada DRU (Desvinculação das Receitas da União). Eu quero concluir alertando que se encontra em tramitação neste momento numa comissão especial, uma proposta da presidenta Dilma, que prorroga a incidência da DRU sobre a arrecadação federal até 2015. Nós formulamos uma proposta alternativa que retira a incidência da DRU da arrecadação da Seguridade Social, prevista constitucionalmente com fontes próprias e que seja gerenciada por um orçamento próprio. Em apenas 6 anos a DRU desviou da arrecadação da Seguridade Social 228 bilhões de reais que deveriam ter sido destinados constitucionalmente para a saúde, assistência social e previdência social. Então, nós queremos conclamá-los a que acompanhem, participem, acionem as bancadas para que nós

possamos vencer mais esta etapa, que procura destinar a arrecadação do Tesouro Nacional para o povo brasileiro e não para acumulação rentista do capital que não tem compromisso com a igualdade, com o desenvolvimento, com a soberania e com autonomia.

Um grande abraço e muito obrigado.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado. Com a palavra o deputado Jean Wyllys do PSOL.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ

Bom dia a todos, saúdo o Senador Randolfe Rodrigues, saúdo as demais autoridades presentes, quero parabenizar os organizadores do evento, em especial, a Maria Lucia Fattorelli ao Rodrigo Ávila, com quem eu aprendo todos os dias, e quero dizer que vamos estender esta importante discussão lá na Câmara, através de um requerimento aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, da qual eu faço parte, requerimento assinado por mim, por Ivan Valente e Chico Alencar.

Quero dizer que eu pauto a minha atuação parlamentar pela defesa e promoção dos direitos humanos, e a defesa e a promoção dos direitos humanos não pode passar ao largo de uma discussão sobre a crise financeira e a auditoria da dívida pública, porque, no caso específico do Brasil, mais da metade do orçamento da União é utilizado para pagar amortizações e juros da dívida e com isso quem perde são as políticas de promoção de direitos humanos. Então, um governo que diz através de uma mensagem no Congresso Nacional, que vai fazer uma defesa intransigente dos direitos humanos e mantém esse *superávit*, não pode ser levado a sério. Então, desejo a todos vocês um bom seminário e bom dia.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado, Deputado Jean Wyllys. Agora com a palavra o deputado Ivan Valente do PSOL de São Paulo.

Ivan Valente

Deputado Federal PSOL/SP

Eu quero cumprimentar toda a nossa mesa na pessoa do Dr. Marcos Vinicius, representante da OAB, cumprimentar a Auditoria Cidadã da Dívida e ao CADTM - Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), pela promoção do evento, nas pessoas do Eric Toussaint, da Maria Lucia e do Rodrigo.

Quero dizer da importância deste seminário, embora a grande mídia não esteja aqui para dar a projeção que deveria a esse evento, diante da crise internacional e da ventilação que há em todos os órgãos de comunicação do país sobre a crise na Grécia,

país do qual temos uma representante aqui, e diante do impacto que essa crise pode trazer às economias mundiais da Europa, dos Estados Unidos e do Terceiro Mundo.

Não se discute seriamente a raiz da crise, pois, o que tem que se discutir é a dívida não só dos países de Terceiro Mundo, mas também as dívidas dos países centrais, e o papel do capital financeiro nisso tudo. Mas, as discussões passam como se não existisse o problema da dívida.

Eu também quero ressaltar que, em Wall Street, pela primeira vez, tem um acampamento de cidadãos americanos dizendo “não” ao capitalismo, com passeatas, com enfrentamentos políticos, e dizer que aqui no Brasil nós temos que cumprir o nosso papel e tentamos fazê-lo, com a ajuda da Auditoria Cidadã, na CPI da Dívida Pública, onde felizmente o relator dessa dívida foi depois o ministro do turismo que acabou varrido do governo, alguém que de dívida pública não queria saber.

Agora estamos discutindo no Congresso Nacional, se temos 10% do PIB para educação. Isso tem que ser discutido no debate da dívida pública, porque quase metade do orçamento é consumido com juros, amortizações e rolagens da dívida pública. Se nós estamos discutindo a Emenda Constitucional 29, que acabou de passar na Câmara dos Deputados sem fontes alternativas ou indicando novos impostos, não se discute o problema dos juros e das amortizações da dívida. Esta reserva é um tabu, não se discute a dívida. Por isso é importante este evento, pois aqui se tenta formular conhecimentos para a sociedade civil e apontar alternativas para os governos.

Nós esperamos que o Ministério Público, onde nós protocolamos um Voto em Separado denunciando todas as ilegalidades, as irregularidades cometidas aos longos dos anos na dívida externa e na dívida interna brasileira, esperamos que o MP acione o Judiciário e que nós tenhamos de verdade o enfrentamento do problema da dívida em nosso país, pois enquanto não tivermos, não haverá solução para um desenvolvimento autônomo e soberano no país.

“Auditoria da Dívida Pública já”, nós temos que fazê-la, e o momento é esse porque na conjuntura atual não tem como fugir do tema da dívida, aqui e no exterior.

Eu espero que o nosso seminário, então, cumpra um papel fundamental de nos informar, de nos qualificar para fazer o enfrentamento político, ideológico e intelectual subsidiado economicamente de uma saída para se construir não só um Brasil mais justo, solidário, soberano e igualitário, mas como um outro mundo e uma nova ordem econômica internacional que interesse a todos os oprimidos e excluídos desse planeta. Vamos fazer dessa jornada então uma grande demonstração de que há outra alternativa ao capital financeiro internacional.

Um grande abraço, parabéns, e amanhã estaremos juntos na Câmara dos Deputados.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado deputado.

Uma das parcerias que a Ordem dos Advogados do Brasil mais celebra é esta parceria com a CNBB. Nas grandes lutas sociais de nosso país a OAB e a CNBB,

que não são organizações partidárias, mas são organizações da sociedade civil brasileira, elas se irmanam, assim o foi na aprovação no Congresso, há dois anos da “Lei Ficha Limpa”, a lei que diz que aquele parlamentar que não possuir vida pregressa adequada não pode sequer ser candidato.

E nós temos a honra da presença de Dom Guilherme Antônio, que é presidente da Comissão Episcopal da Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, a quem gostaria de passar a palavra.

Dom Guilherme Antônio Werlang

Presidente da Comissão Episcopal da Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos no Brasil

Bom dia a todos e a todas, eu quero saudar a todos na pessoa do nosso presidente da mesa. Nós, enquanto CNBB, com certeza, não temos como não estar presentes nesse momento.

Como foi muito bem colocado, é de longa, muito longa data essa parceria OAB e CNBB em tantos enfrentamentos pela vida, pela defesa da dignidade dos direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros. E é de longa, muito longa data, mais de 40 anos, que a Igreja Católica, por meio de documentos pontifícios, aqui na América Latina por meio de documentos da Conferência Episcopal Latino Americana dos bispos do CELAN, por meio de documentos da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, questiona profeticamente o modelo econômico que rege o mundo da modernidade, da pós-modernidade. Esse sistema, que nasce na verdade lá na revolução industrial, lá no Iluminismo, e que vai criando essa nova figura do Estado que hoje nós temos, questiona todo esse modelo econômico que é centrado no capital, centrado no lucro.

Já foi dito, capital e lucro é verdadeiramente hoje um deus que vive à custa de sangue humano, e nós como cristãos, como igreja, não podemos nos prostrar diante desse deus; não podemos sobre o altar do lucro e do capital sacrificar vidas humanas. Portanto, esse modelo que é fundamentado nisso, especialmente também na concentração de bens e de saberes, num modelo que tem como parâmetro além do lucro, o acúmulo, o consumismo, o descartável e agora, ultimamente, nas últimas décadas, na exploração extrema e sem medida dos recursos naturais renováveis ou não, que está comprometendo seriamente a vida do próprio planeta terra e a vida no planeta Terra.

Abordamos isso nas últimas Campanhas da Fraternidade, onde questionamos a economia. Lembro apenas de passagem que a palavra Economia, que vem do grego, *oikos*, significa “a casa”. Portanto, Economia, ou é a administração da casa para todos os que estão na casa, para que todos tenham vida digna, ou não é Economia.

Então, nós não podemos aceitar uma economia, um sistema econômico que privilegia 5%, 10% da humanidade, em detrimento de milhões de seres humanos. Basta olhar agora o norte da África, quantos estão condenados literalmente a morrer de fome, enquanto se gastam com as dívidas, com a crise internacional, números astronômicos. É até impossível imaginar a montanha de dinheiro que seria isso, se não fosse o dinheiro quem sabe virtual, fosse um dinheiro real. Então, assim, a atual crise internacional nos

preocupa enquanto cristãos, enquanto Igreja é fiel a Jesus Cristo, nós temos a missão de proteger a vida, de defender a vida.

Portanto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, especialmente por meio dessa comissão da qual eu sou presidente, a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, participaremos deste evento. Temos representantes aqui no meio que vão participar do começo ao fim, porque, somar forças com a organização popular do Brasil, somar forças com a Ordem dos Advogados do Brasil para que nós efetivamente possamos fazer uma auditoria completa da origem da dívida. Muita dessa origem, senão quase toda ela, é duvidosa e ela vem da década de 60, tem outra anterior, mas essa atual vem da década de 60.

Então, nós apoiamos esse processo, a nossa comissão acompanhou no ano passado a CPI da Dívida Pública. Nós temos uma grande preocupação, porque da forma como está compromete seriamente a democracia. Já foi dito pelos que falaram antes de mim que o orçamento do Brasil e dos demais países, mais de 40% do orçamento dedicado a pagamento de dívida, de juros e seus desdobramentos, enquanto que nós temos 2.8% do orçamento para educação; nós temos 3.9% para a saúde; nós temos menos de 1% para a segurança pública. Enfim, aquilo que é o maior patrimônio de um país, de uma nação, que são os cidadãos e cidadãs, estão não em segundo plano, mas em décimo plano, estão quase que completamente fora do pensamento de quem é responsável pela administração dos bens desta nação e dos países periféricos do mundo.

Já no “Documento 91” - Por uma reforma do Estado com participação popular - no ano passado, nós, CNBB, advertíamos sobre a urgência de reformarmos todo o Estado Brasileiro e agora nós estamos conclamando também a sociedade brasileira a participar da Quinta Semana Social Brasileira. Na última assembléia social dos bispos ocorrida em Aparecida, foi aprovada a Quinta Semana Social, que tem como grande tema o Estado Democrático.

Para concluir a minha participação neste momento, quero lembrar que tudo isso, essa discussão, ela não pode estar desconectada de uma profunda reforma política, mas de uma reforma política que venha da participação popular. Há poucos dias, eu participei de uma audiência no Senado. Todos nós sabemos que essa reforma política que está aí, não dá pra dizer nem que seja um pequeno remendo. Como é que a reforma política poderá ser feita pelos políticos? Eles não vão querer votar contra si próprios, e isso está ligado também à impunidade. Então seriam bandeiras que nós temos que pegar juntos: a questão da auditoria da dívida, a reforma política do Estado brasileiro, e atacar de perto a questão da impunidade para que verdadeiramente o Brasil seja para todos os que nele vivem e que o constroem. Muito obrigado.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado, Dom Guilherme, é sempre um prazer estar com a CNBB, numa mesa em mais uma luta. No próximo dia 12 de outubro nós teremos feriado em homenagem à nossa Padroeira. A OAB, além de celebrar o tema principal do feriado, irá fazer uma marcha contra a corrupção, a favor da manutenção da Lei Ficha Limpa, pelo voto aberto no Congresso Nacional, com essa temática do fim da corrupção.

A palavra agora vai para o professor Paul Singer para o seu breve comunicado nessa abertura dos trabalhos.

Paul Singer

Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

Muito bom dia, meus cumprimentos aos meus companheiros de mesa e a todos os presentes. Eu queria, o tempo é muito curto, dizer que é extremamente oportuno este seminário, porque a economia mundial está ameaçada por uma prepotência incrível do capital financeiro, hoje internacionalmente dominante, na Europa sobretudo.

Uma grande parte da nossa discussão se refere à crise da dívida dos anos 80. Ela ainda é um fantasma. Nós já a superamos há mais de 20 anos, mas ela foi traumática, principalmente para a América Latina, para o Brasil, para Argentina, para o México e tantos outros países. Ela efetivamente nos roubou uma década, uma década perdida. No entanto, hoje, o centro da crise da dívida não está aqui, não é a nossa dívida externa que hoje é muito pequena, já a dívida pública não, é grande, mas a dívida externa é insignificante. Em algum momento ela tornou-se o contrário, tornou-se um *superávit*, nós começamos a emprestar dinheiro, imaginem vocês, ao FMI.

A questão hoje é a economia mundial e eu quero só deixar aí essa ideia de que está é uma crise política, que tem uma aparência financeira. Há uma oposição total. Essa crise é desnecessária, nós sabemos como superá-la, isso foi demonstrado há poucos anos em 2008, 2009. A crise financeira ameaçadora foi superada; esta crise é puramente política. Tanto a Grécia, que é quase um símbolo, hoje, do sacrifício que essa prepotência financeira impõe aos povos, mas é a Espanha, Portugal, Irlanda, Itália, Espanha, enfim, cada vez mais os países relativamente mais fracos da Europa, que é um continente desenvolvido.

Nós, da América Latina, estamos bem. Na Ásia, estamos bem. Não é uma crise totalmente internacional, embora, é claro, quando uma parte importante do mundo para de produzir, se consome no desemprego, também isso nos prejudica.

Mas é preciso, agora, realmente entender o caráter totalmente internacional e político; é uma luta pelo poder. Quem é que manda no mundo: é o governo eleito pela população, ou são os credores das dívidas de todos nós enquanto cidadãos, na medida que são dívidas públicas internas e externas? É preciso decidir isso, salvar realmente, eu diria, as economias de todos os países, mas particularmente nesse momento na Europa, mas também Estados Unidos, de uma crise totalmente desnecessária e por isso mesmo que tem que ser evitada. Muito obrigado.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado. Agora o Deputado Adelmo Leão, presidente da Frente Parlamentar de investigação da dívida pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Adelmo Carneiro Leão

Deputado Estadual/ Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e presidente da Frente Parlamentar de investigação da dívida pública de MG.

Bom dia, eu quero cumprimentar a todos e à deputada Sofia, que compõe a mesa, e dizer que é uma honra muito grande estar participando deste momento da história do Brasil e da história da humanidade. Quero agradecer por demais a você, Maria Lucia, pelo carinho, pelo acolhimento e por acreditar que juntos nós podemos fazer mais, ir mais longe.

Eu estou aqui, venho de Minas Gerais e trago o que tem de melhor em Minas no meu coração e no meu compromisso que é a vocação pela liberdade, e eu não tenho nenhuma dúvida que a liberdade não compatibiliza com a realidade das dívidas que estão instituídas entre nós, e no mundo.

Estou aqui com o espírito da luta e da solidariedade, compreendendo que se nós quisermos avançar - e nós queremos avançar - na implementação de políticas públicas de segurança, de saúde, de educação, nós teremos que promover o desenvolvimento do nosso país, o desenvolvimento dos povos. Isto também, esse querer, esse desejo, essa necessidade não compatibiliza com a situação que está posta. Nós propusemos na Assembleia Legislativa constituirmos a frente parlamentar pela negociação, pelo refazimento da dívida do Estado, das dívidas do Estado. E o que nós temos lá, é uma situação muito grave, inaceitável e quero aqui contrapor muito rapidamente com alguns argumentos que estão sendo estabelecidos na lógica da governança, da governabilidade e da sustentabilidade da República Federativa do Brasil.

Eu não concordo - e nós não podemos aceitar - que a unidade desta República se mantenha em cima do enfraquecimento dos Estados. Estados fracos podem ser mantidos unidos por ditadores, não por líderes. Nós queremos sustentar a União, a Federação, o Estado Federativo, a República Federativa do Brasil, constituindo Estados fortes. E aí nós temos que conduzir através de lideranças, e não de ditadores. Eu tenho a convicção de que líderes podem conduzir a unidade da nossa nação, e pra isso nós temos que vocacionar pela liberdade e pelo fortalecimento dos Estados. Não é aceitável nós vivermos, seja lá em Minas ou em outros Estados também; não estou propondo uma questão só da unidade federativa de Minas Gerais, mas dos estados brasileiros vítimas desse processo de endividamento e desse processo de negociação, pior do que o que está estabelecido no Brasil. Se no âmbito federal da nossa nação nós pagamos a SELIC, que constitui a taxa mais alta do mundo, piores são os acordos estabelecidos pelos estados, muito maiores ainda, absolutamente inaceitável. Então, eu venho aqui para dizer que pela liberdade, pelas políticas públicas, pela república federativa do Brasil, nós precisamos rever essa situação: unir a Igreja, a OAB, as Universidades, os jovens, todos, por que unidos nós conseguiremos sensibilizar as pessoas no sentido de mudar esta situação.

Não posso aceitar - e eu sou do Partido dos Trabalhadores - não posso aceitar por parte dos meus companheiros onde quer que estejam, essa situação: não apenas manter uma relação de dívida que nós não acordamos no passado, mas manter uma relação de agiotagem entre a nação brasileira e os estados. A nação não ficará mais rica agiotando os estados, e os estados não ficarão mais fortes e não comporão verdadeiramente a nação que nós sonhamos e que nós queremos de liberdade, de justiça, de fraternidade sendo submetidos a essa ordem vigente a essa ordem financeira vigente. Estamos juntos para podermos mudar essa história.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado, deputado. Agora o Embaixador do Equador no Brasil, Dr. Horácio Sevilla Borja, que também é colega, advogado.

Horácio Sevilla Borja

Embaixador do Equador no Brasil

Bom, uma grata surpresa poder falar de forma breve nessa mesa inaugural. Eu gostaria de trazer aqui a saudação do governo do Equador, do Presidente Rafael Correa aos movimentos sociais do Brasil.

O Equador tem a honra de ser o primeiro país que fez e completou a auditoria da sua dívida externa, e isso significou para o Equador correr muitos riscos, sofrer pressões, retaliações, as quais assumimos com um compromisso ideológico para com o nosso povo.

Estamos complacentes de ver que organizações tão importantes do Brasil como a Igreja Católica, como a Ordem dos Advogados do Brasil, como os partidos políticos progressistas, como as organizações da sociedade civil brasileira, as quais organizaram esse ato, estamos satisfeitos de ver que vocês seguem pregando a luta para realização, no Brasil, da auditoria da dívida.

Temos hoje no Brasil desafios tão grandes em ordem financeiro-econômico internacional, que temos que mudar a ordem mundial existente, pois esta afeta o nosso povo. De tal forma que uma saudação afetuosa do presidente Correa e do povo equatoriano para vocês. O desejo que temos e de que vocês cumpram a missão constitucional que está durante tanto tempo represada de fazer a auditoria dessa dívida. Muito obrigado.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado. Doutor José Luis Serafini Boll, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

José Luis Serafini Boll

Coordenador-Geral de Contabilidade e Avaliação, Secretaria de Controle Interno/ Ciset-CC/Presidência da República

O novo modelo de desenvolvimento brasileiro prevê a retomada do papel do Estado na defesa do interesse nacional e da sociedade, especialmente com a redefinição das prioridades dos gastos públicos. Os gastos e investimentos realizados pelo governo, especialmente como medidas para enfrentamento da crise financeira, iniciada em 2008, têm afetado de maneira positiva a demanda agregada privilegiando a expansão do mercado interno de massas e proporcionado dessa forma a distribuição de renda e apoio a população mais carente por meio de programas sociais.

Um fato interessante que eu queria relatar aqui para vocês é que na condição de

professor na Universidade, das disciplinas de orçamento e finanças públicas, o que eu tenho notado é um pleno desconhecimento, nos meios acadêmicos - e isso aí também afeta os cidadãos em geral - da situação da nossa dívida pública.

De acordo com os dados do portal da transparência, observamos que até setembro de 2011, agora, no fechamento do mês passado, 64.27% dos gastos realizados no orçamento federal foram destinados aos serviços da dívida pública, enquanto que para a educação nós tivemos aí 2.85%, saúde 1.55% e assistência social e combate à fome 0.03% dos recursos do orçamento aplicados. Então, a gente observa que é uma situação bastante crítica o volume de compromissos que nós temos no nosso orçamento com o serviço da dívida, e esse é um fato que passa quase que desconhecido da população em geral e, como eu falei, nos meios acadêmicos, principalmente.

Os ministérios da área econômica têm envidado esforços para que os efeitos negativos da crise financeira internacional não afetem a nossa economia, e frente ao cenário externo desfavorável uma das medidas que eu entendo como corajosa, adotada, e que repercutirá diretamente no serviço da dívida pública, foi a redução da taxa de juros SELIC com a sinalização de viés de baixa para os próximos anos. Essa foi uma medida que, mesmo contrariando diversos teóricos da área acadêmica, que se mostravam completamente contra essa medida, nós entendemos que diante dessas taxas, as maiores do mundo, praticadas aqui no Brasil, o governo já iniciou um processo de enfrentamento do problema da dívida.

Especificamente com relação à auditoria cidadã da dívida pública, tem sido praxe do governo adotar o diálogo como método junto aos movimentos sociais, e neste caso específico, por se tratar de um tema da área econômica, deve necessariamente envolver os ministérios especializados que são o da Fazenda e do Planejamento, sendo que a Secretaria-Geral da Presidência da República poderá atuar nessa interação entre os ministérios e o movimento.

Por fim, eu agradeço a oportunidade de participar desse evento e fico à disposição para levar ao ministro Gilberto Carvalho os pleitos resultantes das discussões propostas nesse seminário. Muito Obrigado.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado. Com a palavra o embaixador da Grécia no Brasil Dr. Dimitri Alexandrax

Dr. Dimitri Alexandrax

Embaixador da Grécia no Brasil

Muito obrigado, bom dia a todos. Queria, em primeiro lugar, agradecer as palavras de solidariedade da ministra Iriny Lopes, que é de descendência grega, como ela mesma destacou. Também é um grande prazer e uma grande honra ter aqui conosco nossa deputada da Grécia, Sofia Sakorafá. A palavra Sofia, em grego, significa “sabedoria”.

Falando da Grécia, queria dizer que nossa dívida é só 3% da dívida da zona do euro e nossa economia representa 2.5% da economia da União Europeia.

Então, é muito claro, por estes números, que a Grécia sozinha não pode gerar, não pode criar tantas dificuldades para economia europeia, e muito menos para a economia mundial.

Nota-se por esses números que a crise é muito mais geral nos Estados Unidos, na União Europeia, uma crise financeira, uma crise dos bancos.

Na Grécia, estamos tomando medidas muito difíceis de austeridade, muito difíceis para o povo grego, e ao mesmo tempo estamos tentando tomar medidas para a economia crescer, para gerar mais empregos, para sair da crise e já temos boas notícias, pois nossas exportações, este ano, aumentaram em torno de 40%.

Só queria terminar com duas coisas.

Primeiro, a Grécia, em nossa longa história, desde a antiguidade, enfrentamos muitas dificuldades e muitos desafios e sempre saímos fortalecidos. Então eu tenho certeza que desta vez também o povo grego, a Grécia, vamos sair ainda mais fortes.

E queria terminar, e citar a presidenta Dilma, na sua fala nas Nações Unidas na assembleia geral, a primeira mulher a abrir as discussões na assembleia geral nas Nações Unidas. Lá, ela destacou que os problemas nos países desenvolvidos não são por causa da falta de recursos financeiros, mas é por causa de recursos políticos e clareza de ideias. Acho que dessa maneira ela, a presidenta, colocou a crise nas suas dimensões certas e vistas deste lado dá para sair da crise da dívida e fazer um mundo melhor.

Desejo tudo de bom para vocês todos e muito obrigado.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Obrigado. No Brasil se fala que fechar com chave de ouro é deixar o melhor por último, então a Deputada Sofia, que tem a sabedoria no nome, vai encerrar a abertura.

Sofia Sakorafa

Deputada do Parlamento Grego

É uma grande honra para mim estar aqui com vocês hoje. Seria falha minha se eu não citasse aqui que eu estou muito entusiasmada de estar aqui com vocês, entre um povo com espírito de luta, que apesar de estar muito longe do meu país, temos muita coisa, tanto histórica, quanto cultural em comum.

Através dessas décadas de luta do povo brasileiro, vocês chegaram a mostrar para o nosso povo, o caminho, que a luta, que a resistência, iriam levar a gente a uma saída, para poder lutar, para resistir e sair com dignidade desta crise.

O nosso povo nesse momento passa por um momento muito difícil, não apenas a crise financeira, mas também crise política, crise social, crise de dignidade e crise de valores.

Foi um choque para o povo, porque de um momento para outro viu ser derrotado não só o seu sistema financeiro, mas os seus valores, praticamente a sua própria vida. Mas é por isso que ali se luta, com muita intensidade e muita coragem, para provar para o resto do mundo que ainda é digno, que ainda luta e tem coragem, e quer sair com a

cabeça erguida. Isso é muito duro para o povo grego. Segundo a minha opinião o meu país neste momento serve como cobaia. É uma cobaia vítima do capital internacional, onde eles querem um povo oprimido e submisso para que o capital internacional, tanto quanto o nacional, possa funcionar sem interrupções e sem obstáculos.

O que interessa, neste momento, eu acredito, não é que os emprestadores peguem seu dinheiro de volta, mas o que eles querem, na verdade, são as próprias reformas políticas, mão de obra barata, nenhum direito, só obrigações.

Um dos participantes aqui, um deputado federal, quando cheguei aqui me perguntou uma coisa relacionada ao meu discurso de ontem *“Por que a Grécia começou essa guerra”*, ele me perguntou, *“Você falou de guerra, mas quais são as armas que podemos utilizar?”* Eu respondi a ele: *“É a Solidariedade”*, isso que a gente está fazendo agora, isso que estamos fazendo aqui.

Se um povo não ficar ao lado do outro, se não estender a mão de solidariedade, se não fizer a caminhada e a jornada juntos, temo que o jogo está perdido.

Eu servi por muitos anos o maior movimento político que eu acredito que seja o atletismo, valores assim como a igualdade, a solidariedade e o respeito às diferenças do outro são valores muito contemporâneos, e é o que a nossa realidade atual pede de todos nós, então, *“SOLIDARIEDADE, VALE A PENA RESISTIR”*.

Muito obrigada, e muito sucesso a este seminário.

Marcos Vinicius Furtado Coelho

Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Como se vê, a deputada Sofia que foi campeã de atletismo, agora é campeã de cidadania. Desfazemos essa mesa de abertura solene e damos sequência aos painéis do Seminário Internacional *“Alternativas para Enfrentamento da Crise”*.

Bons trabalhos.

PAINEL I

Crise Financeira, Ambiental, Alimentar e Social, e Especulação



PALESTRANTES:

Eric Toussaint – Presidente do CADTM / Bélgica

Daniel Munevar – CADTM / Colômbia

Marcelo Carcanholo – Professor Doutor/ Universidade
Federal Fluminense

COORDENADOR E RELATOR:

Cláudio Antônio Tonegutti - ANDES/SN

Althen Teixeira Filho - ADUFPEL

Grécia, Irlanda e Portugal: por que é que os acordos com a Troika são odiosos?

Renaud Vivien & Éric Toussaint (CADTM)¹

A Grécia, a Irlanda e Portugal são os três primeiros países da zona euro a ficar sob a tutela direta dos seus credores, depois de terem assinado com a Troika composta pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) os planos de “ajuda”. Mas estes acordos, que geram novas dívidas e impõem às populações medidas de austeridade sem precedentes, podem ser postos em causa com base no direito internacional. Com efeito, os acordos são odiosos e por conseguinte ilícitos. Como sublinha a doutrina da dívida odiosa, “as dívidas dos Estados devem ser contraídas e os fundos correspondentes devem ser utilizados no interesse e para as necessidades do Estado”². Ora, os empréstimos da Troika acarretam como contrapartida medidas de austeridade que violam o direito internacional e que não permitirão a estes Estados sair da crise.

Todos os empréstimos concedidos em contrapartida de políticas que violem os direitos humanos são odiosos

Como afirma o relator especial Mohammed Bedjaoui no seu projeto de artigo sobre a sucessão dos Estados em matéria de dívidas para a Convenção de Viena de 1983: *“Do ponto de vista da comunidade internacional, pode entender-se por dívida odiosa qualquer dívida contraída com fins não conformes ao direito internacional contemporâneo, em particular aos princípios do direito internacional incorporados na Carta das Nações Unidas.”*³

Não restam dúvidas de que as condições impostas pela Troika (demissões em massa no setor público, dismantelamento da segurança social e dos serviços públicos, aumento de impostos indiretos como o IVA, diminuição do salário mínimo, etc.) violam de forma manifesta a Carta das Nações Unidas. Com efeito, entre as obrigações contidas na Carta, estipula-se nos artigos 55.º e 56.º : *“a melhoria dos níveis de vida, o pleno emprego e as condições de progresso e de desenvolvimento da ordem econômica e social (...), o respeito universal e efetivo pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”*. Por consequência, *as medidas de austeridade e as dívidas contraídas no quadro dos acordos com a Troika estão feridos de nulidade, já que tudo quanto está lá escrito é contrário à Carta da ONU.*⁴

Além da violação dos direitos econômicos, sociais e culturais resultante da aplicação de medidas anti-sociais, a Troika põe em causa o direito de autodeterminação dos povos, consagrado no artigo 1-2 da Carta da ONU e nos Pactos de 1966

1 Renaud Vivien - Jurista, membro do grupo de trabalho de Direito do CADTM Bélgica. Éric Toussaint, doutorado em Ciências Políticas, presidente do CADTM Bélgica. São co-autores do livro coletivo *La Dette ou la Vie*, Aden-CADTM, 2011.

2 Alexander Nahum Sack, *Les Effets des Transformations des États sur leurs dettes publiques et autres obligations financières*, Recueil Sirey, 1927.

3 Mohammed Bedjaoui, «Neuvième rapport sur la succession dans les matières autres que les traités», A/CN.4/301et Add.1, p. 73.

4 Monique e Roland Weyl, *Sortir le droit international du placard*, PubliCETIM n°32, CETIM, Novembro de 2008.

sobre direitos humanos. Segundo o artigo primeiro, comum aos dois pactos, “*Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude deste direito, podem determinar livremente o seu estatuto político e assegurar livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Para alcançarem os seus fins, todos os povos podem dispor livremente das suas riquezas e dos seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, fundada no princípio do interesse mútuo e do direito internacional. Em caso algum se poderá privar um povo dos seus próprios meios de subsistência.*”

Ora, a ingerência da Troika nos assuntos internos destes Estados prejudica flagrantemente a democracia. Os credores advertiram claramente que as eleições na Irlanda e em Portugal não poderiam pôr em causa a aplicação dos acordos. Citemos por exemplo o artigo do periódico francês *LeFigaro* de 9 de Abril de 2011, que refere às condições impostas a Portugal pelos ministros das finanças da zona euro e da União Europeia quando de uma reunião realizada em Budapeste, antes das eleições legislativas portuguesas: “*A preparação [do plano de austeridade] deve começar imediatamente, tendo em vista um acordo entre os partidos a partir de meados de Maio, e permitir a implementação sem demora do programa de ajuste desde a formação do novo governo*”. “[...] *Os ministros deram claramente a entender a Portugal que não pretendem rever as contrapartidas da ajuda, seja qual for o resultado das eleições.*”⁵ No caso da Grécia, o programa de austeridade acordado com a Troika foi imposto em 2010 sem que o Parlamento o tivesse ratificado, à revelia do disposto na Constituição grega (artigo 36.º, parágrafo 2º)⁶.

Este desprezo da Troika pela soberania dos Estados foi facilitado pela gravidade da situação financeira da Grécia, da Irlanda e de Portugal (primeiras vítimas na zona euro da crise da dívida, mas certamente não as últimas). Neste sentido, dificilmente se pode defender a validade dos acordos com o argumento da liberdade de consentimento. Em direito, quando uma das partes de um contrato não pode exercer a sua vontade com autonomia, o contrato fica ferido de nulidade. De que forma se aplica este princípio ao caso em estudo? Ao ser impedido de recorrer ao crédito nos mercados financeiros em condições razoáveis e a longo prazo, devido às taxas de juro exigidas pelos mercados financeiros (entre 12 e 17% ao ano, conforme os casos), os governos destes três países tiveram de recorrer à Troika, que se aproveitou da sua condição de prestador de última instância. Ao aproveitar-se da situação aflitiva das autoridades gregas, irlandesas e portuguesas, a Troika conseguiu impor planos que tiveram e terão um efeito negativo na saúde econômica desses países, em consequência do caráter pró-cíclico das medidas adotadas (trata-se de medidas que reforçam os fatores que geram o decréscimo da atividade econômica).

As privatizações massivas nos setores essenciais da economia (transportes, energia, correios, etc.) impostos pela Troika oferecem às empresas privadas estrangeiras um grau de controle que afeta a soberania desses Estados e o direito dos povos a dis-

5 <http://www.lcfgaro.fr/conjoncture/2011/04/08/04016-20110408ARTFIG00645-le-portugal-au-regime-sec.php>
Ler Virginie de Romanet, «Le Portugal: dernière victime en date du modèle néolibéral», 2011,
<http://www.cadtm.org/Le-Portugal-derniere-victime-en>.

6 Georgios Katrougalos et Georgios Pavlidis, «La Constitution nationale face à une situation de détresse financière: leçon tirées de la crise grecque (2009-2011)».

porem livremente das suas riquezas e recursos naturais. Embora um Estado tenha o direito de transferir uma parte da sua soberania para uma entidade estrangeira, por meio de um acordo, essa transferência não pode, sem violar o direito internacional, comprometer a independência econômica do Estado, que é um elemento essencial da independência política.⁷

Através destes condicionalismos, a Troika não se limitou a violar o direito internacional. Também se tornou cúmplice da violação dos direitos nacionais desses Estados. Na Grécia, mais especificamente, assiste-se a um verdadeiro golpe de Estado jurídico. A título de exemplo, várias disposições da lei 3845/2010 que implementa o programa de austeridade violam a Constituição, nomeadamente ao suprimirem o salário mínimo legal. O abandono da soberania do Estado grego é ainda agravado pela cláusula do acordo com a Troika que prevê a aplicabilidade do direito anglo-saxónico e a competência do Tribunal da União Europeia em caso de litígio. O Estado renuncia assim a uma prerrogativa fundamental de soberania que consiste na competência territorial dos tribunais nacionais. Ao mesmo tempo, a lei grega que implementa o programa de austeridade determina que as sentenças arbitrais (com valor constitucional) que concedam aumentos salariais para os anos de 2010 e 2011 sejam declaradas inválidas e improcedentes. Em suma, como escreveram os juristas G. Katrougalos e G. Pavlidis, *“a soberania estatal fica limitada de forma muito similar ao controle financeiro internacional que foi imposto ao país em 1897 após a falência (1893) e sobretudo em resultado da derrota grega na guerra grego-turca.”*

Qualquer empréstimo cuja causa seja ilícita ou imoral é odioso

O fundamento jurídico extraído da causa ilícita e imoral que põe em causa a validade dos contratos encontra-se em numerosas legislações nacionais civis e comerciais. Este fundamento remete-nos diretamente para uma questão que diz respeito à doutrina da dívida odiosa: quem se beneficia com os empréstimos? No caso dos acordos estabelecidos com a Grécia, a Irlanda e Portugal, são claramente os bancos privados europeus - que emprestaram a esses países de maneira totalmente irresponsável - que tiram proveito dos empréstimos, ao passo que são responsáveis pela crise da dívida. Com efeito, a ajuda aos bancos privados por parte dos poderes públicos após a crise financeira de 2007 acarretou a explosão da dívida dos Estados. Neste sentido, podemos classificar de imoral, no mínimo, a fundamentação dos acordos estabelecidos com a Troika e invocar o *enriquecimento ilícito* (um princípio geral do direito internacional segundo o artigo 38.º dos estatutos do Tribunal Internacional⁸) em proveito dos bancos privados.

O enriquecimento ilícito dos bancos privados é ainda agravado pelo fato de os bancos tirarem enorme proveito à custa dos poderes públicos em virtude da diferença entre, por um lado, as taxas de juro de mais de 4% que exigem aos Estados em causa para comprar títulos emitidos a prazo de 3 ou 6 meses, e, por outro, a taxa

7 <http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000331/033110fb.pdf>

8 Está também previsto em diversos códigos civis nacionais, como no caso do código civil espanhol (nos artigos 1895.º e seguintes) e francês (artigos 1376.º e seguintes).

de 1% à qual esses mesmos bancos se financiam junto ao Banco Central Europeu. Podemos igualmente invocar enriquecimento ilícito (enriquecimento abusivo ou ilegal) a propósito de Estados como a Alemanha, a França e a Áustria, que pediram empréstado nos mercados a 2% e emprestaram à Grécia a 5% ou a 5,5%, à Irlanda a 6%.⁹ O mesmo é válido para o FMI, que empresta aos seus membros a taxas de juro baixas mas empresta à Grécia, à Irlanda e a Portugal a taxas nitidamente superiores.

As medidas anunciadas pelas autoridades europeias em 21 de Julho de 2011 constituem uma confissão clara e inequívoca de enriquecimento ilícito pelo qual são responsáveis, e do carácter doloso da sua política. Por fim, anunciaram a intenção de reduzirem em 2 ou 3 pontos percentuais as taxas de juro que exigem à Grécia, à Irlanda e a Portugal. Ao proclamarem que reconduziam as taxas de juro a cerca de 3,5% para os créditos de 15 ou 30 anos, reconheceram que as taxas de juro que estavam a pedir eram proibitivas. Fazem-no por se ter tornado evidente o desastre a que condenaram aqueles países e pelo forte perigo de contágio a outros países.

Qual seria o interesse da Irlanda, da Grécia e de Portugal em aceitarem estes acordos com a Troika? Nenhum, para além de uma pequena dose de oxigénio financeiro... que serve, no entanto, para reembolsar os credores. A médio e longo prazo, os planos de austeridade piorarão a situação, desencadeando um efeito “bola de neve”. Com efeito, o encargo dos juros sobre as novas dívidas aumenta, ao passo que as medidas impostas pela Troika trazem como consequência a redução da atividade econômica, diminuindo a demanda global e afetando as condições de vida da população. Podemos, portanto, estabelecer o comportamento doloso do FMI, tão abissal é o fosso entre o seu discurso e a realidade. Na verdade, de acordo com o artigo 1.º dos seus estatutos, o FMI tem por objetivo *“facilitar a expansão e o crescimento harmonioso do comércio internacional e assim contribuir para instaurar e manter níveis elevados de emprego e de rendimento real e para desenvolver os recursos produtivos de todos os Estados-membros, objetivos primeiros da política económica”*¹⁰ ou ainda *“dar estabilidade aos Estados-membros, pondo os recursos gerais do Fundo temporariamente ao seu dispor, negociando garantias adequadas, fornecendo-lhes assim a possibilidade de corrigir os desequilíbrios das suas balanças de pagamento sem recorrer a medidas prejudiciais à prosperidade nacional ou internacional”*¹¹. Da mesma forma, podemos afirmar que a ação da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu constituem dolo à custa dos países envolvidos.

As medidas impostas pelo FMI, o BCE e a Comissão Europeia têm ainda por consequência condenar estes países à lógica infernal do endividamento, pois terão de continuar a pedir crédito para poderem reembolsar. Assim se inicia um ciclo de 10, 15 ou 20 anos de austeridade e aumento da dívida.¹² O estudo da OCDE sobre a dívida grega, publicado a 2 de Agosto de 2011¹³, afirma nomeadamente que a dí-

9 Recordemos que o Tratado de Maastricht impede o BCE de emprestar diretamente aos Estados.

10 Ler os estatutos do FMI em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/fre/aa01.htm>.

11 Sublinhados dos Autores.

12 Eric Toussaint, *As Ajudas Envenenadas do Menu Europeu*, 2011,

<http://www.cadtm.org/As-ajudas-envenenadas-do-menu>.

13 http://www.oecd.org/document/62/0,3746,fr_21571361_44315115_48475902_1_1_1_1.00.html

vida pública, que era de 140% em 2010, deverá voltar a ser 100% do PIB (Produto Interno Bruto) em... 2035.

Perante esta situação, se os governantes pretendem respeitar os interesses da população, devem romper os acordos com a Troika, suspender imediatamente o reembolso da dívida (e respectivos juros) e proceder a auditorias com participação civil. Estas auditorias deverão determinar a parte ilegítima das dívidas, a qual deverá ser anulada sem condições. O resto da dívida pública deve igualmente ser reduzido pela aplicação de medidas à custa dos que dela se aproveitaram. Devem ser instaurados processos judiciais contra os responsáveis pelos danos causados. Obviamente, devem ser tomadas medidas complementares e essenciais (transferência de bancos para o setor público, reforma fiscal radical, socialização dos setores privatizados durante a era neoliberal, etc.¹⁴), pois a anulação das dívidas ilegítimas, embora necessária, será insuficiente se a lógica do sistema permanecer intacta.

(Tradução de Rui Viana Pereira, revisão de Noémie Josse)

14 Ver *Oito Propostas Urgentes para Uma Outra Europa*, <http://www.cadtm.org/Oito-propostas-urgentes-para-uma>.

Impacto da Crise Internacional na América Latina. Estrutura econômica: riscos e perspectiva

Daniel Munevar¹⁵

A crise internacional impacta na América Latina por seu papel de provedora de matérias primas para o resto do mundo. Para superar a situação, é necessário proteger a demanda agregada interna e manter assim as altas taxas de crescimento econômico.

O presente texto está baseado no Documento de Discussão Nº 2 do Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, novembro de 2011.

Um mundo em recessão

Ao longo das últimas três décadas, vem ocorrendo uma grande transformação das economias tanto de países do centro, como da periferia. Isto ocorreu como resposta à queda da taxa de lucro nas principais economias do mundo entre os anos 60 e princípios dos anos 80. Assim, desde os anos 80 vem se dando uma queda contínua da participação dos salários no rendimento em nível global, produto direto da implementação de políticas econômicas neoliberais, a qual permitiu a recuperação e crescimento da citada taxa de lucro.

No caso das economias dos Estados Unidos e Europa, em um ambiente caracterizado pela queda na renda dos trabalhadores, o crescimento econômico foi sustentado graças ao rápido incremento do crédito a famílias e corporações.

A crise de 2008 colocou em relevo os limites do dito sistema de crescimento baseado no crédito, já que a capacidade das famílias de acumular dívidas tem um limite. Nos países do centro, o maior crescimento da dívida das famílias teve lugar no setor de crédito imobiliário, especialmente nos Estados Unidos, Reino Unido e Espanha. Nesses países, o rápido incremento do crédito induziu a uma forte alta nos preços da moradia, o que permitiu às famílias refinarciar de forma regular suas hipotecas para assim financiar o consumo. Contudo, uma vez que começaram a cair os preços das moradias entre os anos 2006 e 2008, as famílias deste grupo de países se viram incapazes de continuar com o que basicamente representava um esquema de financiamento que requeria adquirir novas dívidas para cobrir compromissos financeiros passados.

A recessão de 2008 foi então consequência direta da queda dos gastos de famílias e corporações, produto da implosão da bolha de crédito do setor privado. Nesse sentido, é muito importante ressaltar que a atual crise econômica pouco tem a ver com o crescimento da dívida pública anterior a 2008. De fato, é o contrário. Uma vez que a crise golpeia, e cai o gasto privado, o incremento do déficit fiscal e com ele da dívida pública, por meio da queda dos impostos e incremento das transferências, atua como mecanismo para reduzir o impacto negativo da redução do gasto privado nas economias. Assim, a queda da atividade econômica permite explicar os mais

15 Daniel Munevar – Bacharel em Economia (Universidad de Pinar del Río, Cuba), mestre em Public Affairs (University of Texas) e membro do CADTM-Colômbia.

de 70% de incremento da dívida pública ocorridos nos países do centro. A dívida pública então não é a origem dos problemas econômicos pelos quais atravessam os países do centro, como se escuta de forma insistente nos meios de comunicação, mas sim consequência direta da implosão do modelo de crescimento econômico baseado na repressão salarial e o crescimento do crédito ao setor privado.

Uma análise da situação deixa claro que o colapso do modelo de crescimento econômico baseado na contenção salarial e o incremento do crédito que tem sido implementado em escala global desde os anos 80 está modificando profundamente as relações econômicas internacionais e as perspectivas de futuro crescimento. Se vislumbra ao menos uma década de recessão econômica global, já que os principais centros de consumo global como Estados Unidos, Japão e China experimentarão uma sensível redução de seus níveis de crescimento. Inclusive no caso da Europa, uma profunda depressão. Dado este sombrio contexto a pergunta que é necessário fazer-se é a seguinte: quais são os efeitos, para a América Latina, da transformação econômica que está ocorrendo em escala global?

Impacto pela via comercial

O impacto da crise econômica internacional se deixará sentir na América Latina por meio de dois canais. O primeiro, via fluxos comerciais e o segundo, via fluxos de capital. Para compreender a vulnerabilidade da região deste ponto de vista ante as transformações que estão ocorrendo em nível global, é necessário primeiramente compreender a estrutura do comércio mundial e o papel que a América Latina desempenha nessa estrutura.

De forma paralela à dinâmica de contenção salarial realizada ao longo das últimas décadas, os processos de redução de barreiras alfandegárias e expansão de corporações tem causado uma transformação significativa na estrutura do comércio internacional. Apesar de em princípios dos anos 80, 70% do comércio global se concentrar nos países do G7, para o ano de 2008, os países desenvolvidos e Ásia representaram 85% das exportações a nível mundial, com uma participação de 30% apenas dos países asiáticos.

Nesse esquema, a América Latina representa o último vagão do trem do comércio global e, por isso, o último a sentir os efeitos da desaceleração, ao exercer o papel de provedor de matérias primas para o resto do mundo com uma participação total em tal comércio equivalente a 4,4% em 2008.

Durante a última década ocorreu um processo de reprimarização das exportações, com um incremento na participação de matérias primas nas exportações regionais de cerca de 15%. O elemento chave que permite explicar esse incremento vem dado pela favorável evolução dos preços das matérias primas ao longo dos últimos anos.

Por outro lado, o crescimento do volume de exportações teve como destino principal os países asiáticos, especialmente a China, já que as exportações para esta região passaram de 5% do total em 2000, a cerca de 20% em 2010. É importante assinalar que de forma paralela a este processo de reprimarização e crescimento das

exportações destinadas à Ásia, e apesar dos esforços para fortalecer a integração regional, o comércio regional tem demonstrado pouca dinâmica, mantendo uma participação estável em 20%.

Por sua vez, os altos preços das matérias primas são produto não de uma mudança estrutural na demanda por este tipo de bens e por isso a um fenômeno de longo prazo, mas sim, em grande medida, devido à especulação nos mercados futuros desses bens.

A partir de um ponto de vista estatístico, o desvio dos preços das matérias primas, no que toca a sua evolução histórica, não tem precedentes: os preços de treze produtos básicos durante o último ciclo mostram mais de três desvios-padrão da média histórica. A probabilidade de que um só evento destes ocorra é menos de uma em cem mil anos. De forma conjunta, é impossível.

No contexto atual, dois fatores podem precipitar a queda dos preços das matérias primas. O primeiro deles é o recrudescimento da crise financeira pela qual passa a Europa, que ameaça as principais entidades financeiras do velho continente tanto através de sua exposição tanto a créditos à periferia europeia, quanto a ativos tóxicos comprados ao longo da última década. Deste modo, o efeito significativo da especulação financeira nos preços implica que, em momentos nos quais se incrementa a volatilidade dos mercados, os preços das matérias primas tendem a cair devido ao fato de os agentes financeiros precisarem de liquidez.

O segundo fator é a desaceleração e transformação da estrutura de crescimento da China. Devido ao excesso de capacidade industrial instalada em um ambiente internacional caracterizado pela redução do consumo final, na medida em que começam a cair os níveis de investimento nos países asiáticos em geral, na China em particular, a demanda por materiais relacionados com a produção industrial (metais e energia) cairá progressivamente. Isto terá um efeito negativo nos preços de matérias-primas distintas dos gêneros alimentícios. No caso de produtos agrícolas, a queda do ritmo de crescimento econômico na China não terá uma repercussão significativa no volume de importações já que os níveis de renda e consumo seguirão crescendo a ritmos baixos mas estáveis.

Então o cenário que se vislumbra deste ponto de vista comercial é um de forte queda de preços, de modo que os volumes exportados de produtos agrícolas seguirão crescendo, enquanto a demanda por metais e, em menor medida, energia reduzirá de forma significativa seu ritmo de crescimento. Isso significa que o impacto da crise pela via comercial deixaria os países da região às portas de voltar a cair no conhecido ciclo de deterioração das condições de troca, onde maiores volumes exportados implicam menor poder aquisitivo em termos de bens industriais devido à queda dos preços das matérias primas.

Tal situação põe em relevo o sério desacerto em termos de política econômica que se tem cometido em vários países da região como Colômbia, Peru, Argentina e vários outros, onde a estratégia de desenvolvimento se fundamenta na extração de recursos naturais. Desta forma, as políticas de subsídios, redução de impostos e outras medidas tais como a criação de incentivos para a

atração de investimentos estrangeiros diretos que estão sendo implementados no setor extrativo terão um impacto negativo sobre a capacidade de responder a este cenário, já que limitam a capacidade de reorientar a política econômica para fazer frente à crise.

Os países da região se defrontam, então, com um cenário realmente complicado. Fatores que têm propiciado o crescimento da região ao longo da última década, na forma de condições favoráveis de comércio e rápida expansão do crédito ao setor privado, desapareceram sem que exista um elemento que permita substituí-los.

Desta forma, fica claro que se tem desperdiçado uma oportunidade histórica para reduzir a dependência ao financiamento externo e o fortalecimento da capacidade industrial doméstica. Na próxima etapa da economia global, caracterizada por uma forte queda da demanda agregada final, a capacidade de proteger a demanda agregada interna será chave no momento de determinar quais países estão aptos em manter taxas altas de crescimento econômico.

Devido ao caráter extremamente complicado dos cenários que se projetam sobre a região, faz-se necessário e urgente tomar medidas que busquem reduzir o impacto da crise sobre os países da América Latina e o Caribe. Uma lista básica de tais medidas deveria incluir:

- Implementação de regulamentação ao crédito outorgado por entidades financeiras ao setor privado, com o objetivo de controlar o rápido crescimento das dívidas de famílias e empresas.
- Coordenar a criação de um sistema de controle de capitais a nível regional que permita reduzir a entrada de capitais especulativos na região, com o objetivo de reduzir o impacto negativo de tais fluxos sobre o valor das moedas e o crédito local. Este sistema poderia vir acompanhado da criação de um imposto regional sobre as transações financeiras, que sirva por sua vez para financiar as atividades do Banco do Sul.
- Acelerar a implementação do Banco do Sul com o objetivo de financiar programas regionais para o fortalecimento da capacidade produtiva regional, para assim reduzir a dependência às exportações de matérias primas que experimenta atualmente a região. O fortalecimento da integração regional permitiria assim mesmo criar as economias de escala requeridas para o desenvolvimento de um setor industrial nos diferentes países da América Latina.
- Organização de comitês de auditoria da dívida a nível regional que permitam a supervisão e vigilância do manejo dos mecanismos de endividamento público. O objetivo da auditoria é implementar um mecanismo para controlar de forma preventiva a socialização das perdas do setor financeiro associadas a um cenário de pânico financeiro regional e internacional.

Destaques:

1. A ênfase dos governos e organismos multilaterais na imposição de medidas

de austeridade com o objetivo de reduzir a dívida do setor público representa um sério risco para o crescimento econômico e estabilidade financeira das economias desenvolvidas.

2. O colapso do modelo do crescimento econômico baseado na contenção salarial e o incremento do crédito que tem sido implementado em escala global desde os anos 80 está modificando de maneira profunda as relações econômicas internacionais e as perspectivas de futuro crescimento.
3. América Latina representa o último vagão do trem do comércio global e por isso o último a sentir os efeitos da desaceleração, ao exercer o papel de provedor de matérias primas para o resto do mundo.
4. No caso dos países da América Latina, a estrutura produtiva que tem sido configurada ao longo da última década é claramente inadequada para fazer frente aos desafios do novo contexto econômico global.
5. Na etapa seguinte da economia global, caracterizada por uma forte queda da demanda agregada final, a capacidade de proteger a demanda agregada interna será a chave no momento de determinar quais países estarão aptos a manter altas taxas de crescimento econômico.

Finalmente, opino que as prioridades antes elencadas venham a ser adotadas na seguinte ordem: 5-1-3-2-4.

A atual crise da economia mundial

Marcelo Dias Carcanholo¹⁶

Ao contrário do que se afirma em certas ocasiões as crises financeira, alimentar, social e energética por que passa a economia mundial contemporânea não constituem situações isoladas e independentes. Na verdade, constituem formas específicas de manifestação de uma mesma crise estrutural da economia mundial capitalista.

É da natureza da lógica da economia capitalista uma trajetória cíclica, dentro da qual fases de crescimento relativamente sustentável são sucedidas por períodos de crise/estagnação, e vice-versa. Esse caráter cíclico da economia requer um entendimento das razões de uma crise em função das características que o processo de crescimento anterior produziu, assim como a retomada desse crescimento só pode ser explicada pelas consequências produzidas pela crise que a antecedeu.

Nesse sentido, a atual crise estrutural do capitalismo é fruto da natureza contraditória que constitui o capitalismo contemporâneo, e este se conformou a partir das formas que o capitalismo construiu para sair de sua última grande crise estrutural, a crise do final dos anos 60 do século passado. Naquele momento, como em geral se observa nas crises capitalistas, dois elementos estavam presentes: (i) uma superprodução de capital, em todas as suas formas (monetária, mercantil e produtiva); (ii) queda das taxas de lucro.

Assim, as formas de reconstrução do processo de acumulação de capital tiveram que ampliar/criar espaços de valorização para um capital que, até aquele momento, encontrava-se sem espaços de atuação. Dentre outras, uma das formas que deve ser destacada é a desregulamentação e abertura dos mercados financeiros a partir dos anos 70 do século passado. Esse processo de criação de novos produtos financeiros e ampliação de seus mercados implicou, na prática, a expansão de espaços de valorização para um capital que, na lógica anterior, estava superacumulado.

Esse capital que se especializa na mera apropriação de um valor que, diretamente, ele não produz, define um comportamento ambivalente para o capitalismo contemporâneo. De um lado, ele possibilita o financiamento de investimentos que, em sua ausência, nem existiriam e, ao mesmo tempo, acelera a rotação do capital de forma considerável. Isto define uma funcionalidade do capital de valorização meramente financeira para o conjunto da acumulação capitalista. Por outro, como esse capital não participa diretamente da produção do valor, a expansão de sua lógica significa o crescimento de uma fração do capital total que apenas se especializa na apropriação de um valor que, relativamente, não é produzido na escala condizente com essa expansão dos títulos de apropriação. Está criada a base para, quando esses títulos de apropriação forem exercidos, isto é, procurarem sua base real no valor produzido, não a encontrem na mesma proporção.

A funcionalidade desta lógica predominou entre os anos 70 do século passado

¹⁶ Marcelo Dias Carcanholo – Graduado (Universidade de São Paulo), mestre (Universidade Federal Fluminense) e doutor em Economia (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Atualmente, é Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

e o início do século XXI, o que lhe deu alguma dinâmica de acumulação. Entretanto, a crise estrutural que vivenciamos na atualidade é justamente o reflexo do predomínio do outro lado dessa lógica ambivalente. Construiu-se uma massa de capital, dentro de uma lógica de mera apropriação de valor excedente, e este não foi produzido na mesma proporção. Quando os direitos sobre a apropriação procuraram ser exercidos, a fatia desse valor excedente para cada capital se reduziu, ou seja, a taxa de lucro da economia caiu.

Essa crise, pela atuação dos fundos especulativos nos mercados, já vem sendo ensaiada de antes, desde a crise das chamadas empresas pontocom (empresas de alta tecnologia), uma primeira manifestação no mercado de financiamento de imóveis americano, e o ciclo nos preços das *commodities* (alimentares e não alimentares), na virada da última década do século passado para a primeira do século XXI.

A atual manifestação financeira da crise do capitalismo se relaciona com a característica especulativa no mercado imobiliário americano, baseado no crédito hipotecário¹⁷. O crescimento do mercado imobiliário, com base nesse tipo de financiamento, propiciou a elevação dos preços dos imóveis que, por sua vez, e em um efeito auto-expansivo, possibilitou o refinanciamento das hipotecas de uma forma que o montante refinanciado de recursos permitia tanto o pagamento dos débitos anteriores quanto recursos adicionais utilizados para novas aquisições de imóveis, impulsionando ainda mais o efeito auto-expansivo de elevação dos preços dos imóveis. Esse processo implicava o crescimento do consumo das famílias americanas, em função do acúmulo de riqueza em função da alta do mercado imobiliário expressa nos maiores preços dos imóveis. O crescimento da economia americana e, em última instância, da economia mundial, teve como base esse processo, em uma espiral “virtuosa” riqueza (imobiliária)-consumo-produção-emprego-renda-riqueza-consumo...

Entretanto, já no momento de alta do ciclo, percebia-se o caráter especulativo do processo auto-expansivo, uma vez que a elevação dos preços dos imóveis permitia a ampliação dos empréstimos para novas compras de imóveis, que voltavam a elevar os preços dos imóveis, e assim por diante. Essa bolha especulativa, enquanto o ciclo de alta na liquidez internacional permitia e chancelava os problemas conjunturais de liquidez dos tomadores de empréstimos, apresentou esse caráter “virtuoso” para a economia americana e mundial, dentro de um processo, como visto, de funcionalidade do capital fictício para a acumulação do capital total.

Mas, a partir de 2004, os limites desse processo começaram a se manifestar. O momento de alta no ciclo de liquidez internacional começou a mostrar sinais de retração, o que acaba (e acabou) elevando as taxas de juros, aumentando o peso do serviço das dívidas dos tomadores de empréstimo, o crescimento da inadimplência, a resposta do mercado imobiliário retraindo a oferta de crédito imobiliário, redução dos preços dos imóveis, da riqueza que, por sua vez, expande a inadimplência e, com isso, o caráter “virtuoso” do processo se transforma, em razão da mesma lógica, em “vicioso”.

17 O crédito hipotecário se define pela tomada de empréstimos tendo como garantia os próprios imóveis adquiridos.

Essa crise se manifestou primeiro¹⁸ no segmento do mercado com mais risco, que é aquele representado por tomadores com histórico de inadimplência. Detonada a crise, o seu processo de expansão e contágio se dá pelo fato de que, ao aumentar a inadimplência, os credores (geralmente bancos e fundos de investimento) passam a sofrer também com problemas de liquidez, uma vez que os ativos que eles tinham a receber são desvalorizados e, portanto, seus compromissos financeiros podem não ter mais garantia de pagamento. Com isso, esses credores são obrigados a vender (parte de) seus ativos em troca de dinheiro para, com este, saldar suas obrigações. Esse movimento de venda de ativos provoca a redução dos seus preços e reforça a pressão pela alta da taxa de juros, agravando a crise.

A atual fase da crise, chamada de crise das dívidas soberanas, com maior manifestação na zona do euro, não é um movimento isolado, independente dessa crise anterior. Trata-se de uma segunda onda da mesma crise. Isso porque a saída construída pelos governos e principais órgãos de financiamento internacionais se baseou em dois aspectos: a) ampliação das reformas neoliberais conservadoras, no intuito de ampliar a fração da renda produzida que pode ser apropriada por essa massa de capital superacumulada na esfera financeira; b) utilização de uma parte substancial dos orçamentos públicos para dar maior liquidez para os títulos financeiros que, sem isso, e como efeito da crise, seriam reduzidos a pó. Assim, o crescimento da dívida pública dos Estados Nacionais não decorre de políticas “perdulárias” desses Estados. Ao contrário, é a consequência inexorável de uma saída da crise dentro da qual a lógica é salvar os bancos e fundos de especulação, à custa da já combatida população que sofrerá ainda mais a redução dos gastos públicos com educação, saúde, moradia, políticas públicas em geral.

Recursos públicos para os capitais especulativos, ajuste fiscal para a população! Este é o lema da saída do capitalismo para sua atual crise estrutural.

18 Os primeiros sinais da crise financeira, a partir do estouro da bolha no mercado *subprime* americano, surgem no início de 2007, mas é desde agosto do mesmo ano que os seus efeitos sobre os mercados financeiros, especificamente sobre os bancos que possuíam ativos com maior exposição aos títulos dessas hipotecas, se espalham pela economia americana e européia.

Crise financeira, ambiental, alimentar e social, e especulação Cláudio Antonio Tonegutti¹⁹

Neste painel foram discutidos vários aspectos decorrentes das crises vivenciadas nos últimos anos e seus reflexos nos países emergentes, com particular ênfase para a América do Sul.

A teoria econômica clássica encara as crises como ocorrências cíclicas e, portanto, normais no sistema capitalista, cujo crescimento sempre alterna tempos de expansão e de contração da economia. Ao longo do tempo, o capitalismo não só assumiu diferentes formas, como transferiu seus centros de poder (hoje nos bancos de Nova York). Entretanto, os fatos do passado não garantem a sobrevivência futura, como bem apontam economistas com visões distintas daquelas do neoliberalismo.

A crise financeira atual pode ser aquilatada pelo fato de que, em 2007, o PIB mundial alcançou US\$ 55 trilhões enquanto o volume dos direitos negociados no sistema financeiro mundial, nesse mesmo ano, chegou a quase US\$ 600 trilhões. O mesmo indicador do valor (a moeda expressa em US\$) aplica-se a duas realidades muito diferentes: o volume de bens e serviços efetivamente produzidos, e a compra e venda de direitos que são repassados sem que nenhum novo bem tenha sido produzido (por isso, chamados de derivativos), ou seja, de fato, em obter lucro sem produção real. Esse descompasso entre os bens reais e o capital virtual, pressiona a baixa nas taxas de lucro, cuja extensão ao longo do mercado gera uma crise.

Foi discutida a questão das *commodities* agrícolas e minerais e a sua importância na balança de exportações dos países latino-americanos, bem como os possíveis impactos sobre elas decorrentes da crise global.

Os fatores que influenciam a oferta e a demanda das *commodities* são dependentes dos parâmetros que regem o mercado mundial. A alteração desses parâmetros teria grande repercussão nos preços. Assim, os países exportadores podem enfrentar grandes variações em suas receitas, com forte impacto em suas economias locais.

A evolução da crise econômica nos países desenvolvidos vai ter efeito direto sobre as oscilações nos preços das *commodities*, mas é na Ásia que o futuro patamar de preços vai ser definido. Um aprofundamento na crise reduziria a atividade econômica mundial e a demanda pelas *commodities*, enquanto a melhoria nas condições econômicas levaria a uma queda na especulação e a redução nos preços. Portanto, a manutenção dos altos preços das *commodities* no mercado internacional vai depender de um possível descolamento das economias asiáticas da crise dos Estados Unidos e da Europa. Isso afeta também a economia dos países latino-americanos, que possuem nas *commodities* o seu principal item de exportação.

19 Claudio Antonio Tonegutti – Graduado e mestre em química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e é professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 1992, atuando nas áreas de educação em química e de política educacional. É 2º Vice Presidente Regional Sul do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

Outro aspecto importante abordado neste painel foi a discussão da natureza da dívida, onde ficou claro que os países mais industrializados concentram 99% da dívida mundial (a dívida total é estimada em 158 trilhões de dólares americanos), dos quais cerca de dois terços encontra-se no setor privado.

Esse fato, tomado com as devidas precauções, pode gerar janelas de oportunidades aos países em desenvolvimento em três aspectos: 1) na renegociação das dívidas públicas, tendo em vista que os bancos centrais dos países do norte trabalham, desde 2008, com taxas de juros muito baixas (1,5 – 0,25%); 2) alta dos preços de matérias primas desde 2003 aumenta a receita dos países exportadores e suas reservas em moedas fortes; 3) a existência de um enorme volume global de dinheiro em circulação que pode ser direcionado a investimentos nos países emergentes.

Essa conjuntura, entretanto, é frágil, pois depende de fatores que os países emergentes não podem controlar: 1) a evolução da economia chinesa; 2) os interesses políticos dos países industrializados; 3) a volatilidade do capital privado entre os hemisférios norte e sul.

A conjuntura econômica global reforça, assim, a necessidade de uma ação soberana dos países latino-americanos para resistir à dominação dos países e instituições do norte, cujo ponto principal centra-se nas auditorias das dívidas públicas, para anular o que for ilegítimo, a exemplo da que foi realizada pelo Equador, em 2007.

Na discussão, ficou realçada a importância da luta pela auditoria da dívida pública do Brasil, dívida essa que consumiu, em 2010, 45% do Orçamento Geral da União em juros e amortizações, subtraindo, portanto, direitos sociais da população brasileira ao restringir gastos na educação, saúde, ciência e tecnologia dentre outras.

Apesar da profícua discussão sobre a crise econômica e a especulação financeira, e da crise alimentar sobre a ótica das *commodities*, faltou oportunidade, pelo limite de tempo e das questões levantadas pelos participantes, para a discussão dos temas ambiental e social, bem como do aprofundamento da discussão da inter-relação entre as crises nas várias áreas dos temas propostos no painel.

Graves aspectos ambientais e orgânicos da Crise Financeira

Althen Teixeira Filho²⁰

O grave momento pelo qual passa a humanidade tem como um dos agentes mais importantes a degradação moral e ética do sistema financeiro/empresas/governos, que se apoderam do Estado para se locupletarem, numa corrupção política que inicia nas campanhas e tem continuidade com os eleitos atendendo compromissos com seus agentes financiadores, parasitando a “*res publica*”. A campanha eleitoral de Lula teve forte apoio do sistema bancário, após compromissos de não-alteração do sistema financeiro, o que é facilmente comprovado pela nomeação de Henrique Meirelles (PSDB/SP) para o Banco Central, e que o governo do PT manteve por oito anos consecutivos os juros mais elevados da história do Brasil e do planeta!

Nos USA a campanha presidencial de Bush teve patrocínio da indústria petrolífera (que levou à guerra baseada em invenções de “armas químicas de destruição em massa” iraquianas, com enriquecimento do setor petrolífero e armamentista). Barack Obama recebeu financiamento expressivo de campanha via bancos norte-americanos, o que nos leva, ironicamente, à atual “guerra financeira” (ou “armas financeiras de destruição em massa”, com enriquecimento exponencial de poucos grupos econômicos). O consumo é estimulado como grande meta de vida e, por conta disto, repete-se o fato que no início de setembro dos últimos anos já exaurimos da natureza tudo o que poderíamos ao longo de todo o ano e, pior, sem qualquer horizonte de mudança. Com avareza destruímos bens das próximas gerações.

A ganância roubou dos grãos sua capacidade de germinar para ser posse de corporações, subjugando todos aos interesses capitalistas. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), atualmente, o mundo desperdiça um terço dos seus alimentos produzidos e sabe-se que a atual produção mundial alimentaria 12 bilhões de pessoas, bem superior às necessidades dos 7 bilhões que habitam o orbe. Mesmo assim, 29 milhões de etíopes morrem de inanição, só para saciar a volúpia de acúmulo antropofágico de grandes negociantes. “Alimento” tornou-se “commoditie”, um negócio e, neste prisma, valem as regras de um “mercado” desumano e sem escrúpulos.

A propaganda enganosa é arma antiga e comum na implantação de interesses negociais. Exemplifica este fato o lançado inseticida DDT (dicloro-difenil-tricloroetano) em 1946, com o anúncio de que “*testes científicos exaustivos mostravam que matava insetos destrutivos e que era um grande benfeitor da humanidade*”. Para provar que seria inofensivo, filmaram crianças sendo pulverizadas enquanto comiam, até desaparecerem numa densa nuvem do veneno. Um crime hediondo! Mas, incrivelmente, a mesma vigarice ainda é aplicada com eficácia, e os transgênicos, acompanhados de seus venenos, são apresentados num falso binômio “incremento de produção e segurança biológica”. Com muita dificuldade e persistência esta mentira vem sendo

20 Althen Teixeira Filho – Professor Titular, Universidade Federal de Pelotas Instituto de Biologia, Disciplina de Anatomia dos Animais Domésticos althen@ufpel.tche.br / althen@gmail.com

destruída, na medida em que algemas de censura são quebradas no campo científico, e pesquisadores isentos podem publicar seus trabalhos que corroboram a associação positiva entre os venenos da engenharia genética com casos de cânceres, alergias, más formações fetais e outros. Por conta destes trabalhos idôneos, eles têm sido perseguidos e difamados por indústrias, imprensa e, até, por “colegas”.

Enquanto que na vizinha Argentina processos judiciais estão proibindo o uso do glifosato, o Brasil destrói seus campos entornando toneladas de “agrotóxicos”, que são, literalmente, venenos potentes ou, mais corretamente, biocidas; matam todo e qualquer tipo de vida. Aliás, alguns destes venenos são “armas de destruição em massa” empregados na guerra, como o agente laranja que devastou o Vietnam, e que hoje tem sua aplicação mirada no solo brasileiro, com a irresponsável observação da denominada CTNBio.

E por que prolifera este tipo de produção agrícola? Metas de acúmulo financeiro!

As maiores empresas produtoras de agrotóxicos (Syngenta, Bayer, Monsanto, BASF, Dow AgroSciences, DuPont e Nufarm) lucraram 40 bilhões de dólares em 2008! Cálculos indicam que só a venda do glifosato alcance a soma de um bilhão de dólares ao ano, colocando-o como o principal biocida comercializado. Em 2009, o Brasil assumiu a liderança mundial no consumo de venenos agrícolas, ultrapassando inclusive os USA, mesmo tendo só um terço da área de plantio de transgênicos daquele país. O volume atual de agrotóxicos pulverizados corresponde a 5.200 gramas/brasileiro ao ano, mas este cálculo não leva em conta os biocidas contrabandeados intensamente através das fronteiras. Além de matar insetos, estas toxinas matam pessoas, animais e aniquilam a fauna edáfica (animais invertebrados que vivem no solo, vivificando o meio e gerando nutrição para as plantas). Nosso solo está sendo esterilizado, infecundo e vitimado pela cupidez de embusteiros!

Para incrementar a meta bilionária, a indústria química vende venenos justificando o aumento de produção agrícola, já que eliminariam “pragas” e “insetos daninhos”. Entretanto, as células de uma minhoca laboram com base nos mesmíssimos princípios biológicos das células de um inseto, e que são os mesmos para a espécie humana. Então, se o veneno altera e mata as células de um, ocasionará o mesmo efeito nas dos demais, onde a quantidade de biocida é fator secundário. Já está demonstrada cientificamente uma relação positiva entre o uso do veneno glifosato (Monsanto) com más formações fetais, cânceres de próstata, diminuição da libido e do número de espermatozóides no ejaculado. Entretanto, se é terrível para os homens, é muito pior para as mulheres, pois enquanto o primeiro produz espermatozóides constantemente, a mulher nasce com o total de seus óvulos e não os renova, ficando não só ela muito mais exposta e vulnerável, mas comprometendo futuras gerações.

Não mais existe segurança alimentar! No sistema digestório humano (e animal) encontram-se agrupados cerca de 100 milhões de neurônios, formando o denominado Sistema Nervoso Entérico, que atua como primeira barreira de defesa contra agentes agressores, sendo a maior estrutura de competência imunológica

do organismo (entre outras importantes funções). Seu mau funcionamento, tanto pela diminuição do número de neurônios, quanto pela interferência de seus neurotransmissores, leva a disfunções importantes (diarréias, constipações, vômitos, alergias, cânceres, dores abdominais, dentre outros tantos). Todos os hormônios atuam com precisão através de quantidades mínimas, e alguns circulam no organismo com cálculos na ordem de fentogramas (F), o que equivale a 10-15Kg (1F é igual a 0,000000000000001kg). Compare-se este valor com os 5.200gr/brasileiro/ano de venenos!

A cobiça aniquila não só o equilíbrio orgânico, mas ambiental.

Políticos inescrupulosos e partidos comprados eleitoralmente atacam ferozmente o Código Florestal Brasileiro, visando destruir nossas matas, reservas naturais, nossos rios (a água já está sendo privatizada), tudo para plantar “*commodities*”, porém, não alimento. Entretanto, mesmo depois de exatos 23 anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (5/out/88) o Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária ainda se encontra desrespeitado por estes mesmos parlamentares que se dizem “nacionalistas”. Atendem interesses estrangeiros para deixar à míngua e abandonados os trabalhadores rurais e, um crime, sementes crioulas estão sendo contaminadas por sementes “engenheiradas genética-financeiramente”. Com metas de acúmulo, e apoio governamental, um “setor agrícola/financeiro” (agronegócio) quer postar de joelhos a agricultura tradicional, que luta bravamente para manter uma produção orgânica, saudável e sem venenos.

Nesta trilha de insanidades a concentração fundiária só tem aumentado. Em 2008, existiam no Rio Grande do Sul aproximadamente 570 mil ha só de lavouras de eucalipto, acácia e pinus, plantações que ocasionam abandono do campo, êxodo rural, aumento dos cinturões de miséria nas cidades, desemprego, fechamento de escolas rurais, vitimam árvores nativas, inviabilizam cadeias produtivas, reduzem o potencial econômico regional, entre outros. Assim como o DDT, esta proposta ultrapassada da indústria de celulose também vem acompanhada de outra grande mentira; seriam “reflorestamentos”. Se o RS reciclasse seu papel, não precisaríamos abater uma só árvore e, importante, poderíamos obter este material através do plantio de plantas nativas, evitando os efeitos danosos do eucalipto. Também deve ser lembrado que a área de terras brasileiras em nome de estrangeiros só tem aumentado, mas, para além disso, a China incrementa a compra de soja brasileira. Mais veneno do agronegócio!

As alternativas de produção agrícola lógica, racional e sem agredir a natureza e as pessoas já existem há longa data e, para incrementá-las, são necessárias decisões cidadãs de não aceitar este tipo de exploração econômica. A solução deste problema depende de cada um de nós! A política que gera o endividamento público é a mesma que envenena o nosso alimento e devem ser repudiadas.

PAINEL II

Integração Financeira Regional, Nova Arquitetura e Banco do Sul



PALESTRANTES:

Pedro Páez – Presidente da Comissão Técnica Presidencial Ecuatoriana para el diseño de la Nueva Arquitectura Financeira Regional / Banco del Sur

William Gaviria – Coordenador do CADTM – América Latina

Marcos Arruda – PACS e Rede Jubileu Sul Brasil

COORDENADOR E RELATORA:

Floriano José Martins – ANFIP

Delci Franzen – Pastoraís Sociais da CNBB

Nova Arquitetura Financeira Latino-americana, resposta urgente à Crise Estrutural do Capitalismo

Pedro Páez²¹

A partir da imposição a ferro e fogo de uma organização social do espaço funcional às necessidades de acumulação primitiva do capital no Norte, a América Latina sofre um processo de reprodução ampliada de uma dependência tecnológica e comercial que vai evoluindo ao longo do tempo. A imposição do quê e como produzir a partir da conquista quebra a coerência interna de economias e sociedades, extirpando saberes e capacidades endógenas em proveito do monopólio colonial.

Mesmo quando mercadorias específicas têm gerado ciclos favoráveis para certas regiões, a condição estrutural do aparato produtivo desde a mencionada deformação tem implicado uma adição às importações, que desde a ideologia do “livre comércio” e as vantagens comparativas tem tendido a perenizar-se em termos de uma especialização baseada no barateamento sistemático da força de trabalho e da natureza, vetores cruciais para um desenvolvimento orientado ao “bem estar”.

As restrições que impõe esta dependência rapidamente exigiram uma inserção desfavorável nos mercados internacionais de financiamento que marcaram significativamente as possibilidades locais de construção de soberania, mesmo após a independência política. O monopólio do poder e dos meios de produção se reforçará com os meios de pagamento e, em conjunto, definirão os limites do exercício da política econômica.

A debilidade fiscal e monetária é fruto dessa matriz de dependência e polarização, e – por sua vez – fonte de seu aprofundamento. O desespero por conseguir “poupança externa” (seja como empréstimo ou como investimento direto) e o apelo à dívida pública são o corolário destas condições estruturais.

A última crise da dívida latino-americana estourou justamente nos anos 80 como instrumento de definição de poderosas forças internas e externas contra a luta por melhores condições nesses planos para a realização de diversos projetos nacionais.

A ruptura unilateral por parte dos EUA do padrão dólar-ouro em 1971 e as pressões subsequentes sobre os preços de “*commodities*” chaves como o petróleo e o trigo, criaram as condições mundiais para o lançamento de uma ofensiva financeira e geopolítica de uma fração específica do capital financeiro anglo-americano que inicia o processo de desregulamentação, frenesi especulativo e endividamento “agressivo” do chamado Terceiro Mundo (sobretudo África e América Latina) e de vários países socialistas.

Uma medida administrativa do Banco Central dos EUA (Federal Reserve) bastaria para desencadear uma mudança radical na correlação de forças e nas perspectivas econômicas da maioria dos países: a alta brutal das taxas de juros não apre-

21 Pedro Páez – Mestre e PhD em Economia (University of Texas), mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO). Atualmente, é presidente da Comissão Técnica Equatoriana para o desenho da Nova Arquitetura Financeira Regional e Banco do Sul.

nas teria o efeito direto sobre o serviço da dívida que tornaria inviável a gestão do orçamento de muitos Estados cujos níveis de influência eram até então manejáveis, mas colocaria também em corrida desesperada alguns países uns contra os outros para ver quem vendia mais barato para obter o excedente de divisas que permita pagar dólares cada vez mais apreciados pela própria alta dos juros.

Dívida para pagar a dívida, anaticismo, desvalorizações crônicas, queda dos rendimentos reais dos trabalhadores e a devoção cada vez mais desesperada aos mercados do Norte, coerção, imposição de condicionalidades que aceleram o desmantelamento produtivo e institucional, privatizações, corrupção, deslegitimação, violência: traços comuns de uma convulsão nos heterogêneos processos políticos no Sul e no Leste que resultaram cruciais para recuperar as taxas de lucro cada vez mais concentradas no Norte.

Triunfo pírrico do neoliberalismo que terminará asfixiado pelo seu próprio êxito ao aplicar tecnologias e semiperiferias que agravam a crise de superprodução já evidente desde os anos setenta e ao sucumbir ante a hipertrofia parasitária da especulação. Agora está estourando uma nova crise da dívida para recompor os ganhos de um Norte que está disposto a, por ele, destruir conquistas civilizatórias de séculos e a colonizar até mesmo os seus próprios espaços nacionais.

A América Latina, a partir de seus tímidos e contraditórios esforços, aparece agora como um referencial, muitas vezes idealizado e confuso, do “Sim, nós podemos” para boa parte das indignadas massas do mundo. Porém, a difícil e esperançosa construção continental pode rapidamente reverter-se fruto da dinâmica da crise mundial e das agendas premeditadas de certos “especialistas em destruição” capazes de hábeis manipulações financeiras em busca de retornos pecuniários e políticos.

No âmbito da aguda transnacionalização financeira e produtiva e do enfraquecimento institucional e dos projetos de sociedade, pode resultar inesperadamente devastadora a convergência de efeitos de sifão matriz-sucursal, a lógica volátil e manipuladora das bilionárias bolhas especulativas nos mercados de “*commodities*” e de derivados financeiros, alimentada pelos resgates dos bancos do Norte e a metastase da insolvência estrutural que, apesar deles, se tem operado com crescentes “derrames” a nível mundial.

A partir do Equador, têm-se construído propostas muito concretas que podem dar resposta aos povos do mundo em suas necessidades imediatas de frear a agenda oligárquica depredadora e viabilizar alternativas sustentáveis. Boa parte delas em torno da definição de uma Nova Arquitetura Financeira (doméstica, regional e mundial) como condição necessária, mas não suficiente, para avançar rumo a novas conquistas.

A auditoria da dívida externa equatoriana marca um referencial fundamental contra o parasitismo concentrador de poder, a corrupção e a opacidade dos mercados financeiros mundiais, com profundas possibilidades emancipadoras para muitas outras nações. Depois de muitos episódios de interrupção involuntária de pagamentos e após a reestruturação viciada do Plano Brady, feito pelos Estados Unidos em reconhecimento à insustentabilidade intrínseca do crescimento exponencial da

dívida, a luta da sociedade civil pela auditoria tomou corpo em instâncias governamentais. Imediatamente após o governo de Rafael Correa anunciar que tornaria transparente o que havia sucedido com os contratos da dívida externa, os mercados secundários sofreram baixas consideráveis no preço da dívida equatoriana. Os “mercados financeiros” sabiam que havia irregularidades: eles as produziram! Isto abriu portas para um processo de recompra da dívida que reduziu de maneira substancial o estoque e o serviço da dívida liberando recursos para investimento social e produtivo.

Esta não é uma opção exclusiva de governos progressistas. Temos experiências de governos de centro-direita, como o anterior do Paraguai, que fez o mesmo com uma parte de sua dívida. Ou o caso das auditorias da dívida impulsionadas na Argentina e Brasil a partir da sociedade civil ou a partir do Congresso Nacional. As análises mostram a presença abusiva dos mesmos atores, nas mesmas circunstâncias e mais ou menos com os mesmos instrumentos financeiros. Nomes conhecidos como os de Goldman Sachs, Merrill Lynch, Bank of America, CitiGroup, JP Morgan Chase aparecem muitas vezes em ambos os lados de mesas de negociantes: como credores e supostamente ajudando o país devedor a reestruturar as dívidas, de modo que se revelaram como salva-vidas de chumbo.

O caminho é delicado, sem dúvida, e é necessário planejá-lo rigorosa e responsabilmente no plano jurídico e na gestão de liquidez na articulação, como nós fizemos no Equador. Além disso, deve dar-se nos termos de uma modificação da política macroeconômica e de desenvolvimento.

Justamente nessa perspectiva é urgente a operacionalização do Banco do Sul como um primeiro pilar de transformação dos bancos de desenvolvimento para financiar prioridades como as soberanias continentais em alimentação, saúde, energia, a produção de conhecimentos, a infra-estrutura de ligação como uma malha ferroviária destinada a fomentar os mercados domésticos regionais, o suporte à economia popular, etc.

É urgente também uma alternativa regional ao Fundo Monetário Internacional que atue como coração de um novo funcionamento em rede dos bancos centrais da região, na recuperação das capacidades nacionais e na criação de um novo espaço de decisão continental para racionalizar o uso dos recursos e evitar temores de ataques especulativos.

Finalmente, complementando esses pilares básicos, temos avançado com o SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional) na construção de uma moeda regional que, ao contrário das restrições neoliberais auto-impostas pelo euro, é proposta como uma moeda complementar concebida para conviver não somente com as moedas nacionais, mas também com formas de pagamento populares.

Três pilares projetados para cumprir tarefas táticas e estratégicas que demandam nossos povos. Três pilares para atacar as raízes estruturais da escravidão da dívida externa.

Integração financeira regional: Uma necessidade para os povos do sul

William Gaviria Ocampo²²

Para discutir este tema eu irei abordar 4 eixos:

1. Diagnóstico da situação atual de crise;
2. Avaliação do crescimento de alguns países emergentes e a concentração de renda para os empresários, enquanto se mantém a miséria para o povo;
3. Uma alternativa: a construção de um Banco Regional democrático, inclusivo e solidário: oportunidades e riscos;
4. Para uma proposta unificada de mobilização popular.

1. Diagnóstico e quadro atual de crise

Hoje, a crise é mais pronunciada nos países ricos, aqueles que, historicamente, tinham uma posição econômica dominante em termos de dívida, e que vinham sendo mostrados como um exemplo de gestão econômica eficiente, ética, nos quais a corrupção seria desconhecida, a qual seria proveniente dos países do sul.

Nas décadas de 70 e 80 as imposições dos bancos multilaterais – feitas em troca de empréstimos que garantiam o pagamento da dívida – geraram graves ajustes estruturais, impostos a todos os países pobres. Mas a partir de 2008, tais políticas de ajuste estrutural estão sendo impostas aos povos de países como a Alemanha, França, Espanha, e outros que impuseram tais políticas para as economias pobres. Não se esperava que, em algum momento, os países ricos iriam impor tais políticas a suas populações. Este é, aparentemente, um paradoxo colocado: é o sistema capitalista funcional para a humanidade ou não?

Considerando que as recorrentes crises econômicas que afetam as pessoas estão se espalhando cada vez mais em todo o mundo, e estão afetando tanto aqueles que sempre foram as vítimas históricas desta fórmula, assim como seus próprios criadores, fica muito claro que a crise da dívida já demonstrou que o que enfrentamos é uma crise estrutural do capitalismo e, portanto, o capital não é mais funcional para a humanidade. Consideramos então a necessidade do avanço da luta anti-capitalista, de forma sistemática e organizada. Hoje já não temos que lutar somente contra a dívida, devemos avançar na mobilização contra o capitalismo que afeta todos os povos de um mundo atolado em pobreza que se espalha até mesmo para os países ricos.

A crise das hipotecas, que começou anos atrás, mas que surgiu em 2007 nos Estados Unidos, demonstrou a fragilidade do sistema pós-Segunda Guerra Mundial. A crise atual demonstrou que a arquitetura financeira estruturada em Bretton Woods (com o FMI e o Banco Mundial) é uma mentira, apoiada em bases muito

22 William Ocampo Gaviria – Economista, Professor na Colômbia. Membro do Comitê de Coordenação para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo na América Latina e no Caribe (Abya Yala Nossa América) “CADTM AYNA” Campanha Coordenador Colombiana “Em Direitos da dívida” e líder sindical do Sindicato Nacional colombiano Bancários “UNEB”. Diretor do Centro de Pesquisa da Federação Colombiana de Sindicatos de Bancos e Seguros “FENASIBANCOL”

fracas, muito frágeis: a mesma especulação financeira e a corrupção implícita.

E aqueles que me precederam mostraram que as reservas internacionais dos países do Sul estão em alta e foram reforçadas graças ao comportamento dos preços das *commodities* e das matérias-primas. Penso que as organizações populares, acadêmicos e as massas não devem ser enganadas por esta relativa prosperidade.

As exportações de *commodities*, propagandeadas pelos governos - são bastante voláteis, sendo que o crescimento econômico não pode ser medido simplesmente pela maior receita externa de um período passageiro. Este aparente crescimento das economias não tem gerado desenvolvimento e bem-estar para as pessoas dos países do sul. O desemprego é abundante e afeta duramente os habitantes desses países. O subemprego, a precariedade da renda do trabalho, a degradação da segurança social e dos direitos básicos que os governos deveriam assegurar todos os dias são as provas mais assustadoras de que as reservas internacionais e o crescimento econômico são miragens que estão se dissolvendo com o passar do tempo, e que a realidade caótica da humanidade é inegável.

O comportamento dos preços das matérias-primas e *commodities* é determinado de acordo com a manipulação especulativa dos mercados internacionais. Como os preços subiram, também podem cair a qualquer momento sem razão subjacente, apenas pelo mesmo motivo: a especulação. Hoje também é claro que a dívida dos países pobres não é significativa em comparação com a dívida de todos os países do mundo. Isso indica que os principais devedores são os países conhecidos até agora como “credores”. Como os povos dos “países pobres” são os proprietários de riqueza, de rios, de petróleo, de barragens, de mercadorias, matérias-primas e recursos naturais, são afetados pela exploração extrativista do norte.

Considerando esta análise da crise da dívida que agora afeta os “ricos”, e considerando também o dano que estes causaram à população de países pobres, pode-se dizer que agora revivemos o slogan de redes e movimentos e organizações populares, que dizem: “Os países do Sul não são devedores, mas sim, credores”. O atual modelo requer muito mais extração de recursos naturais e matérias-primas dos países do Sul, para os países do Norte produzirem os bens de consumo e máquinas.

2. Crescimento excessivo de alguns X Miséria para muitos

O segundo elemento é o enorme crescimento de alguns países “emergentes”. O chamado “BRIC” (Brasil, Rússia, Índia e China) cresceu nos últimos cinco anos devido ao enorme aumento do preço das matérias-primas. Tomada de forma superficial, a China pode definir qual é o maior produtor e fornecedor de bens de consumo do mundo. Mesmo a China que tem a maior maquinaria do mundo. Os países desenvolvidos não estão gerando produção real, não estão produzindo em suas instalações, mas estão transferindo a produção para países emergentes, onde o trabalho é muito mais barato. O prêmio Nobel de Economia Manfred Max-Neef, em recente conferência, disse: *“A corporação americana Nike, fabricante de calçados, para se manter competitiva, começou a baixar os seus padrões e emigrou dos EUA para a Indonésia, onde, através de subempregados, os sapatos são*

feitos por jovens trabalhadores que recebem 10 a 15 centavos por hora. A maior parte da produção terceirizada ocorre na Indonésia, onde um par de tênis Nike - aqueles vendidos nos Estados Unidos e em todo o mundo entre USD 73 e USD 135 - são produzidos a um custo de US\$ 5,60 por aquelas meninas indonésias, que recebem até 10 centavos... “. É claro que o que é pago a 75.000 trabalhadores na Indonésia chega a pagar menos do que é pago a 1.000 trabalhadores nos Estados Unidos.

Este movimento de capitais de países ricos faz transferir a crise - que eles criaram com sua especulação irresponsável - para os povos do mundo, pois os países ricos têm seus locais de produção em países pobres ou “emergentes”. Temos de definir estratégias para que a produção de bens de capital sirva para o benefício da humanidade, e não dos grandes centros financeiros do mundo. A realidade é que o domínio - e, portanto, a riqueza extraída - é de propriedade dos países ricos. Alguns investidores de países “emergentes” realmente possuem algumas das máquinas, mas a riqueza não é deles.

Isso contribui para a financeirização da economia ao longo dos últimos 10 anos, e isso foi crucial no colapso do Lehman Brothers, Merrill Lynch, e toda a situação de crise. Hoje, a produção real não representa 5% do dinheiro em circulação no mundo. É bem conhecido que o padrão-ouro terminado em 1971 não garante a solidez monetária real. Isso mostra que há uma bolha perigosa que pode gerar uma crise financeira a qualquer momento. Outro indicador importante do colapso capitalista, que constitui a verdadeira fragilidade da economia dos EUA, é a sua dívida astronômica, que levou o Congresso a aprovar a elevação do teto da dívida, para tentar evitar consequências desastrosas no curto prazo. Esta fraqueza resulta da arquitetura internacional financeira vigente, que evidentemente, precisa ser alterada.

3. Algumas alternativas possíveis

Este panorama de crise que surge com maior ênfase nos países ricos nos faz lembrar uma alternativa que temos discutido há mais de seis anos: uma proposta de banco regional, que é ótima para os países do Sul, e para a qual temos de propor uma unidade de redes, movimentos e governos progressistas. Esta proposta deve envolver até mesmo os continentes africano e asiático, para ser uma construção simultânea de todas as nações onde a pobreza existe (a exemplo dos povos da América Latina) e as consequências da crise são tão ou mais dolorosas. A proposta de moeda alternativa também tem sido feita já há algum tempo e é bastante avançada. Temos de continuar a construí-la coletivamente. Ela exige uma cesta de moedas ou uma moeda única, que é necessária para ajustar elementos técnicos e operacionais para a sua implementação. Temos de continuar a aprofundar a capacidade de trazer para a Humanidade uma nova arquitetura financeira, embora a resistência dos países ricos - que comandam as agências multilaterais de crédito e bancos multilaterais - seja muito agressiva. Temos que unir forças, propostas, metodologias e as energias para enfrentar isto.

Nós temos um outro desafio, porque há perigos para a construção da mudança, para a construção de uma nova arquitetura financeira internacional, e eu não estou me referindo aos perigos decorrentes da relutância dos governos e sindicatos

dos países ricos. Não, eu estou falando sobre os perigos que são óbvios pela posição de países da nossa região, a atitude de governos progressistas que trazem uma arquitetura que não beneficia a humanidade, para construir mais unidades idênticas ou piores que as já existentes, como o FMI, o Banco Mundial, o BID, a Corporação Andina de Fomento. Esta preocupação surge porque há uma história, porque na mesma redação dos estatutos do Banco do Sul, e muitos de nós sabemos, que o Brasil estabeleceu uma posição dominante na tentativa de controlar e impedir a construção de um banco com características diferentes. Tentou reproduzir disposições e instituições existentes, como o FMI e o Banco Mundial, com algumas pequenas alterações estéticas.

Esses são alguns dos riscos que existem hoje. É preocupante que os interesses de alguns governos, como o da Argentina e o do Brasil, contrastem com a posição como o do Equador e outros que pretendem construir um banco democrático regional que garanta recursos para projetos de desenvolvimento, sem discriminação. É necessário que organizações e redes exerçam pressão sobre governos para que revejam a sua posição, para ajudar a construir um banco que inclui e que é integral com os outros países do sul.

Nesta construção há um outro perigo: alguns países pró-imperialistas. México, Peru, Colômbia e outros que esgotaram os recursos obtidos por meio de créditos no contexto da crise de 2008 estão perto de um colapso estrutural. É por isso que o governo da Colômbia, por exemplo, está muito interessado em participar desta proposta que levou anos para construir. Aqui temos de ter cuidado para evitar agentes destrutivos de uma proposta de corte social. Corremos o risco de construir um monstro que continue salvando os bancos multilaterais.

4. A Visão Geral da Unidade Popular e Mobilização: A única alternativa possível

Finalmente, quero levantar a possibilidade que existe hoje para os movimentos e redes, no meio desta catástrofe financeira internacional. Embora a análise auto-crítica reconheça que há tantas dificuldades, é um fato incontornável que as consequências da crise internacional estão afetando os países, e levando a luta popular a se consolidar, fortalecer e qualificar, para derrotar estas dificuldades e perigos que se apresentam.

É hora de os movimentos e organizações populares participarem na construção de governos democráticos e progressistas. Seria um erro – e a história não nos perdoará - parar esta construção de países avançados democráticos. Movimentos, redes e organizações de base devem estar lá para garantir a unidade e a iniciativa coletiva. Uma barreira que tem de ser vencida hoje é que a proposta seria muito utópica. Se nós estamos com as organizações populares, sindicatos, negros, camponeses, estudantes, trabalhadores, acadêmicos, líderes indígenas (que sabem pouco sobre o assunto) é porque eles não acham que é muito difícil discutirmos o assunto. Temos de convencer todos os setores a incluírem em suas agendas e lutas as consequências da dívida gerada pelos bancos multilaterais e a construção de um banco regional com uma estrutura de financiamento de projetos de desenvolvimento para o benefício da humanidade

e, especialmente, as pessoas do Sul e não os grandes conglomerados financeiros e os especuladores poderosos que historicamente geriram a economia.

Deve ser aumentada a pressão política para forçar os governos a reorientar os mecanismos alternativos de controle e levar a nova arquitetura financeira para o benefício dos povos, e não ao grande capital e grandes corporações multinacionais. Eu acho que é fundamental que as organizações de base pressionem os governos para exigir e garantir a cidadania, as auditorias, não só de dívidas, mas também do orçamento de receitas e despesas, da gestão de recursos e do tesouro público. Devemos também pressionar pela auditoria das dívidas dessas organizações multilaterais de crédito. Temos de pressionar pela auditoria do BID, CAF, do Banco Mundial, FMI, onde tais auditorias são um direito do povo.

O FMI estava mal até 2008, e ressuscitou com a crise, porque, como explicou o camarada Pedro Páez, a crise do capitalismo também tem servido como uma grande oportunidade para os grandes capitalistas fazerem o seu negócio. E assim a atribuição do FMI tem sido reforçada por seus empréstimos a países em crise com condições ultrajantes que devem ser assumidos pelas pessoas que estão assistindo a sua qualidade de vida se deteriorar, com a imposição de planos de ajuste brutal.

Tudo leva à conclusão de que estamos em um momento crítico, um momento decisivo em que as economias dos países ricos estão em colapso como dominós. Não muito longe chegará o dia em que veremos muito mais danos a economia dos EUA, que revelarão que o capitalismo é um fracasso. Estamos, portanto, em um momento de definição para nossas propostas, nossa capacidade de tornar realidade este novo edifício possível amanhã. Obrigado.

Auditoria, integração regional e Banco do Sul

Marcos Arruda²³

Para superar a crise: outro paradigma

Há argumentos fortes para nos opormos à política de “salvar países” em graves dificuldades financeiras. O drama vivido hoje por cinco países da União Européia – Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália – não é exclusivo deles. A grande bolha atual do mundo das finanças globalizadas se chama endividamento. A França, os Estados Unidos e o Brasil também têm dívidas públicas gigantescas e, cedo ou tarde, estão arriscados a afundar também. Reconheçamos: existe uma situação generalizada de insolvência. Só uma nova arquitetura financeira, a serviço de outro paradigma de desenvolvimento, é capaz de atingir e superar as raízes da crise.

Isto não devia ser surpresa para ninguém, posto que a natureza do capital-dinheiro é concentradora. O dinheiro, criado para fazer circular a riqueza, hoje a concentra através do macabro mecanismo dos juros compostos. Os juros, que não representam riqueza real, vão sendo incluídos como principal ao longo de tempo, elevando de forma exponencial o total da dívida. A perita alemã M. Kennedy dá um exemplo convincente: um centavo emprestado a 4% de juros compostos ao ano no ano zero, chegaria a 1750 valendo uma esfera de ouro com o peso da Terra. Em 1990, valeria 8.190 esferas de ouro.

Os mecanismos de mercado não refletem mais o funcionamento da economia real. Os pacotes de salvamento aos países representam novos empréstimos, que se agregam à já impagável dívida pública. Eles não reduzem o montante da dívida, mas o aumentam ainda mais. Só servem para ‘rolar’ a dívida, viabilizando no imediato o pagamento dos juros, enquanto aumentam drasticamente o valor do principal. Desta forma, se perpetua uma dívida impagável nas costas dos povos, enquanto se garante um ganho especulativo ilimitado para os donos do capital-dinheiro, os bancos. Os bancos? Sim, os mesmos que, com as financeiras, provocaram a crise especulativa que abalou o mundo em 2007-2008, e continuam armando outra para breve.

Tais argumentos não são bem quistos pelo FMI, nem pela Troika que comanda a política econômica da União Européia. A proposta para o enfrentamento das raízes da crise, e não só dos seus sintomas, consiste em:

- realizar uma auditoria integral das dívidas públicas de todos os países sobre-endividados a fim de identificar as parcelas ilegais ou ilegítimas dessas dívidas;
- apresentar com toda a transparência os resultados econômicos e contábeis dessa auditoria e convocar plebiscitos que permitam à população exprimir-se sobre o cancelamento das dívidas ilegais ou ilegítimas e as condições de pagamento do restante delas, sem prejuízo do atendimento das necessidades da população;

23 Marcos Arruda – Economista e educador do PACS (Rio de Janeiro) e colaborador da Rede Jubileu Brasil e da Auditoria Cidadã da Dívida. É associado ao Instituto Transnacional (Amsterdã, Holanda).

- abolir o método dos juros compostos na nova arquitetura financeira, impedindo assim que a dívida se torne exorbitante e impagável;
- gestão social e ambientalmente responsável do orçamento público.

Este último ponto consiste em subordinar o serviço das dívidas financeiras às prioridades dos gastos sociais e ambientais. Para isto, é preciso reestruturar conceitual e contabilmente as dívidas financeiras. Os instrumentos jurídicos adequados para realizar isto incluiriam: criação de legislação que limite o pagamento das dívidas financeiras (como foi feito com a dívida alemã no pós-II Guerra), a fim de liberar quantia suficiente das receitas do orçamento para os gastos prioritários; definição de um teto para o endividamento público; substituição dos juros compostos pelos juros simples; gestão pública da taxa de juros, dentro de um limite legal, e da taxa de câmbio; imposto sobre entradas e saídas de capitais financeiros.

Integração regional

A Integração Regional da Europa não está entre as causas da crise. Criar uma união aduaneira e política, adotar uma moeda comum são passos importantes no sentido de construir uma governança regional eficiente. Mas a condição para o sucesso desta união é que ela seja democrática, orientada ao benefício de todos, e fundada numa verdadeira cooperação e na partilha igualitária desses benefícios. Isto o mercado, sem regulações e sem planejamento, não consegue, como comprova a crise atual. O uso dos fundos públicos para salvar bancos privados praticado pelos governos é ilegítimo, imoral e contraria a lógica do próprio capitalismo! O comportamento dos governos e agências multilaterais frente à crise está colocando em risco a democracia, o respeito à pluralidade e a economia dos seus povos.

O problema tem sido o modo como a Europa tem feito a integração. Está claramente em crise o divórcio entre o social e o político-econômico. O euro podia ser a moeda regional sem anular o direito dos países de manterem suas moedas. A União Européia integrou a Europa em torno de dois países dominantes – Alemanha e França – e com base num regime corporativo duramente competitivo e pouco regulado. Os países periféricos tiveram que ceder não apenas soberania, mas também o modo de organizar suas economias e de atender às necessidades de seus povos. A economia foi desvirtuada pela hipertrofia das finanças e das dívidas. Em vez de superar as desigualdades sociais, a ganância do grande capital as aprofundou, alimentando o potencial conflito de classes.

Na América Latina, os projetos de integração regional têm caminhado numa espantosa lentidão, marcados por dificuldades e imediatismo eleitoral. Os países do continente estão articulados em diversas práticas de integração, numa diversidade de contextos, tais como o México, na Aliança de Livre Comércio da América do Norte, o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela no MERCOSUL, e os países ocidentais na Comunidade Andina. Tais arranjos, centrados nas relações comerciais, não têm sido suficientemente estruturantes para evitar que o continente seja alvo de especuladores gananciosos e, portanto, de retiradas especulativas. Eles são agravados pelo fato de que a ofensiva neoliberal iniciada com a crise da

dívida dos anos 80 privatizou o patrimônio público, levando governos a entregar áreas estratégicas da economia e se tornar altamente vulneráveis aos humores dos capitalistas internacionais.

A iniciativa atual mais abrangente é a UNASUL, que abrange os 12 países da América do Sul e criou o Conselho Latino-Americano de Economia e Finanças, especialmente dedicado a focalizar a crise financeira e a urgência de estabelecer uma rede de segurança financeira e o controle sobre suas reservas, quase todas depositadas em bancos nos EUA e Europa. A proposta equatoriana de uma nova arquitetura financeira, que inclui a criação do Banco do Sul e estabelece as bases soberanas de um desenvolvimento endógeno do continente é a mais vigorosa, potencialmente democrática e ambientalmente consciente.

O Brasil parece cético em relação a uma efetiva integração. A postura dos governos Lula e Dilma é mais sintonizada com os países do continente que a dos anteriores. Porém, prevalece a ilusão de que o Brasil se viabiliza sozinho. As elites brasileiras - coloniais, racistas e autoritárias - parecem acreditar que as posições hegemônicas do capitalismo brasileiro na região tornam o país candidato certo ao núcleo central da economia mundial. Predomina um orgulho burguês nacional que freia verdadeiros avanços no sentido integrador com povos irmãos do continente. Por outro lado, o debate sobre integração está quase ausente nas classes trabalhadoras, ocupadas com a mera sobrevivência material e a redução das perdas frente à reestruturação do capital. A integração tem sido usada como justificativa para a expansão de mega-empresas privadas de capital brasileiro com base em fartos financiamentos do BNDES. A dimensão cultural da integração tem sido subordinada à hegemonia de produtos culturais dos EUA, Europa e Japão. O conceito dominante é que integração significa expansão e domínio de novos mercados e nada mais.

A experiência da ALBA – uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe – traz nova esperança. Não se baseia na liberalização comercial, mas numa visão de bem-estar social, troca e mutualidade econômica. Desde 2009, os países membros da ALBA-TCP introduziram uma unidade monetária regional, o SUCRE, que é uma unidade de contas para as transações que passam pela câmara de compensação. São oito membros: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. A população do bloco é de 75 milhões, e o PIB de US\$ 700 bilhões.

A ALBA prova que outro modo de integrar a região é possível. A integração é entendida como união dos povos em torno de valores como liberdade, acolhimento, respeito aos povos diversos, partilha, cooperação, irmandade. Sua prática leva o projeto para além da mera integração dos mercados – visa à integração solidária de todos os povos da região!

A Previdência Social Brasileira e a repercussão na Dívida Pública

Floriano José Martins²⁴

A crise de 2008/2009 que teve origem no mercado financeiro, mais precisamente no mercado imobiliário americano, acabou por levar a uma grave crise de liquidez, em escala internacional.

É de conhecimento geral que crises agudas e de grande envergadura suscitam várias reformas ditas “progressistas” e profundas no formato e escala da moderna provisão pública.

E neste contexto a reforma da previdência - se não da Seguridade - é sempre recorrente, como pano de fundo para o equilíbrio orçamentário e fiscal.

A promulgação da Constituição Cidadã foi o ponto de inflexão no tratamento concedido aos riscos sociais, institucionalizando direitos básicos e universais de cidadania como direito à saúde pública, à assistência social, ao seguro-desemprego e à maior cobertura previdenciária.

Porém, nossa Constituição, promulgada em 1988, tem sofrido críticas severas, sendo acusada de inviabilizar a estabilização econômica do País, tendo em vista o vasto rol de direitos sociais que contempla especialmente os de seguridade social (mesmo sendo sempre superavitária), por se tratarem de encargo estatal.

Desde a sua edição, tem sofrido várias emendas, sendo que inúmeras tentativas de reforma do texto constitucional, a fim de suprimir os direitos sociais referentes à Seguridade Social têm sido cogitadas, sob a alegação de que o Estado não tem condições de suportar os encargos referentes aos benefícios contemplados pela Constituição.

Afirma-se, ainda, a necessidade de se redefinir o papel do Estado, na intervenção no domínio econômico que se reputa extremamente elevada, instituindo-se o modelo neoliberal, para que o Poder Executivo melhor desempenhe suas funções típicas.

Referidas reformas baseiam-se principalmente em uma concepção econômica e financeira do papel dos sistemas de proteção social e vêm inspiradas por um argumento que tem três vertentes: o excessivo nível de gastos obrigatórios que escapariam ao controle, as taxas demográficas crescentemente desfavoráveis, consideradas como inevitáveis, e o impacto, percebido como negativo, dos sistemas vigentes no crescimento econômico em escala nacional, regional ou até global.

E com base em pressupostos teóricos reducionistas desenvolvem-se argumentos respaldados por organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial.

Aliás, vem do Banco Mundial há muito tempo seu modelo previdenciário, com três pilares bem definidos, onde o primeiro de forma solidário e universal, limitado ao teto mínimo, geral para todos, e os dois outros pilares, administrados exclusivamente pelo mercado.

²⁴ Floriano José Martins – Vice-presidente executivo da ANFIP – Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Seguindo praticamente esse modelo, requintado com toda pompa como exemplar do sistema previdenciário, o modelo chileno serviu, por um bom período, para o resto do mundo, principalmente a América Latina, como eficaz, equilibrado e sustentado.

Depois de 30 anos de funcionamento, as críticas atualmente focam-se na baixa cobertura da população - menos de 50% da força de trabalho chilena - e nos altos custos de administração cobrados pelas AFP (Administradoras de Fundo de Pensão), que gerem o sistema e que conseguem lucros bastante elevados. O Estado responsável por uma aposentadoria mínima para aqueles que não conseguiram ter saldo na conta individual, gasta, junto com os aposentados do regime antigo, 23% do orçamento federal.

A Argentina tendo formatado seu sistema naquele modelo, não aguentou a primeira crise, retornando o sistema antigo, estatal.

As ações impostas à sociedade brasileira estão gerando custos financeiros e sociais de grandes proporções a serem equacionados. Entretanto, para alguns ditos estudiosos, o problema que mais afeta o País e que é causador do déficit público é o sistema previdenciário, tanto no regime geral, quanto no regime próprio dos servidores.

Nessa linha, a reforma da Previdência tornou-se uma questão recorrente e, portanto, considerada a salvação da pátria para esses, independente dos sacrifícios necessários a determinada classe de trabalhadores, mesmo que seja a parcela do menor poder aquisitivo.

E aí entram os argumentos de natureza fiscal. Para este não há solidariedade e cooperação, princípio que fundamenta a Previdência Social. O motor da sociedade, para eles, é a competição predatória e selvagem entre os cidadãos. Para garantir o interesse do capital financeiro e, ao mesmo tempo, convencer a sociedade a abrir mão do pouco que ainda usufrui, é alimentar o discurso de que os serviços públicos prestados ao povo se acham fora da realidade, que os gastos são excessivos e, por isso, prejudicam o crescimento econômico e o desenvolvimento de todos.

Nada é dito sobre os gastos financeiros que são tomados enquanto fato natural, como se não resultassem de decisão política e não pudessem ser afastados.

No campo do Regime Próprio dos servidores a técnica é a mesma, o déficit é o causador do desenvolvimento. O PL 1992, que cria o FUNPRESP, se insere na tendência mundial ditada pelo Banco Mundial e o mercado financeiro, de reduzir a participação estatal a um benefício mínimo, com objetivo de diminuir o gasto em aposentadoria estatal e aumentar o pagamento da dívida do Estado.

Entretanto, nada é dito quando da implantação do regime previdenciário do servidor quando a arrecadação superava em muito as despesas com benefícios.

Não houve, desde os anos 30, a preocupação em constituir um regime viável de reservas (jamais foram realizadas as contribuições do empregador) para consolidar mecanismos de contribuição que pudessem sustentar as despesas quando o sistema atingisse a sua maturidade etária.

Nada se diz da Dívida Pública e muito menos se discute com seriedade em todos os segmentos.

Enquanto isso os rentistas estão a exigir taxas de juros recordes para refinaranciar a dívida de modo a pressionar a adotar plano de “austeridade”

A reconstrução e a consolidação do sistema de proteção social dependem, em grande parte das articulações das entidades representativas da sociedade civil dispostas a refletir sobre os rumos do país, sob a ótica da igualdade, solidariedade e equidade.

Integração Financeira Regional, Nova Arquitetura e Banco do Sul Delci Franzen²⁵

A atual crise civilizatória está mostrando a senilidade de um modelo que alcançou seu limite histórico não só pelo esgotamento do modelo de concentração de capitais, mas também pelos problemas causados pela concentração de poder. Hoje, encontramos-nos em uma nova situação histórica, diante de uma crise das antigas fórmulas para solucionar crises. Por conta disso, é cada vez mais necessário fazer uma readequação do poder como um todo, e não somente da economia. Isso necessita ser encarado por meio de uma análise dos instrumentos de enfrentamento disponíveis, tendo em vista o fato de que as novas possibilidades vindas da revolução técnico-científica não têm sido consideradas no enfrentamento da crise, nem no desenvolvimento da produção.

No atual contexto, há uma grande mentira amplamente difundida. Diz-se que todos estão perdendo com a crise, o que não é verdade. Existem intencionalidades e sujeitos no processo da crise, e pode-se facilmente perceber que alguém está ganhando com a crise. Nota-se claramente a crescente e excessiva taxa de ganância dos interesses sobre o capital produtivo.

Os grandes interesses são agora desmascarados e percebemos claramente sua manifestação por meio da manipulação das cifras e dos dados, bem como pelo processo de concentração do poder promovido pelo capital fictício. Ele se vale da montagem de uma estrutura e de uma superestrutura financeiras montadas com base em papéis e títulos que são a expressão máxima daquela concentração. Como mencionou Pedro Paez, esse tipo de manipulação permite que, atualmente, um mesmo barril de petróleo seja vendido três ou cinco vezes. As relações de poder vigentes produzem um sistema virtual de expropriação das capacidades do indivíduo, dos Estados e da coletividade. É imprescindível discutir isso quando se pensa em uma nova arquitetura da economia e em integração regional.

É fundamental, também, que essa análise se dê a partir de uma perspectiva histórica. É preciso recordar a matriz histórica de dependência das colônias latinas com as metrópoles europeias. Isso provém de um modelo extrativista de dependência e se estende até a atualidade pela via da dependência macroeconômica, fazendo com que se reproduzam as dificuldades dos países para controlar suas próprias moedas diante do dólar. Isso leva à falta de correspondência adequada entre os preços, sobretudo os preços da produção inflados pelo mercado especulativo sobre os países periféricos e pelo mercado do crédito. É um modelo ainda marcado pelo extrativismo, que reduz os indivíduos e as nações a uma grande impotência diante do capital.

Uma das saídas apresentadas para um enfrentamento eficiente da questão é o reforço da integração Sul-Sul. Essa integração se daria, em primeiro lugar, por

25 Irmã Delci Franzen - Religiosa, ex-assessora da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço Caridade, da Justiça e Paz da CNBB, atual coordenadora do CAIS e da entidade católica Miseror no Brasil.

meio da criação do Banco do Sul, que carrega como uma de suas mais importantes características o uso de uma moeda regional, promovendo uma liquidez sustentável que viabilize um bom funcionamento da economia em âmbitos micro e macrorregional. Em segundo lugar, é necessário que essa integração se dê para além da América Latina, buscando agregar economias africanas e asiáticas. Isso traria algum enfrentamento com países do Norte, mas tal enfrentamento faz-se necessário. Se a integração econômica almeja favorecer a humanidade como um todo, não pode repetir as estruturas errôneas do aparato antigo, conformado pelo modelo neoliberal.

É fundamental, para que isso ocorra, que países como Argentina, Brasil e Equador protagonizem o processo de refundação da economia global, trazendo à participação redes e organizações sociais, rompendo com a hostilidade em relação aos movimentos sociais que costumeiramente se têm manifestado.

Além disso, temos que alertar que o ponto central da ruptura proposta vai além de uma luta contra a dívida. Trata-se da proposição de um enfrentamento ao capitalismo, sistema que é o responsável pela criação das relações de dependência de significativas parcelas de populações do mundo em relação a alguns poucos países. Os países latino-americanos não são os maiores devedores – aliás, se analisado de uma perspectiva histórica e ambiental, somos mais credores que devedores –, portanto a dívida não é o único mecanismo de criação de redes de dependência, conquanto tenha papel marcante nesse processo.

Nesse aspecto, é importante alertar para o risco representado pelo crescimento das economias emergentes. Veja-se o exemplo da China, que é a maior produtora dos produtos mais consumidos na atualidade, ao mesmo tempo em que paga com os piores salários os seus empregados. Não é por acaso que as grandes fábricas têm se deslocado rapidamente para os países emergentes.

Uma perspectiva de desenvolvimento a partir do sul tem que levar em conta todas essas questões, mas não pode deixar de promover uma articulação com os movimentos sociais atuantes no hemisfério Norte. Estes necessitam de apoio no atual momento de precarização do trabalho e de repressão às mobilizações sociais, símbolos máximos de uma crise civilizatória e financeira, mas também de uma crise social e espiritual.

A humanidade evoluída da era tecnológica precisa reconquistar o sentido da existência humana. É preciso espiritualizar a humanidade. A crescente concentração de renda, o aumento do número de crianças mortas pela fome, entre outros dados sociais alarmantes, mostram que os valores da humanidade passam também por uma crise e clamam por urgente mudança. É preciso ter em conta a ideia de bem-viver. A ideia tem sido o centro das discussões de muitos movimentos no Brasil, inclusive com a participação de setores da Igreja Católica. A defesa de uma sociedade do bem-viver passa pela reestruturação da arquitetura financeira mundial ora decadente e deve nortear o desenho de um novo modelo, o qual deve estar a serviço de uma outra organização social.

PAINEL III

Dívida Pública: Impactos Sociais, ao Patrimônio Nacional e a Necessidade de Auditoria da Dívida



PALESTRANTES:

Sofia Sakorafá – Deputada do Parlamento Helênico / Grécia

Kjetil Abildsnes – Norwegian Church Aid's Economic Advisor / Noruega

Maria Lucia Fattorelli – Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida

COORDENADORES E RELATOR

Maria Eulália Alvarenga – Coordenadora do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida

Paulo Barela – Dirigente da CSP/Conlutas

Joelson Dias – Representante do Conselho Federal da OAB.

Discurso de Sofia Sakorafa

Deputada do Parlamento Helênico²⁶, Atenas, Grécia

Caros companheiros,

É uma verdadeira honra estar aqui com vocês. Estar em um país com um povo cujas lutas estão muito próximas à história do meu povo, do povo grego.

Existe uma obra grandiosa, um poema épico, do poeta latino-americano, vencedor do prêmio Nobel, Pablo Neruda, que se chama Canto General, e que a música dele foi – não por coincidência – composta pelo grande grego compositor Mikis Theodorakis. Este poema comprova que as lutas dos povos da América Latina contra o colonialismo, contra o fascismo e o imperialismo americano, constituem a voz sonora dos oprimidos do meu país também.

Apesar de que as nossas histórias percorrem dois continentes diferentes, dois povos com culturas, língua, hábitos e costumes diferentes, este poema é o laço invisível que nos une.

E o povo grego necessita que este laço, hoje mais do que nunca, se torne uma ponte de solidariedade, uma verdadeira e essencial ponte que unirá visões, e que construirá conhecimentos e experiências e abrirá o caminho para as soluções e escolhas na base da justiça social, da verdade e do progresso dos povos.

Caros amigos,

Nos três últimos anos, pelo menos, o planeta inteiro se encontra diante de uma imensa crise do sistema. Uma crise que provem da sua natureza corrupta.

Não se trata de uma imoralidade administrativa, ou de umas falhas individuais dos *golden boys*.

Todos esses acontecimentos constituem fatores de aumento da crise, mas não a sua causa. Trata-se de uma crise de acumulação de capital e hiperprodução.

O capitalismo sempre encara as crises de um jeito típico e clássico. Interpreta a catástrofe como oportunidade.

No século passado, produz duas catástrofes absolutas, a primeira e a segunda guerra mundial. E no mesmo tempo, através dessas catástrofes, criou as oportunidades do desenvolvimento e do lucro máximo.

Hoje mesmo vivemos em uma guerra implacável, mas colocando apenas um adjetivo na frente, que somente muda os termos, vivemos em uma guerra financeira.

E esta é a razão da assim chamada crise grega, que não é apenas grega.

Ao contrário, é o sintoma mais agudo da crise geral do capitalismo, através – é

26 Sofia Sakorafa – Deputada do Partido Helênico pelo Partido Socialista. Foi a única deputada que votou contra o acordo da Grécia com o FMI no início do agravamento da crise financeira. Inicialmente, ficou isolada no partido, mas logo em seguida, assumiu posição de destaque e liderança diante do reconhecimento de sua acertada posição, amplamente apoiada pela sociedade grega. Na juventude, Sofia foi campeã olímpica de arremesso de dardo, superando o recorde mundial em 1982, meta que foi ultrapassada somente em 1999.

claro – das particularidades e das distorções que a economia grega sofreu durante décadas. Particularidades e distorções que têm a ver com a jornada histórica e os fatos políticos do nosso país.

É evidente que qualquer análise que acusa somente o descuido dos gregos ou do FMI é feita de propósito, sem base histórica, sem base política, sem base científica, é quase metafísica. Qualquer análise que propõe como causa principal da crise a incapacidade dos governos, ou a corrupção, é ingênua ou proposital.

O problema da dívida pública e dos déficits preocupa as políticas econômica e social desde o começo do sistema, do mesmo jeito que hoje em dia preocupa os mais avançados dos países capitalistas, de acordo com os dados oficiais do Banco Mundial.

Para ver como a Grécia chegou até aqui, teremos que responder perguntas importantes que nos dão respostas importantes.

Para onde foram os empréstimos que a Grécia pegou com a garantia da sua arrecadação futura?

Para os capitalistas.

Quem alimentava sem parar, o caixa público do país?

A classe média que paga tributos.

Em que se transformou o problemático modelo da economia grega, com a entrada da Grécia na União Européia?

Transformou-se em aleijado, já que destruiu, por exemplo, a nossa produção agrícola.

Qual é o papel da OTAN no aumento da dívida?

Essencial, já que gastamos todo ano 5% do PIB para despesas militares.

Quem administra a dívida e a favor de quem?

Os bancos, gregos e estrangeiros, que aumentam as taxas de juros, para seu próprio lucro.

O que há por trás dos jogos olímpicos?

Esta pergunta nunca foi respondida. Não sabemos o quanto se endividou o governo grego, não sabemos o tamanho do empréstimo e não sabemos o custo exato das obras hiper valorizadas.

Resumindo, então, a dívida grega é a consequência exata:

- Do capital que se alimentava do governo e que nas últimas décadas está se fortalecendo com muitos bilhões em forma de “estímulo ao desenvolvimento” através do programa de investimento público.

- O custo da nossa incorporação na União Européia que acelerou os procedimentos de liquidação de capital, prejudicando a agricultura e a agropecuária, a ocupação geral e a arrecadação pública. Além disso, a causa do baixo percentual das

exportações em relação ao PIB tem que ser procurada na adoção de uma política monetária que foi não apenas inadequada como totalmente contrária aos interesses da economia grega.

- Das exageradas e infelizes despesas militares. Enquanto a União Européia (de 27 países) gasta 1,6% do PIB para armamento, a Grécia gasta 5%, mais que o triplo da média européia e dos gastos dos países vizinhos. Trata-se de armamento, na maioria das vezes inútil, mas que são impostos pela OTAN, atendendo políticas de ataques e não a defesa das fronteiras.

- Da política de privatização, com a desculpa de redução de gastos pelo governo. Porém, o faturamento público perdeu importantíssimas fontes de dinheiro. O exemplo da OTE (empresa de comunicação), que foi vendida para a Deutsche Telecom pelo governo da “Nova Democracia”, sob circunstâncias nada transparentes e com um valor que equivale ao faturamento público de um ano, é o mais conhecido, mas não é o único.

- Dos baixos tributos sobre o capital, já que temos uma das cargas tributárias mais baixas em relação ao PIB: 32,6% do PIB, quando a média da União Européia (dos 27 países) e da zona do Euro é de 37%, e na Dinamarca - que tem as taxas mais altas - é 48%. A baixa arrecadação é resultado das baixas, quase simbólicas alíquotas sobre o capital. Isso se torna evidente pela diferença das alíquotas em comparação com a União Européia: 15% na Grécia enquanto na zona do Euro é de 27,5%.

- Do pagamento da própria dívida pública, já que nos últimos vinte anos, pagamos a mesma duas vezes.

- Do custo das obras da Olimpíada e obras complementares que hoje estão sendo abandonadas ou estão sendo vendidas pela metade do preço, quando a sua construção foi superfaturada em até 90%.

Conclusão: a dívida grega foi imposta ao povo grego através de uma política capitalista, que consumiu o dinheiro público e o transferiu para os bancos, as grandes empresas multinacionais e os grandes empresários.

Vamos ver agora como o governo grego, que desde o começo tinha o propósito de submeter o país ao FMI, conseguiu distorcer a realidade até o ponto de chegarmos hoje à inversão total da verdade e à destruição das normas da democracia, ou seja, em uma barbaridade.

Desde o começo foi um mecanismo de propaganda, muito bem feito e com três alvos: a intimidação, a cumplicidade e o automatismo social.

A intimidação surgiu através da doutrina do “único caminho”: “Se não fizermos isso, então vamos nos destruir, não pagaremos salários e nem aposentadorias.”

A cumplicidade surgiu da doutrina de que gastamos o dinheiro todos juntos, e isso dito pelo vice-presidente do governo.

E o automatismo social surgiu através de uma propaganda do governo que foi multiplicada pela mídia, onde um grupo social culpa o outro pela situação desagradável.

A receita teve resultado.

Durante os primeiros meses tínhamos um povo intimidado, cúmplice no que aconteceu e em pé de guerra civil.

Medo para um povo significa que tem de aguentar as escolhas dos outros.

Cumplicidade significa que aceita essas escolhas, já que ele também é responsável.

E o automatismo social vem para ajudar na redenção do sistema político, enquanto o topo da pirâmide continua intocável, mas a sua base está quase em guerra civil.

Esta foi a doutrina do primeiro período.

Hoje em dia a situação no nível da propaganda é mais dura e muito mais perigosa.

Hoje concedemos o privilégio da intimidação aos nossos credores, enquanto no interior do país não se deve ouvir nenhuma voz reclamando, além da voz oficial do governo, para que os nossos emprestadores não se preocupem.

Sabem meus caros amigos, tanto na Grécia como aqui no Brasil, estão muito recentes as memórias do cancelamento da liberdade, da Constituição, da proibição da exceção e da caça das idéias políticas.

Na Grécia, neste momento, a Constituição está sendo manipulada.

A liberdade está sendo acusada.

A independência nacional está sendo ameaçada.

E tudo isso em nome de um modelo, de um experimento de resistência do nosso povo.

Em nome de uma política que quer o povo grego marginalizado e em condições de um *apartheid* econômico.

Que quer empobrecer o povo e vender as suas riquezas e privatizar os seus bens públicos.

Diante dessa situação o povo grego reagiu.

Talvez não conseguisse quebrar as algemas do medo, mas com certeza causou um grande impacto.

Muitos de vocês com certeza conhecem o movimento que se desenvolveu nas praças da Grécia e principalmente na praça de Sintagma em Atenas.

Gostaria de passar para vocês a experiência desse movimento, do jeito que foi registrado pela Comissão pela Auditoria da Dívida Grega, que desde o primeiro dia e por 37 dias consecutivos estava presente na luta do povo grego.

A princípio estamos falando de um movimento cuja paternidade não pertence a partido político algum.

Em segundo lugar, trata-se de um movimento que colocou o assunto da autonomia. Passando por cima do jargão – “os outros decidem por nós” -, colocou

a questão: “nós decidimos para o nosso futuro”, produzindo procedimentos de excelente qualidade de participação coletiva e democrática direta.

Esses dois elementos da democracia direta e da independência política nos colocam diante de uma nova paisagem política.

O povo grego já virou as costas para coisas que acontecem para ele, sem ele.

Este é exatamente o ponto que gostaria de pedir a atenção de vocês, porque constitui uma diferença enorme em relação ao que acontecia até agora e é um ponto crítico para a iniciativa da Comissão.

Em fato, essa Comissão tem muita força, porque tira essa força da sua necessidade. A Comissão adquiriu carne e osso apenas com a ação da sociedade, na medida da organização do seu movimento.

A Comissão não é um conselho de sábios do tipo fechado. Não é mais um conselho governamental que cobre e esconde as situações.

É o grande envolvimento dos sindicatos, das organizações e dos cidadãos que assumem a responsabilidade das suas vidas.

Não tem guardiões, já que pertence à sociedade.

É democrática, já que surgiu da sociedade.

A nossa grande vantagem é a própria natureza da Comissão, de um lado, e o povo grego do outro que constituem uma combinação invencível. É um dos raros momentos históricos, onde as circunstâncias estão maduras e objetivas para a realização deste projeto.

Se calcularmos as causas da dívida grega que relatei agora a pouco, a Comissão adquiriu um imenso papel político na formulação de uma nova opinião política que diz não se o povo grego tem que pagar a dívida, mas, o que teria que pagar dessa dívida.

Sabemos que o funcionamento desse tipo de Comissão em outros países conseguiu reduzir as suas dívidas, em alguns casos até a metade ou dois terços do valor inicial ou mesmo o não-pagamento após negociações com os credores.

Através dessas Comissões foram criados procedimentos para uma reestruturação das dívidas, com a iniciativa não dos emprestadores, mas sim dos governos dos próprios países, permitindo assim que muitos deles emergissem.

Foi descoberto que esse tipo de empréstimos constitui um modelo produtivo danoso e que aumenta as dívidas e os déficits. Portanto, a Comissão não se refere apenas ao passado e ao presente, mas produz conhecimento e consciência política para a criação de um modelo econômico e com a possibilidade de desenvolvimento contra todas as práticas que tornaram vários países e povos financeiramente e politicamente deficientes.

Caros amigos, o momento crítico da contribuição de vocês está na enorme possibilidade que vocês têm, na possibilidade da prova, proveniente da auditoria.

É muito importante que consigamos percorrer juntos a paisagem viva da história e da memória, compreendendo que o que aconteceu no Equador, na Argentina, no Brasil, é o mesmo que pode acontecer amanhã na Grécia, na Irlanda, em Portugal.

A prova está aqui e vem da América do Sul.

Meus caros amigos, gostaria de parar um pouco na necessidade da prova.

Infelizmente é verdade que o fim de visões por um mundo melhor mergulhou os povos na doutrina de que “se uma visão se mostrou errada, então me contento com a realidade”. E também é verdade que forças pioneiras da sociedade e do mundo político encontram-se derrotadas e trancadas em salas com isolamento sonoro. O resultado disso foi o fato de que ouvíamos apenas as nossas vozes e que se uma voz não fosse de acordo com as nossas crenças, em vez de reconhecermos nela uma verdade em potencial, descriminávamos e a jogávamos diretamente na área dos mentirosos.

A derrota era dupla. Derrota da sociedade e derrota do pioneirismo. E testemunhas dessas derrotas foram os próprios povos.

É por isso que precisamos de prova. Simples, compreensível, fácil de conseguir. Ou seja, a confirmação do poder de uma proposta através de um acontecimento que já é uma prática histórica e política. Porque, antes do procedimento do movimento no qual espera a Comissão, existe a necessidade de convencer que em algum momento em algum lugar do planeta, as coisas aconteceram de modo diferente.

É a única condição que pode eliminar a submissão dos seres humanos ao monstro dos mercados.

É a única condição que pode libertar forças do axioma do “caminho único”.

É a única condição que pode denunciar as regras de um sistema sanguessuga que abusa.

E todas essas condições são necessárias para o movimento.

Povo que para de ser submisso.

Povo que se libertou das doutrinas do sistema.

Povo que compreende que as regras predadoras do sistema, são a sua própria existência.

Povo que conhece que em algum lugar as coisas podem acontecer de modo diferente.

Esse povo é aquele que está pronto para resistir, para inverter a situação, para criar.

Esta prova é a riqueza de vocês, é a sua contribuição na história de lutas dos povos.

É o valioso depoimento de vocês na luta do povo grego para uma solução justa.

Meus amigos, Brecht disse: aquele que hoje quer lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade, terá que superar no mínimo cinco dificuldades:

1ª - tem que ter a coragem de escrever a verdade, apesar de que em todo lugar estão escondendo ela.

A Comissão tem a coragem de procurar e achar a verdade.

2ª - tem que ter a inteligência de reconhecer a verdade, apesar de que todos a cobrem.

A Comissão tem a metodologia de reconhecer a reproduzi-la.

3ª - tem que ter a arte de fazê-la flexível como arma.

A Comissão é por si mesma a arma mais poderosa para descobrir a verdade.

4ª - tem que ter a crítica para escolher aqueles que em suas mãos a verdade vai adquirir força.

A Comissão somos todos nós, somos os povos, porque apenas nas mãos dos povos a verdade pode adquirir força.

5ª - tem que ter a astúcia para divulgar a verdade entre os povos.

A Comissão está aqui, está na Grécia, na Irlanda, no Equador, em Portugal, está dentro de todos os povos que passam por dificuldades e em todos que resistem.

Neste ponto, meus amigos, eu gostaria de acrescentar mais uma dificuldade:

6ª - aquele que quer formular a verdade, não pode embelezá-la.

A negação da dívida, a dura renegociação, a solução que vai surgir pelo movimento na Grécia, dentro da zona do Euro ou fora, retorno à moda antiga, não são soluções fáceis e nem indolores.

São soluções com duras consequências, porém podem ser enfrentadas com sucesso se conseguirmos realizar um programa coletivo de transformação econômica e social, com redistribuição de renda e riqueza, assim como ajuda sistemática no ramo de produção, e também mudança estrutural do país.

Caros companheiros, sabemos que os olhares do mundo inteiro estão virados para o nosso país, a Grécia.

Uns com o olhar na redistribuição da riqueza que o sistema está tentando produzir.

Outros, com o olhar virado para o drama do povo grego e ao mesmo tempo na catarse, que nem nas tragédias gregas antigas.

Catarse conhece apenas um caminho. Aquele de resistência, aquele da solidariedade internacional.

E esta é a razão que o nosso olhar está virado para as lutas de vocês, os seus resultados, as suas conquistas.

Maria Lucia Fatorelli não é apenas uma companheira do Brasil que falou com o povo grego.

É a força que os povos têm para quebrar fronteiras, quebrar medos, quebrar algemas e lutar para os bens de todos os humanos.

No Congresso da Comissão em Atenas, encerrei com umas palavras do Pablo Neruda. Hoje gostaria de pedir permissão de fechar com as palavras de um poeta grego, do Giorgos Seferis que também ganhou o prêmio Nobel e que escreve sobre a Grécia:

Mais um pouco
E veremos as amendoeiras florindo
Os mármoreos brilhando no sol
O mar ondulando
Mais um pouco
E nos elevaremos mais alto
Caros companheiros,
Sei muito bem que o caminho que leva ao amanhã passa por cima das feridas
do meu país.
Faremos o possível para irmos ao amanhã!

A handwritten signature in blue ink, followed by the words "com amor" written in a simple, lowercase font.



Como a Noruega assumiu a co-responsabilidade por dívidas ilegítimas

Kjetil Grindland Abildsnes²⁷

Em 2006 a Noruega, de forma unilateral e incondicional, cancelou a dívida com base no princípio da co-responsabilidade do credor. Por que? Porque essas dívidas surgiram de um projeto de desenvolvimento fracassado – a Campanha de Exportação de Navios do fim da década de 1970.

Esse cancelamento foi a primeira vez e, até hoje, a única em que um país credor e membro da OCDE assumiu a responsabilidade por um empréstimo dessa forma. O cancelamento resultou de anos de campanhas por parte da sociedade civil norueguesa e de pesquisas aprofundadas sobre a origem da dívida tanto por setores do governo, quanto da sociedade civil (Noruega e Equador). Assim, este torna-se um caso interessante e um forte argumento a favor da auditoria da dívida pública em países credores e devedores. O governo da Noruega pretende conduzir uma auditoria dos créditos noruegueses.

A Campanha de Exportação de Navios

Em meados da década de 70 houve uma crise na indústria de construção naval norueguesa. Trinta mil empregos estavam ameaçados. Para estimular a indústria, 156 navios e equipamentos no valor aproximado de 3,7 bilhões de coroas norueguesas foram produzidos e exportados no período de 1977-1981. Os navios foram pagos através da concessão de créditos de exportação baratos com um componente de subvenção, podendo assim ser considerada como uma campanha de assistência ao desenvolvimento. Essa estratégia tinha como objetivo uma situação de ganho para ambos os lados, onde os estaleiros noruegueses sobreviveriam à crise e os países em desenvolvimento receberiam equipamentos navais com desconto.

Mas rapidamente se tornou claro que os projetos eram de alto risco e que os credores poderiam enfrentar condições adversas de pagamento. Após a crise do petróleo, o mundo se encontrava em crise e países de toda a Europa estavam desenvolvendo mecanismos para alavancar suas indústrias de construção naval. Como resultado houve uma acirrada competição sobre um número limitado de projetos. Era necessário um tratamento facilitado e ágil para os créditos e projetos, enquanto atentava-se ao devido processo. Ao mesmo tempo, os controles de qualidade foram rebaixados. Para garantir que os estaleiros noruegueses tivessem demanda suficiente para seus navios foram concedidos créditos a projetos que poderiam, sob outras condições, terem sido considerados muito arriscados.

Conclui-se em um relatório branco de 1988-89 que, enquanto a campanha proporcionou aos estaleiros noruegueses uma chance de se adaptar, ela falhou como uma política de desenvolvimento.

²⁷ Kjetil Grindland Abildsnes – Organizou, entre 2003 e 2007, a Campanha da Dívida Norueguesa – SLUG. Atualmente, trabalha no Departamento de Políticas Públicas da Assistência Social ligada à Igreja Norueguesa como consultor especial em Justiça Econômica, focado em tributação e extrativismo.

A responsabilidade da Noruega

Para compreender porque a Noruega assumiu a responsabilidade como credor desses empréstimos, contrariando a prática normal, precisamos entender melhor como esses empréstimos foram concedidos. Três órgãos eram responsáveis pelo gerenciamento do projeto. A Agência Norueguesa de Crédito para Exportação (GIEK, em norueguês) era responsável por julgar o risco e a solidez dos projetos. A agência de desenvolvimento Norad era responsável por avaliar os benefícios ao desenvolvimento de quaisquer projetos que recebessem o componente de subvenção. Finalmente, o Ministério do Comércio e Transporte era responsável pela decisão final. Mas, na realidade, restrições de tempo fizeram com que o Ministério rapidamente afastasse a GIEK e a Norad.

No dia 4 de junho de 1977 o Parlamento mudou as regras para a Norad e tornou possível a exportação de navios sem a sua aprovação. As necessidades especiais da indústria de construção naval tinham se sobreposto às preocupações com o desenvolvimento. A decisão, a partir desse momento, passou a caber ao Ministério do Comércio e Transporte. No entanto, mesmo antes dessa mudança, o diretor da Norad já não conseguia recomendar muitos dos projetos. Das 68 (36 projetos) subvenções concedidas, a Norad aprovou somente 22 (13 projetos). Em muitos desses projetos a aprovação só era dada sob a condição de que algumas mudanças fossem feitas nos projetos. Essas mudanças, no entanto, frequentemente não eram implementadas.

Na GIEK, o Comitê desde o início tratou de esclarecer quem deveria ficar responsável pela concessão dos créditos. Eles sentiam que as decisões eram tomadas antes mesmo de as subvenções serem aprovadas pela GIEK. Os contratos já tinham sido assinados e as negociações feitas – às vezes em nível político. Como resultado a GIEK frequentemente incluía uma cláusula em suas aprovações de empréstimo declarando que as subvenções não teriam sido concedidas caso fosse realizada uma avaliação de risco normal (como era requerido no plano original). O Comitê, então, perguntou ao Ministério do Comércio e Transporte quem era o responsável pela aprovação dos projetos. Isso levou a um parecer jurídico escrito pelo advogado da União declarando que, mesmo que o processo fosse confuso, o Ministério era o responsável e que a GIEK não poderia assumir a responsabilidade pela aprovação dos projetos. Sendo a GIEK uma agência do governo, a não aprovação de acordos já feitos em nível político era vista como impossível.

Fica evidente que tanto a Norad como a GIEK não aprovaram todos os empréstimos. Logo, a Noruega quebrou ou ignorou suas próprias regras motivada pelas necessidades da indústria de construção naval. O resultado foi a concessão imprudente de créditos. Os números confirmam. Dos 156 navios divididos entre 36 projetos em 21 países, somente três projetos foram concluídos em 1987. No mesmo período, cerca de \$231.2 milhões foram pagos em subvenções e somente \$29.5 milhões foram reembolsados. O então ministro do Comércio Hallvard Bakke quase perdeu seu voto de confiança quando o relatório branco sobre a Campanha de Exportação de Navios foi debatida em 1988-89.

Um exemplo do péssimo trabalho realizado foi o da Smedvik Mechanical Wharfts que deveria produzir três cruzeiros de luxo. Os navios haviam sido comissionados pela cadeia de hotéis Sheraton e seriam usados no rio Nilo. Os construtores cometeram um pequeno, mas significativo, erro: eles construíram navios para água salgada. Água doce, abundante no rio Nilo, tem menos fluatuabilidade, o que fez com que os navios raspassem no fundo por 10 cm. Os navios tiveram de ser reconstruídos – os egípcios conseguiram negociar uma redução no preço em \$1.4 milhões de \$48.1 milhões. O crédito foi posteriormente assumido pela Noruega.

A co-responsabilidade do credor

No total, 520 milhões de coroas norueguesas foram canceladas para o Egito, Equador, Jamaica, Peru e Serra Leoa. O ministro do Desenvolvimento Erik Solheim disse na época:

Essa campanha representou uma política de desenvolvimento fracassada. Como um país credor, a Noruega tem parte da culpa pelas dívidas resultantes. Ao cancelar esses créditos a Noruega assume a responsabilidade por permitir que esses cinco países cancelem o restante dos pagamentos dessas dívidas.

Ao fazer isso a Noruega partiu do princípio da solidariedade dos credores do Clube de Paris e em linha com o consenso de Monterey assumiu sua parcela de culpa pela dívida. O especialista independente em dívida externa e direitos humanos da ONU, Cephas Lumina, encoraja outros países a seguirem o exemplo da Noruega. Ele também destaca a importância da sociedade civil na Noruega e no Equador pelas mudanças de política e insta todos os governos a “garantir o espaço necessário para a sociedade civil articular seus pontos de vista”.

Quando se fala em restituição, no entanto, o governo norueguês rejeita essa ideia. A sociedade civil norueguesa tomou a posição de que essa exigência cabe aos governos e à sociedade civil do países do sul.

Para onde agora?

Nos últimos anos, os trabalhos sobre a questão do endividamento dos países em desenvolvimento na Europa têm se voltado para garantia de práticas de financiamento responsáveis e que limitem os empréstimos imprudentes, como foi o caso da Campanha de Crédito para Exportação de Navios.

Falta de informação sempre foi um desafio para os ativistas. Auditorias, tribunais e audiências são ferramentas importantes para se obter esse tipo de informação. Até hoje, essas auditorias acontecem pelo lado do devedor. Na Noruega a sociedade civil tem demandado uma auditoria dos empréstimos noruegueses – uma auditoria do credor – e o governo norueguês tem se comprometido desde 2009 a conduzir esse tipo de auditoria. Os principais argumentos utilizados pela sociedade civil são transparência e controle sobre a utilização do dinheiro público, sublinhando o princípio da co-responsabilidade do credor. Informações sobre empréstimos bilaterais, por exemplo, através das Agências de Crédito para Exportação (ECAs, em inglês), são cruciais para garantir que o governo seja responsável.

A Coalizão Norueguesa pelo Cancelamento da Dívida (SLUG, em norueguês) quer que essa auditoria seja uma avaliação independente e especialista que também inclua os títulos do governo. A sociedade civil deve estar envolvida no estabelecimento dos termos de referência. De acordo com a SLUG um objetivo importante seria o de revelar e cancelar qualquer dívida ilegítima. Outro objetivo seria utilizar o processo para melhorar as práticas de empréstimo. Algumas dessas preocupações constam em um relatório onde a sociedade civil internacional e acadêmicos demonstram suas expectativas em relação à auditoria. Fica claro a partir desse relatório que uma auditoria dos credores seria outro passo importante para a obtenção de mais informações e de práticas responsáveis.

Conclusão

A história da campanha de crédito para exportação de navios não é exclusiva. Existem muitos projetos fracassados e empréstimos irresponsáveis que resultaram em dívidas que são ilegítimas de alguma forma. O reconhecimento da parcela de culpa do governo e do risco moral envolvido nesse projeto ainda é único. Para que isso mude, informação e conhecimento são necessários. A auditoria da dívida é uma ferramenta que pode ser utilizada para dar informações e indicar práticas financeiras responsáveis que são extremamente necessárias.

Dívida pública: impactos sociais, ao patrimônio público e a necessidade de AUDITORIA

Maria Lucia Fattorelli²⁸

1. A atualidade da ferramenta da auditoria da dívida em face da atual crise financeira

A recente crise nos Estados Unidos e em países europeus vem revelando como a dívida pública tem sido utilizada em benefício do sistema financeiro bancário.

Preliminarmente, é necessário esclarecer que a dívida pública não constitui um mal em si. Na verdade, deveria ser um importante meio de financiamento das políticas de Estado. Com base nisso, os governos são autorizados a contrair dívidas, obviamente respeitando determinados limites e condições.

Entretanto, diversos estudos, auditorias e investigações demonstraram que a utilização equivocada do instrumento de endividamento público. Dívidas são “geradas”, sem contrapartida. Adicionalmente, a maior parte das dívidas soberanas está sendo utilizada para pagar juros e amortizações de dívidas anteriores, cuja contrapartida original não é publicamente conhecida.

O problema essencial, como pode ser facilmente percebido, é que o endividamento público se converteu em um mecanismo de transferências de recursos públicos em larga escala. Devido à ausência de transparência nesses processos e a um excessivo número de privilégios – tanto legais quanto financeiros e com diversas ramificações – esse esquema pode ser caracterizado como um “Sistema da Dívida”, que funciona em benefício de um pequeno segmento social localizado nos mercados financeiros, nos quais se articulam bancos, agências de risco, demais instituições financeiras e grandes corporações, com acesso a paraísos fiscais e sigilo bancário.

Por outro lado, as nações ficam submissas a esse “sistema”, e a sociedade submetida às medidas de arrocho fiscal adotadas para beneficiar o setor financeiro.

Nos Estados Unidos, esse sistema operou recentemente para resgatar a banca do iminente risco de quebra, devido ao excesso de operações com derivativos sem lastro, possibilitadas pela crescente desregulamentação financeira. A dimensão do resgate foi apresentada pelo senador Bernie Sander²⁹, que divulgou os resultados de auditoria realizada pela Agência de Contabilidade Governamental³⁰. Esse informe evidenciou que o Federal Reserve Bank (FED – o Banco Central dos Estados Unidos) destinou cerca de 16 trilhões de dólares para o salvamento bancário, soma que foi diretamente transferida aos bancos e às grandes corporações com taxas de juros próximas a zero, entre dezembro de 2007 e junho de 2010.

A crise do setor financeiro, como demonstra o referido relatório, foi o primei-

28 Maria Lucia Fattorelli – Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil desde 2001. Foi assessora técnica da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados (2009-2010) e membro da Comissão de Auditoria integral da Dívida do Equador (2007-2008).

29 <http://www.unelectd.org/audit-of-the-federal-reserve-reveals-16-trillion-in-secret-bailouts>.

30 <http://www.gao.gov/products/GAO-11-696>.

ro passo para a atual crise da dívida “soberana”, não só nos Estados Unidos, como também em muitos países da Europa. A soma dos recursos desembolsados pelo FED para o salvamento bancário foi maior que o saldo total da dívida pública dos Estados Unidos (atualmente estimado em US\$ 14,5 trilhões) e que seu Produto Interno Bruto (US\$ 14,3 trilhões em 2010).

É necessário insistir na auditoria dessa operação, que poderá mostrar que o que ocorreu foi a conversão de grandes dívidas privadas em dívidas públicas. Os principais beneficiários do dinheiro entregue pelo FED, como consta no informe, podem ser vistos abaixo:

Citigroup:	\$2.5 trillion	(\$2,500,000,000,000)
Morgan Stanley:	\$2.04 trillion	(\$2,040,000,000,000)
Merrill Lynch:	\$1.949 trillion	(\$1,949,000,000,000)
Bank of America:	\$1.344 trillion	(\$1,344,000,000,000)
Barclays PLC (United Kingdom):	\$868 billion	(\$868,000,000,000)
Bear Sterns:	\$853 billion	(\$853,000,000,000)
Goldman Sachs:	\$814 billion	(\$814,000,000,000)
Royal Bank of Scotland (UK):	\$541 billion	(\$541,000,000,000)
JP Morgan Chase:	\$391 billion	(\$391,000,000,000)
Deutsche Bank (Germany):	\$354 billion	(\$354,000,000,000)
UBS (Switzerland):	\$287 billion	(\$287,000,000,000)
Credit Suisse (Switzerland):	\$262 billion	(\$262,000,000,000)
Lehman Brothers:	\$183 billion	(\$183,000,000,000)
Bank of Scotland (United Kingdom):	\$181 billion	(\$181,000,000,000)
BNP Paribas (France):	\$175 billion	(\$175,000,000,000)

2. Privilégios para o Setor Financeiro e Danos Sociais

As quantias destinadas ao setor financeiro por meio de repasses diretos de recursos do FED e do Tesouro Norte-americano, bem como por outros planos de resgate, consumiram uma grande parte dos tributos arrecadados entre os contribuintes. Enquanto isso, os mesmos contribuintes sofrem com o crescimento do desemprego, as restrições em programas de saúde pública e cortes em outros setores sociais que em seu conjunto redesenham a estrutura social e pioram as condições de vida da sociedade, com desigualdades agora maiores do que aquelas observadas há algumas décadas. Tal paradoxo explica a razão pela qual manifestações como Occupy Wall Street ganham força.

A mesma situação pode ser vista na Europa, cujos países enfrentam sérias crises “da dívida” e manifestações sociais de milhões de cidadãos nas ruas. É importante recordar que em 2008 não existia a denominada crise de “endividamento”, mas tão-somente a crise dos grandes bancos. Naquele momento, as autoridades decidiram salvar aquelas instituições, apesar de conhecerem os grandes riscos que aquela alternativa representava para seus orçamentos e o “superendividamento” de

todos os países, como atestam notícias publicadas à época pelo *The Telegraph* de 11/02/2009³¹, por exemplo, é explícito:



The Telegraph

HOME NEWS SPORT FINANCE COMMENT BLOGS CULTURE TRAVEL LIFESTYLE

Companies Comment Personal Finance Economics Markets Your Business Olympics Bus

Financial Crisis

European bank bail-out could push EU into crisis

A bail-out of the toxic assets held by European banks' could plunge the European Union into crisis, according to a confidential Brussels document.

By Bruno Waterfield in Brussels 11:59AM GMT 11 Feb 2009

Comment

"Estimates of total expected asset write-downs suggest that the budgetary costs – actual and contingent - of asset relief could be very large both in absolute terms and relative to GDP in member states," the EC document, seen by The Daily Telegraph, cautioned.

"It is essential that government support through asset relief should not be on a scale that raises concern about over-indebtedness or financing problems."

The secret 17-page paper was discussed by finance ministers, including the Chancellor Alistair Darling on Tuesday.

No Brasil, autoridades não admitem que o País já se encontra em plena crise da dívida. Entretanto, o problema da dívida vem sendo alegado como justificativa para nocivas medidas econômicas, tais como a prática dos juros mais elevados do mundo; a aplicação de carga tributária elevada, regressiva, sem o devido retorno em bens e serviços para a população; o contínuo e crescente contingenciamento de recursos para o cumprimento da meta de *superávit* primário; o congelamento dos salários dos servidores públicos; a continuidade de privatizações de setores estratégicos e lucrativos (aeropostos, jazidas de petróleo, hospitais universitários); a liberdade de movimentação de capitais, entre diversos fatores. Todos eles acusam o

31 Tradução livre:

Salvamento de bancos europeus poderia empurrar União Europeia para crise

Um resgate dos ativos tóxicos em posse dos bancos europeus poderiam afundar União Europeia em crise, de acordo com um documento confidencial de Bruxelas.

Por Bruno Waterfield in Brussels 11:59 Horas. GMT 11 de Fevereiro de 2009

"Estimativas do total esperado de títulos registrados sugere que os custos orçamentários – reais e contingentes – do resgate de títulos poderiam ser muito elevados tanto em termos absolutos quanto em termos relativos do PIB nos Estados-membro", alertou o documento da Comissão Europeia, encontrado pelo The Daily Telegraph.

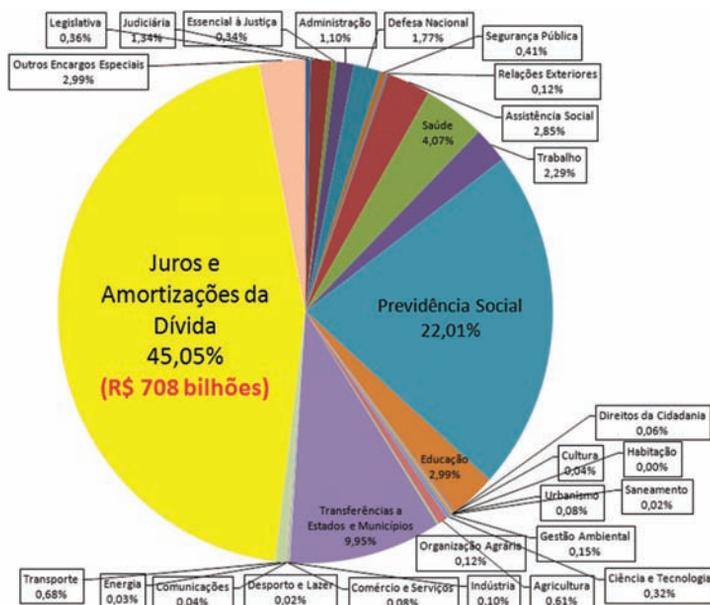
"É essencial que o apoio do governo por meio do resgate de títulos não se dê em uma escala que aumente a preocupação sobre o superendividamento ou problemas financeiros".

O documento secreto de 17 páginas foi discutido por ministros das finanças, inclusive o Chanceler Alistair Darling, na quinta-feira.

enorme problema do endividamento público atual.

A dívida externa brasileira já alcança US\$ 402 bilhões e a dívida interna cerca de R\$ 2,5 trilhões. Somadas, equivalem a 78% do PIB em dezembro/2011. Os juros e encargos são tão elevados que os pagamentos relacionados ao endividamento estão consumindo, a cada ano, quase a metade dos recursos do orçamento federal, conforme gráfico a seguir:

Orçamento Geral da União Executado até 31/12/2011 por Função Total: R\$ 1,571 Trilhão



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Fontes:

<http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=20703> - Gastos por Função

<http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=20704> - Gastos com a Dívida

<http://www8a.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=20715> - Transferências a Estados e Municípios (Programa “Operações Especiais - Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”). Nota 1: As despesas com a dívida e as transferências a estados e municípios se incluem dentro da função “Encargos Especiais”. Nota 2: O gráfico não considera os restos a pagar de 2011, executados em 2012.

Essa desequilibrada distribuição de recursos tem aprofundado a injustiça social no país, como demonstra o último relatório da ONU que classifica o Brasil em 84º. lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Apesar de ser considerado atualmente a 6ª. maior economia mundial, o Brasil é também um dos países mais desiguais do mundo (3º. pior Índice de Gini) devido ao enorme fosso que separa os muito ricos dos milhões de pobres e miseráveis. Além disso, os indicadores sociais são extremamente cruéis e alarmantes em todas as áreas – saúde, educação, déficit habitacional, fome, pobreza, miséria, analfabetismo, desemprego. Esses indicadores negativos são incompatíveis com as imensas potencialidades do

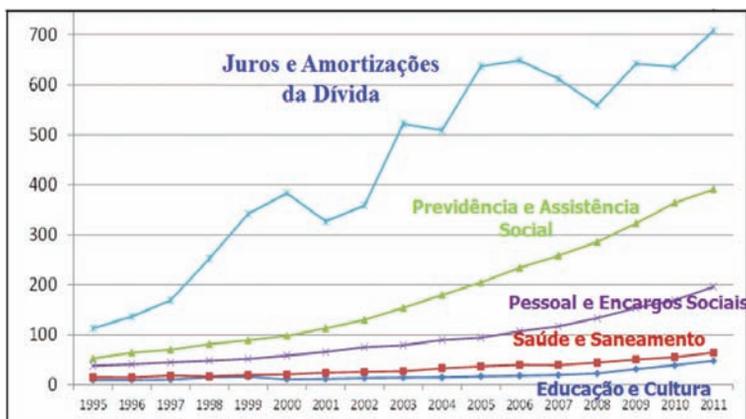
Brasil, e decorrem principalmente do equivocado modelo econômico que privilegia a remuneração aos rentistas e favorece o contínuo crescimento do estoque da dívida pública.

Um dos principais fatores do elevado crescimento tanto do estoque da dívida brasileira como do volume de pagamento de encargos tem sido o elevadíssimo rendimento nominal garantido aos rentistas.

Ademais, enquanto todos os gastos ficaram literalmente congelados após o Plano Real em 1995, a dívida teve atualização monetária calculada com base no IGP-M (em âmbito federal), e, mais grave ainda, tal atualização não tem sido computada como juros (como deveria, já que a atualização é parte do valor dos juros nominais), mas como “amortização”. Somente a parcela que ultrapassa a atualização monetária calculada pelo IGP-M é classificada como juros, o que distorce totalmente a comparação com todos os demais gastos orçamentários, que são contabilizados por seu valor nominal.

Quando considerados os gastos nominais também com a dívida, sobressai o enorme privilégio na destinação dos recursos federais. Os dados falam por si. O gráfico a seguir demonstra a prioridade absoluta da dívida, em detrimento de todas as demais necessidades sociais.

Orçamento Geral da União – Gastos selecionados (R\$ Bilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida

3. A necessidade de auditoria – métodos, transparência, monitoramento cidadão e o papel das instituições internacionais

O *modus operandi* do “Sistema da Dívida” tem sido evidenciado atualmente na Europa, onde deficiências do setor financeiro bancário foram rapidamente transformadas em crise da dívida dos países.

Essa crise atual tem revelado aspecto crucial que pode ser comparado a um processo de venda do Estado. Os títulos públicos são utilizados para capitalizar

negócios privados, levando as economias nacionais ainda mais ao fundo do poço. Devido à desregulamentação do setor financeiro, os títulos podem ser vendidos em mercados secundários, onde quer que eles operem.

É importante assinalar que quanto mais baixo for o preço do título no mercado secundário, mais alto será o rendimento efetivo (*yield*) para o comprador, o que funciona como um atrativo interessante para os especuladores. Na Grécia, por exemplo, em maio de 2011 os bônus soberanos foram vendidos nos mercados secundários por 60% do seu valor nominal. Embora os juros originalmente devidos sobre esses títulos fossem de 7% ao ano, o comprador desses títulos passou a ter um rendimento efetivo (*yield*) de 11,67%, como explicado na tabela abaixo. O outro exemplo é ainda mais grave, pois elevou o rendimento efetivo para 37,43% ao ano, sendo que os juros originalmente comprometidos eram de 6,25% ao ano. Ambos exemplos são concretos e ocorreram recentemente.

	Valor Nominal	Preço de Mercado	Taxa de Juros	Valor dos Juros	Rendimento Efetivo (<i>yield</i>)	Cálculo
Exemplo 1	€1.000	60% = €600	7%	€70	11.67%	$70 \times 100 / 600 = 11.67\%$
Exemplo 2	€1.000	€167	6.25%	€62.50	37.43%	$62.50 \times 100 / 167 = 37.43\%$

Quando um detentor de títulos os vende com o chamado *haircut*, quem compra esses títulos obtém um rendimento efetivo (*yield*) muito maior, pois os juros pagos pelo país são sempre calculados sobre o valor nominal de emissão dos títulos. Na medida em que os preços de mercado caem, o *yield* aumenta cada vez mais, o que representa um grande atrativo para a especulação. Assim, enquanto alguém sofre um *haircut* por vender o título abaixo do valor nominal, quem compra obtém um rendimento extra devido ao crescimento do *yield* calculado sobre os ditos títulos. Isso caracteriza uma manipulação do mercado e um abuso contra a Grécia.

Esta situação demonstra a urgente necessidade de realização de uma auditoria da dívida, que deverá ser integral, isto é, não deve ater-se unicamente aos registros contábeis, mas, além destes, deve levar em conta os demais aspectos e circunstâncias que envolveram as negociações e repactuações, inseridas na conjuntura vigente à época, formalidades legais e aspectos jurídicos, impactos sociais, além dos demais elementos que agravaram o processo de endividamento. Adicionalmente, a investigação deve ser profunda o bastante para se chegar à origem da dívida, pois temos constatado que a cada uma das sucessivas negociações novas parcelas financeiras vão se incorporando ao montante negociado, sem a devida transparência.

O privilégio do setor financeiro verificado atualmente na Europa, guardadas as devidas proporções, tem muitas semelhanças como o ocorrido na América Latina desde os anos 1970. As experiências de auditorias de dívidas (auditoria oficial no Equador³² e a iniciativa cidadã no Brasil³³) demonstraram que nos últimos 40 anos os únicos beneficiários da dívida comercial externa foram os grandes bancos internacionais.

32 Comisión de Auditoria de la Deuda Ecuatoriana – CAIC criada pelo Decreto 472/2007.

33 Auditoria Cidadã da Dívida – www.auditoriacidada.org.br.

As auditorias da dívida também mostraram que a crise financeira instalada na América Latina em 1982 foi causada pelos mesmos bancos privados credores³⁴ que unilateralmente elevaram as taxas de juros de 5 a 20,5% ao ano³⁵. Aquela crise abriu espaço para a interferência do FMI em assuntos internos dos países latino-americanos, mediante a imposição de planos de ajuste fiscal – exatamente como ocorre atualmente na Europa – que custaram pelo menos duas décadas de grande sacrifício social (as quais chamamos de “décadas perdidas”), de forma a garantir lucros ao setor financeiro. Logo em seguida, iniciou-se o processo de privatizações para pagar aquelas dívidas ilegítimas.

É muito importante que os países europeus – que não estão sob ditaduras militares (como estávamos nos anos 1980 na América Latina) – organizem comissões de auditorias oficiais, como fez o Equador em 2007. Também é essencial que a sociedade civil dê início a auditorias cidadãs – como nossa organização no Brasil – para resgatar documentos, fomentar investigações populares, estudos, mobilização social e elucidação sobre o processo de endividamento o mais rapidamente possível.

A auditoria da dívida é uma ferramenta para obter documentos e evidências da real natureza da chamada dívida pública. Os resultados dessa auditoria podem estimular ações concretas em todos os campos: popular, parlamentar, legal, entre outros da esfera política.

4. Conclusão

A atual crise revelou a usurpação do instrumento da dívida pública, usada como um mecanismo de transferência de recursos públicos para encobrir um problema do sistema financeiro privado, desregulado, que passou a produzir papéis em operações questionáveis com derivativos sem lastro. Os custos sociais da crise estão crescendo, especialmente na Grécia. A experiência de auditoria no Equador mostrou o valor desta ferramenta para revelar a verdade sobre o processo de endividamento, tendo sido fundamental na implementação de resultados efetivos. A iniciativa de uma Auditoria Cidadã no Brasil tem mostrado a importância deste trabalho para documentar o histórico do processo de formação da dívida, denunciando indícios de ilegalidades e ilegitimidades que influenciaram a criação da CPI da Dívida na Câmara dos Deputados e seu prosseguimento no âmbito do Ministério Público Federal. A atuação da Auditoria Cidadã tem também entusiasmado a investigação da dívida dos estados, mantendo o problema da dívida pública na agenda de debates nacionais e internacionais.

É essencial fazer uma auditoria completa nos países afetados pela recente crise, provocada por um problema localizado nos mercados financeiros, de modo que se garanta um processo de tomada de decisões em favor da justiça e da dignidade da sociedade como um todo.

34 As taxas de juros que regiam os contratos da dívida externa comercial eram calculadas com base nas taxas Prime (definida pelos bancos privados internacionais que controlam o FED) e pela Libor (taxa definida pela Associação de Bancos de Londres).

35 A taxa de juros internacional PRIME é ditada pelo FED que é controlado pelos maiores bancos privados estadunidenses. A LIBOR é ditada pela Associação de Bancos de Londres, também controlada pelos maiores bancos privados.

Alternativas à crise global da dívida

Maria Eulália Alvarenga³⁶

De 04 a 07 de outubro de 2011 realizou-se em Brasília o III Seminário Internacional Latino americano – Alternativas de Enfrentamento à Crise.

Neste seminário foi discutida a forma de mobilização da sociedade, principalmente a latino-americana, para o enfrentamento da crise financeira e econômica que se agravou em 2008 com a quebra de bancos americanos, provocada principalmente pelas suas “inovações financeiras” que potencializaram a alavancagem indiscriminada no crédito, sem as garantias necessárias.

No primeiro momento da crise, supunha-se que ela estava restrita às instituições que se envolveram com créditos hipotecários de alto risco dados às pessoas físicas, conhecidos como subprime. No pico da especulação imobiliária, em 2006, os preços dos imóveis residenciais chegaram a triplicar de valor. Antes de setembro de 2008, precisamente em julho de 2008 já haviam caído cerca de 16 %.

O governo americano acreditou que uma forte injeção de liquidez e a redução das taxas de juros seriam suficientes para evitar a quebra das instituições financeiras e seguradoras. Mas isto não foi suficiente e o que se viu foi a queda dos preços dos imóveis, o aumento da inadimplência dos mutuários e a consequente descapitalização de grandes instituições como o Lehman Brothers, Goldman Sacks, Citybank, JP Morgan, Merrill Lynch, AIG (seguradora), etc. Ocorreram, então, quebras fraudulentas de instituições financeiras e o esgotamento do consumo devido principalmente ao modelo que predominava até então: a valorização do capital financeiro em detrimento da valorização do sistema produtivo. Caía por terra, desta forma, a teoria neoliberal que sempre defendia e preconizava a hegemonia do mercado sobre o Estado, o “laissez faire”, o individualismo, o superconsumo, a concentração de renda, os monopólios, oligopólios e os hiperlucros.

Foi muito debatida no Seminário a forma como os Estados Unidos socorrem os bancos e corporações norte-americanas, a juros próximos de zero, injetando nessas instituições 16 trilhões de dólares americanos, repassados secretamente pelo Federal Reserve Bank – FED (Banco Central dos Estados Unidos), no período de dezembro/2007 e junho/2010. Tal procedimento do governo americano, adotando uma clara complacência com os administradores dessas instituições, ocasionou um forte endividamento estatal.

O que ocorreu, na realidade, foi a decisão do governo americano de salvar os desvarios do setor financeiro, socializando os prejuízos com um custo social altíssimo. Viu-se o poder público obrigado a partir para uma austeridade fiscal, para corte de salários e aumento de tributos indiretos.

Não havia crise apenas nos Estados Unidos. Ocorre, ainda hoje, o colapso das várias economias, decorrente de endividamento indiscriminado, como é o exemplo da Grécia que, para pagar uma questionável dívida, cortou milhares de postos de trabalhos, garan-

36 Maria Eulália Alvarenga – Economista, membro da Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil desde 2001 e coordenadora executiva do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida.

tias sociais, congelou e reduziu salários e ainda partiu para reformas da Previdência local, impondo sacrifícios terríveis à população.

Face à crise que assola países da zona do Euro, a integração latino-americana agora, mais que em qualquer época, se faz necessária para fortalecer o mercado interno. A articulação concreta para a integração financeira regional é imprescindível como a proposta de criação do Banco do Sul, a implantação do Sistema SUCRE e o Fundo Comum de Reservas.

Outra proposta debatida foi a de controle e tributação sobre o fluxo de capitais como forma de garantir aos países a segurança necessária para implementação de políticas de redução das taxas de juros, revisão dos gastos com a dívida pública e proteção à indústria nacional. O momento atual exige que a população conheça como a dívida pública dos países serve como um instrumento de usurpação do Estado pelo que chamamos de “Sistema da Dívida”, implantado em todo mundo, especialmente nos países periféricos.

O Brasil não foge à regra, onde a política econômica privilegia o *superávit* primário para o pagamento de juros e amortizações, que só em 2010, geraram gastos de quase dois bilhões de reais por dia, onerando o tesouro público, com consequências gravíssimas para o povo brasileiro.

O Brasil pratica as taxas de juros mais elevadas do mundo para continuar pagando a sua dívida e ainda, impõe uma carga tributária das mais elevadas do planeta. Com esta prática fiscalista, o país fica a dever a seu povo, sacrifica investimentos em infra-estrutura e se vê obrigado a efetuar a transferência de volumosos recursos para o pagamento da dívida.

Um dos setores mais sacrificados é o da saúde, com deficiências de toda ordem. Falta, por isso mesmo, ao país, uma saúde de qualidade e o que se vê atualmente são filas, mortes sem atendimento, insuficiência de leitos e UTI, falta de médicos e profissionais especializados devido aos baixos salários. Falta, também, ao país, uma política educacional efetiva, dentre muitas outras deficiências nas políticas públicas.

Para aumentar o *superávit* primário, o país contingência gastos sociais, implanta reformas da previdência, pratica juros altos e mantém ausência de controle de capitais, num sistema implantado pelo FMI. Esse sistema teve importante papel nas reformas estruturais dos países que buscaram renegociar suas dívidas, sem falar no endividamento dos estados subnacionais. O receituário do FMI, baseado em princípios de redução dos gastos do setor público, incluindo investimentos em infra-estrutura, segue um modelo generalizado, aplicável a qualquer país para privilegiar o pagamento da dívida e assim beneficiar o setor financeiro. No Brasil ele foi implantado com a edição da Lei Complementar 101/2000 (a denominada “Lei de Responsabilidade Fiscal”).

O seminário apresentou propostas contidas na Carta de Brasília, que se encontra no site da Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidadada.org.br), da qual se pode concluir que o capitalismo não será o mesmo após esta crise, que está apenas começando, sem previsão de término. A América Latina precisa tomar medidas conjuntas para que o problema da dívida não se agrave com a crise que assola os

Estados Unidos e a Europa, para que não se aprofunde sua condição periférica e de exportadora de produtos primários, sem nenhum valor agregado.

Precisamos continuar o trabalho para produzir um Plano de Ação para a implementação de controle e tributação sobre o fluxo de capitais; de políticas públicas que beneficiem a população, principalmente a mais carente; políticas de fortalecimento do mercado interno na América do Sul.

Devemos lutar pela redução das taxas de juros; auditoria e revisão dos gastos com a dívida pública; proteção industrial da América Latina.

Com relação à dívida pública, devemos exigir a transparência e acesso a informações acerca do endividamento público, uma auditoria para desmascarar o “Sistema da Dívida”, democratizar o conhecimento, exigir a revisão da política monetária e fiscal para garantir distribuição da renda e justiça social.

Por fim, um horizonte amplo que efetivamente integre a América Latina.

A crise econômica mundial e o serviço público brasileiro

Paulo Barela³⁷

A crise econômica retornou com força na Europa e atingiu praticamente toda a Zona do Euro. Países como Grécia, Irlanda, França, Espanha, Portugal, Itália e França viram suas economias despencarem, trazendo como consequência a queda no consumo e o aumento do desemprego. O PIB (Produto Interno Bruto) chegou a níveis tão baixos nestes países, que, hoje, não seriam admitidos na Comunidade Européia de acordo com o Tratado de Maastrich, do início da década de 90.

Como já não há os US\$ 3 trilhões de dinheiro público para garantir a farras de banqueiros e grandes empresários, os governos burgueses desses países adotaram a política do ajuste fiscal e controle do déficit público. O que significa isso? Reformas na legislação que retiram direitos dos trabalhadores, como redução do efetivo de servidores públicos, congelamento e rebaixamento salarial para o funcionalismo, aposentados e pensionistas, além de extinção de empresas estatais e aumento na idade para a aposentadoria. Como sempre, o capital busca formas para jogar nas costas dos trabalhadores o custo de suas crises.

O sacrifício é exigido apenas da classe trabalhadora e está sendo feito para garantir o pagamento da dívida pública aos bancos. Não fosse pelo caráter burguês desses governos, diríamos que parece terem esquecido que essa dívida pública havia sido gerada para salvar justos esses bancos, que passaram de “falidos” a credores do Estado, em virtude dos trilionários pacotes de salvamento aplicados tanto nos Estados Unidos como na zona do Euro.

A abordagem desse tema no seminário internacional promovido pela Auditoria Cidadã da Dívida e pelo CADTM é relevante para a compreensão da crise econômica mundial – em essência, a própria crise do sistema capitalista – e o debate de idéias sobre as alternativas para o enfrentamento dessa mesma crise. A auditoria dessas dívidas cumpre um papel fundamental no sentido de demonstrar os verdadeiros responsáveis pela geração de compromissos financeiros de origem duvidosa e impagáveis. Ao mesmo tempo, é preciso discutir outra arquitetura financeira internacional, que evidentemente não poderá se alicerçar no atual sistema político-econômico, uma vez que o funcionamento do mercado financeiro capitalista está fortemente marcado pela especulação, corrupção e desregulação.

No Brasil Dilma parte para o ataque contra o serviço público

No Brasil, o governo Dilma, do PT, de olho na crise européia, já abriu seu saco de maldades para se prevenir contra os efeitos dessa crise. Lula, seu antecessor, ajudou e editou, ao apagar das luzes de seu governo, uma Medida Provisória que leva a privatização dos Hospitais Universitários. A medida acabou sendo aprovada no Congresso Nacional, através de troca de favores e cargos públicos para parlamentares dos partidos aliados. Dilma determinou cortes de mais de R\$ 60 bilhões no Orçamento da União de 2011, reduzindo, sobretudo, as verbas para educação, saúde, saneamento e

37 Paulo Barela – Técnico em Estatística e funcionário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Membro da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular CSP-CONLUTAS e um dos principais articuladores da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais – CNESEF.

infra-estrutura, e anunciou a retomada de projetos que surrupiam direitos dos trabalhadores. Dentre esses projetos, por exemplo, propõe o congelamento dos salários dos servidores públicos por 10 anos e a demissão por insuficiência de desempenho no setor público, esse último idealizado por Bresser Pereira, ainda durante o governo FHC.

Além disso, o governo decretou que neste ano e em 2012 não haverá um centavo sequer para recompor os salários dos servidores e não tem intenção de cumprir os acordos firmados por Lula com as entidades representativas dos trabalhadores em seu mandato. Enquanto descumpra os acordos com a classe trabalhadora, acelera as privatizações de aeroportos e da previdência dos servidores públicos, entregando o futuro dos aposentados para o setor financeiro desregulado.

Aqui é preciso fazer uma referência importante: a presença em nosso país da companheira e deputada Sofia Sakorafa, do Parlamento Helênico da Grécia. Ela expressa nesse seminário o emblema das lutas dos trabalhadores europeus em resistência aos ajustes fiscais que os governos tentam impor contra os trabalhadores, sobretudo, no presente momento, os aplicados pelo governo da Grécia.

É uma referência importante, porque, tal como os trabalhadores europeus e o povo grego, os servidores públicos federais preparam-se para responder aos ataques do governo e da burguesia contra suas conquistas. A saída é a luta conjunta, que precisa reunir um plano de ação unificado para reagir aos ataques. Para isso é preciso construir a mais ampla unidade em base a um processo de intensas mobilizações, que coloque a categoria em marcha contra o governo em todo o país.

Neste sentido, a CSP-Conlutas e a CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) têm operado na busca de aproximar todos os setores para construir um calendário conjunto que tenha como centro a preparação da greve geral no setor. É fundamental ligar a luta dos servidores com os trabalhadores do setor privado, movimento popular e estudantil, unindo todos os setores vitimados pela política de arrocho fiscal promovida por Dilma

Está muito claro para todos nós que não há dinheiro para o serviço público e seus servidores, nem para políticas públicas de interesse geral, porque o governo repassa quase a metade do orçamento para pagamento dos juros e serviços da dívida pública – essa dívida nunca auditada – garantindo continuamente os altos lucros para banqueiros e grandes empresários. Os servidores públicos não aceitam serem os bodes expiatórios de uma crise que é de responsabilidade dos ricos e poderosos.

Exigimos respeito aos direitos duramente conquistados e cobramos transparência nas contas públicas: queremos saber que dívida é essa que consome cerca de metade dos recursos federais e sacrifica também os estados e os municípios. Não reconhecemos essa dívida como nossa, nem conseguimos perceber nenhuma contrapartida dessa política em nossos direitos e conquistas. Porém, sabemos que essa dívida tem sido usada como justificativa contínua para as privatizações, para a aplicação de rigorosos planos de ajuste fiscal e arrocho contra os trabalhadores. Mais que isso, é o principal argumento econômico para sustentar o sistema capitalista e base para compensar a tendência contínua de queda na taxa de lucros – situação que se agudiza na fase imperialista do Capital.

Um olhar para o passado e um aceno para o futuro

Joelson Dias³⁸

Um olhar para o passado e um aceno para o futuro: penso que com essa singela frase podemos resumir a riqueza do que foram as exposições e os debates durante o III Seminário Internacional Latino-americano Alternativas de Enfrentamento à Crise, promovido pela Campanha Auditoria Cidadã da Dívida, em 5 de outubro de 2011.

A disputa entre devedores e credores tornou-se um dos principais conflitos pós-Guerra Fria.

Em época de globalização, o endividamento equipara-se à nova escravidão: pela usura, o credor torna-se capaz de levar o devedor à morte política.

O mercado de capitalistas não reconhece limites religiosos, morais ou jurídicos.

O endividamento e ajustes estruturais dele decorrentes levam a uma maciça e persistente violação dos direitos humanos.

A dívida tem efeitos extremamente negativos sobre o bem-estar dos povos e o próprio desenvolvimento, além de pôr em perigo a estabilidade democrática.

O endividamento compromete a soberania nacional e a capacidade de formulação e execução de políticas públicas de Estado.

Uma coisa é certa: a avaliação do impacto da crise financeira global não deve se limitar à análise da capacidade dos governos de superá-la.

É preciso investigar as reais motivações que levaram à transferência descontrolada de recursos públicos para a iniciativa privada.

Outra evidência é a de que aspectos eventualmente tidos como “secundários” na discussão sobre o endividamento dos países talvez não sejam tão “secundários” assim.

Afinal, como parece ter ocorrido no caso grego, por exemplo, alguns aspectos correlatos podem ter levado à ou contribuído para a crise e, por isso, também devem ser examinados: a militarização superior à média europeia e dos países vizinhos; a política de privatização, que resultou na perda pelo orçamento público de importantes fontes de recursos e o custo ou supervalorização de obras públicas, como, por exemplo, as Olimpíadas.

Ao mesmo tempo em que nos faz uma revelação, a crise também nos coloca um desafio.

Com efeito, se, por um lado, nos revela verdadeiro *apartheid* econômico, denunciando os prejuízos decorrentes da privatização, por exemplo, por outro, revela a oportunidade de incremento democrático ou de fomento da participação popular, a depender de como a sociedade civil organizada e o próprio movimento popular de cada país reagem a tudo isso.

38 Joelson Dias – Advogado, mestre em Direito (Harvard University) e integrante da Comissão Nacional de Relações Internacionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A própria auditoria cidadã ou popular da dívida, que já começa a ser implementada em alguns países, resulta dessa conscientização ou sensibilização popular, aproveitando-se inclusive das experiências de outros povos.

Mais que isso. Em verdadeiro movimento dialético, dessa resistência poderá resultar inclusive oportunidade para a emancipação dos povos submetidos à opressão da dívida ou, no mínimo, de incremento da sua solidariedade.

As auditorias cidadãs ou populares da dívida nos revelam ainda que o caminhar se faz caminhando, que o aprender fazer se faz fazendo.

Afinal, a mobilização popular e a investigação dela decorrente podem ser o meio mais eficaz e poderoso para se descobrir a verdade.

Tanto isso é verdade que, após uma campanha promovida pela sociedade civil organizada, a Noruega anulou dívidas que considerou ilegítimas de, pelo menos, cinco países, dentre eles Egito, Equador e Serra Leoa.

Na época, a sociedade civil norueguesa reclamou que as referidas dívidas fossem auditadas, evidenciando, assim, como transparência e responsabilidade são necessárias para garantir que os benefícios do progresso econômico e alívio da dívida sejam compartilhados por todos em uma base equitativa.

É imprescindível, portanto, o diálogo e a troca de experiências entre os diferentes países e seus respectivos atores sobre a questão do endividamento.

As dívidas e a desconfiança vivenciadas um dia pelos cidadãos noruegueses de que a campanha pela ilegitimidade da dívida não teria sucesso certamente alcançam hoje também os povos dos países europeus endividados.

É, portanto, conversando que se entende.

A experiência norueguesa, de cancelamento de dívidas tomando por base a “corresponsabilidade do credor”, sugere-nos inclusive que novas teses e argumentos devem ser investigados e explorados no tocante ao tema do endividamento.

Como nos alerta Maria Lucia Fattorelli, o sistema da dívida também pode ser entendido como um instrumento de endividamento público ou como um sistema de desvio ou de usurpação de recursos públicos e que, por isso, aprofunda o problema, empobrece a nossa gente e não resolve a crise.

Vistas assim as coisas, é certo que tal sistema não contribuiria para a melhoria do bem-estar e a efetivação dos direitos humanos.

A toda evidência, aquilo que antes dizia respeito à insustentabilidade da dívida nos mercados ou países do Sul, e à dependência em ajuda externa, agora alcançam também as economias ou países do Norte.

Em outras palavras, a conjuntura global evidencia que “não estamos sós”.

Aliás, o grave e persistente impacto socioeconômico do endividamento para os países do Sul revela o cuidado que os países do Norte devem ter na avaliação e enfrentamento da atual crise financeira, justamente para não correrem o risco de repetir lamentável história de violação de direitos fundamentais e comprometimen-

to dos investimentos em infraestrutura e áreas como educação, saúde, transportes e habitação.

Na verdade, não são poucos os desafios que se nos apresentam.

Não se cuida apenas de discutir e reclamar a responsabilidade daqueles que administram os recursos públicos perante a coletividade em cujo nome assumem essa responsabilidade.

É necessário que também se garanta a transparência na própria gestão dos recursos públicos, dos contratos de endividamento e de investimento assinados.

Transparência e responsabilidade são necessárias para garantir que os benefícios do progresso econômico e alívio da dívida sejam compartilhados por todos numa base equitativa.

Ademais, as medidas para enfrentar os desafios econômicos também devem ter em conta as vulnerabilidades específicas dos mais pobres em cada país.

Enfim, somente uma abordagem baseada nos direitos humanos permitirá o real enfrentamento da crise econômica atual e do endividamento.

CARTA DE BRASÍLIA

Aprovada por aclamação
pelos participantes
do Seminário

Conselho Federal de Contabilidade
05.10.2011



Rodrigo Ávila - Economista e membro da Auditoria Cidadã da
Dívida no Brasil

Carta de Brasília

Hoje, dia 5 de outubro de 2011, centenas de representantes de entidades do Brasil, Argentina, Bélgica, Colômbia, Venezuela, Suíça, Noruega, Grécia, Equador, Uruguai, Peru, Bolívia, da Auditoria Cidadã da Dívida e das redes internacionais CADTM (Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo) e Latindad (Rede Latino-americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos) se reuniram em Brasília, no Seminário Internacional “Alternativas de Enfrentamento à Crise”, para demandar:

- a alteração radical do atual sistema financeiro global, que tem funcionado de forma desregulada, sem qualquer controle democrático ou popular, a despeito das crises financeiras serem sentidas pelos amplos e vulneráveis segmentos sociais;
- a instalação de comissões para auditoria da dívida pública em cada país, e o fim da emissão de dívida pública para salvar instituições financeiras em risco de quebra;
- o avanço da integração latino-americana e a implantação imediata, em toda a região, da Nova Arquitetura Financeira, que inclui o pleno funcionamento do Banco do Sul.

As entidades repudiam os nefastos efeitos das políticas impostas pelos bancos e seus representantes – FMI, União Europeia e governos – sobre as populações, com destaque para a Grécia, palco de verdadeira guerra travada entre o povo e o sistema financeiro.

Este sistema insiste em exigir demissões em massa e a redução sem precedentes de direitos e gastos sociais: congelamento salarial, desemprego, penúria dos aposentados, privatizações, precariedade da saúde, educação, moradia, tudo isto para garantir o pagamento de uma dívida repleta de ilegalidades. Esta é uma crise que multiplica-se tal qual um vírus, que vem adoecendo e contaminando a sociedade.

A crise oferece oportunidade de luta conjunta dos povos do Sul e do Norte contra o “sistema da dívida”, que é a usurpação do endividamento público, transformando-o em um instrumento de dominação global. Além das manifestações públicas evidenciadas por greves em várias partes do mundo, a demanda e a criação de comissões de auditoria da dívida se multiplicam por vários países. A auditoria é um instrumento capaz de revelar e documentar a VERDADE sobre esse “sistema da dívida”, possibilitando à sociedade o CONHECIMENTO sobre como, e a serviço de quem, tais dívidas foram constituídas. E estamos certos de que o conhecimento é um dos principais instrumentos dos povos na luta contra a sua opressão.

O instrumento de auditoria foi utilizado recentemente com sucesso pelo Equador que, com base em relatório de comissão criada para esse fim, respaldado em documentos e provas de ilegalidades, anulou 70% da dívida com bancos privados internacionais. Este processo foi considerado como um exemplo para o mundo pela própria ONU, onde a sociedade poderia estimular a criação de uma comissão de auditoria independente.

No Brasil, recente Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública, concluída em 2010, na Câmara dos Deputados, também apontou fortes indícios de ilegalidades – já encaminhados ao Ministério Público - e reconheceu que a maior parte da dívida pública brasileira é resultado das altas taxas de juros, o que demonstra ausência de contrapartida real de uma dívida que em 2010 consumiu 45% dos recursos do Orçamento da União para o pagamento de juros e amortizações. Essa dívida, gerada por mecanismos financeiros ilegais e ilegítimos, entre os quais até mesmo a prática de juros sobre juros (anatocismo) já declarada ilícita pelo Supremo Tribunal Federal - STF, deve ser urgentemente auditada.

Justamente no STF se encontra a ação ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 59/2004 - que pleiteia o cumprimento do artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. Esse artigo determinou que o Congresso Nacional constitua uma Comissão Mista para realizar o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento brasileiro. Hoje, 5 de outubro de 2011, completam-se exatos 23 anos de sistemático descumprimento desse dispositivo contido na Lei Maior do país, proclamada para ser a “Constituição Cidadã”. As entidades presentes no Seminário repudiam essa continuada violação e declaram seu apoio à importante iniciativa da OAB, e às investigações do Ministério Público decorrentes da CPI da Dívida.

A auditoria da dívida é urgente, pois o Brasil também enfrenta uma séria crise de endividamento, ainda que não aparente. O atual modelo econômico aplicado no país privilegia o pagamento da dívida ao mesmo tempo em que aplica todas as medidas recomendadas pelo FMI na Europa. Estão em marcha no Brasil o corte de R\$ 50 bilhões no orçamento federal; o congelamento de salários de servidores públicos, proposto pelo Projeto de Lei Complementar 549/2009, e já implementado na prática pela recusa do governo em negociar com várias categorias; a privatização da previdência desses servidores (Projeto de Lei 1992/2007); a privatização dos hospitais universitários (Projeto de Lei 1749/2011); a restrição de recursos para investimentos em áreas essenciais como saúde, educação, moradia, assistência, saneamento, etc.

Os participantes do Seminário declaram também seu apoio à recomposição das perdas dos aposentados, bem como à campanha pela destinação de 10% do PIB para a educação, e demais reivindicações que visam a resgatar os direitos sociais.

Repudiamos a intenção anunciada de que o Brasil poderá destinar recursos para “ajudar” a União Europeia (UE) a “combater” a crise, acenando com o aporte de mais reservas internacionais brasileiras para o FMI, UE ou outro instrumento similar. Sabemos que eventuais medidas dessa natureza não se converterão em ajuda aos povos; a história recente mostra que os beneficiários, de fato, serão as organizações financeiras, que continuarão, assim, assegurando níveis extorsivos de lucratividade. Tal medida não combate a crise, mas a aprofunda, visto que os pacotes de “ajuda” impõem recessões, desemprego e redução de gastos sociais.

Adicione-se que os recursos que o Brasil eventualmente possa destinar a tais

pacotes nefastos são obtidos por meio de mais “dívida interna”, sobre a qual incidem as mais altas taxas de juros do mundo. Esta é a pior forma possível de “combater” a crise, pois faz a população brasileira pagar caro para financiar programas que sacrificam ainda mais a população europeia.

Outra aplicação das reservas brasileiras é a compra de títulos do Tesouro dos EUA, que não rendem quase nada e ainda financiam as políticas estadunidenses, como o salvamento de bancos falidos e as guerras.

Todos esses pontos mostram a necessidade de uma nova arquitetura financeira internacional, em que a lógica não seja aquela em que os povos dos países periféricos financiem os impérios. Esta nova arquitetura financeira passa pela efetiva criação do Banco do Sul, orientado para o investimento em projetos que atendam às necessidades dos povos, e não das grandes empresas transnacionais.

Essa instituição deve ser controlada, portanto, por organismos representativos da sociedade civil, voltados à defesa dos direitos humanos fundamentais, dos interesses coletivos, da sustentabilidade ambiental e da autonomia dos povos. Somente com essa integração democrática será possível escapar às amarras impostas pelo estado capitalista, sujeito às determinações ditas “dos mercados”, sabidamente incompatíveis com o desenvolvimento social.

Neste sentido, as entidades presentes rechaçam todo e qualquer instrumento de dominação dos povos a serviço das grandes empresas transnacionais, e proclamaram:

- NÃO ao projeto da Estrada Villa Tunari – San Ignacio de Moxos, na Bolívia, que conta com financiamento do BNDES do Brasil. Esta estrada atravessa o Território Indígena do Parque Nacional IsiboroSécure (TIPNIS), e gerará destruição ecológica e afetará a vida e a cultura dos povos indígenas. As entidades solidarizam-se com os pronunciamentos das Redes Latindadd e outras contra este projeto.

- NÃO à atuação do CIADI (Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos), cujas decisões favorecem as transnacionais em detrimento dos povos. Os países da América Latina devem se retirar deste organismo e avançar na implementação da Nova Arquitetura Financeira Internacional;

- NÃO à promoção de projetos que aumentam a dívida ecológica, a difusão de um modelo agrícola baseado em monoculturas e agrotóxicos – que envenenam o ambiente – enquanto os camponeses permanecem abandonados, sem reforma agrária;

- NÃO à presença de tropas brasileiras no Haiti, que servem à manutenção de um modelo neoliberal de exploração da classe trabalhadora.

Ante todo o exposto, as entidades reivindicam:

- a suspensão imediata dos programas neoliberais impostos pelo FMI, União Europeia e governos aos povos europeus, e a suspensão do pagamento das dívidas feitas para salvar o setor financeiro e sustentar o lucro de grandes empresas;

- uma nova arquitetura financeira internacional, que privilegie não o setor financeiro do Norte, mas o conjunto dos povos e sua parcela majoritária, que dependa de investimentos públicos capazes de desenvolver políticas de emprego e salários dignos e de produzir serviços satisfatórios, como nas áreas de saúde e educação;

- a completa auditoria das dívidas do Sul e do Norte, que dará aos povos uma importante ferramenta para derrotar este verdadeiro “sistema da dívida”, o qual promove a apropriação das riquezas globais e a submissão de enormes fatias populacionais do planeta em benefício de uma elite capitalista, empresarial e financeira. Para tanto, as entidades internacionais presentes elaborarão um manual de auditorias da dívida, direcionado tanto aos especialistas como também aos movimentos sociais.

- a democratização das decisões de política econômica para o enfrentamento da crise, expressa em suas facetas alimentar, ambiental, financeira e social, o que será possível somente a partir do amplo conhecimento dos fatores de poder que impedem o pleno acesso aos direitos consagrados nas diversas ordens constitucionais e no direito internacional.

Brasília, 5 de outubro de 2011.

EVENTO INTERNO

DEBATE ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE

Conselho Federal de Contabilidade
04.10.2011



No dia 4 de outubro de 2011, realizou-se o Evento Interno do Seminário Internacional ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE, oportunizando-se o diálogo entre os participantes e palestrantes nacionais e internacionais.

PROGRAMA

9h	Abertura de Boas Vindas - Maria Lucia Fattorelli
9h15min	Conjuntura – Exposições sobre os temas do Seminário: Eric Toussaint, Pedro Paez, Sofia Sakorafa, Kjetil Abildsnes
10h15min	Informes de representantes de entidades latinoamericanas: Romulo Torres, Angel Furlan, Guillermo Berganza, Jorge Marchini, José I. Acunha, Julie Duchatel, Ramiro Chiumuris e Waldo Gómez
11h15min	Informes de representantes de entidades nacionais, por setor, referente ao impacto dos temas do seminário em seu setor: Trabalho, Aposentados, Previdência, Saúde, Educação, Dívida dos Estados, etc
12h30min	Almoço
14h	Manual de Auditoria da Dívida – Apresentação de Projeto Metodologia e Experiencias – Miriam Ayala e Maria Lucia Fattorelli Aspectos Jurídicos – Cecile Lamarque
15h	3 grupos de trabalho (um para cada tema do seminário e como cada tema pode ser contemplado no Manual de Auditoria)
16h30min	Plenária, Debate e propostas concretas Nomeação de membros para elaborar proposta de “Carta de Brasília” a ser submetida aos participantes, ao final do Seminário Internacional
18h	Encerramento

A realização do evento foi parte integrante do seminário organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida e pelo CADTM, e contou com a presença dos participantes nacionais e internacionais, que se reuniram para dialogar sobre alternativas para o enfrentamento da conjuntura marcada por crise financeira internacional.

Os trabalhos do Evento Interno foram coordenados por Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, e possibilitou a ativa participação de todos os presentes, obedecendo ao programa que visou:

- Possibilitar o intercâmbio direto com lideranças sociais de diferentes partes do mundo e especialmente latino-americanas;
- Fazer um diagnóstico lúcido e verdadeiro das causas da crise mundial;
- Traçar linhas de ação concretas e articuladas para reforçar nossas lutas;

- Avançar na articulação regional - temos esse desafio;
- Apresentar e debater projeto para elaboração de um Manual de Auditoria para a Dívida Pública que sirva de ferramenta de luta para movimentos sociais em diversos países.

Além de exposições de Eric Toussaint, Sofia Sakorafa, Pedro Paez e Kjetil Abildsnes (cujos textos já se encontram nos capítulos anteriores do presente livro, pois participaram também dos painéis do dia 5 de outubro), o Evento Interno contou com apresentação de projeto para elaboração de manual para uma auditoria cidadã da dívida por Maria Lucia Fattorelli, Miriam Ayala e Cecile Lamarque

Contou, adicionalmente, com ricas manifestações dos demais convidados estrangeiros, que cederam seus artigos para esta obra: Romulo Torres, Guillermo Berganza, Jorge Marchini, Jose I. Acunha, Julie Duchatel, Ramiro Chimurris e Waldo Gómez

Participantes do Evento Interno:

Aldo Antonio Boroto (Brasil), Angel Furlan (Argentina), Antônio Melquíades (FENAJUFE), Antonio F. N. Filho (SINDSEF), Antonio Pereira Lima Sobrinho (COHDSEF), Artur Artin Artinian Depanian (Caros Amigos), Aurora Maria M. Borges (Fundação ANFIP), Catharine Peres (UFRJ), Cecile Lamarque (Bélgica), Clair da F. Martins (Instituto Reage Brasil), Cláudio Antônio Tonegutti (ANDES), Cristine Maia (ASMPF), Daniel Munevar (Colômbia), Eric Toussaint (Bélgica), Eulália Alvarenga (Núcleo Auditoria Cidadã em Minas Gerais), Eurídice Ferreira de Almeida (Fasubra), Fernando Siqueira (AEPET), Flavia Alli (FENASPS), Floriano José Martins (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto (Fundação ANFIP), Guillermo Berganza (Argentina), Helena Reis (Casa da América Latina), Hélio de Jesus (FENASPS), Herclus Lima (CONDSEF), Iraci da Costa (Corecon-DF), Irmã Delci Franzen (Pastorais Sociais), João Gabriel Lopes (CA Direito-UnB), Maria Janeide da Costa R. e Silva (ANFIP), Jacques Dornelas (UMNA), João Pedro Casaroto (FEBRAFITE), Joelson Dias (OAB Nacional), Jorge Marchini (Argentina), Jose I. Acunha (Venezuela), Julie Duchatel (Suíça), Kjetil Abildsnes (Noruega), Konstantinos Bitsanis (Grécia), Leonardo Monteiro (Sintuff-RJ), Lídia Solar e Liduíno Lopes de Brito (FENAFISCO), Lucas Brito de Lima (ANEL), Luiz Cordioli (Colaborador CPI), Marcos Arruda (PACS), Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida), Maria Suely (ANDES), Marlene Rego Moreira (ASSIBGE), Marliane Santos (Núcleo Auditoria Cidadã da Dívida – RS), Maurício Oliveira (COBAP-DF), Moacir Meirelles (COBAP), Myriam Ayala (Equador), Paulo Barela (CONLUTAS), Pe. Gabriele Cipriane (CAES e MEB), Pe. Geraldo Martins (CNBB), Pedro Paez (Equador), Rilda M. Brito (Conselho de Pastores da Igreja Metodista, Assis-SP), Ramiro Chimurris (Uruguai), Roberto Kupski (FEBRAFITE), Rodrigo Ávila (Auditoria Cidadã da Dívida), Romulo Torres (Peru-Latindadd), Sandra Maria Guizan (Sintuff-RJ), Sérgio Belsito (SINAL), Sofia Sakorafa (Grécia), Thalita Rocha (CA Direito-UnB), Thiago Schautz (Sintuff-RJ), Victor Reis (CA Direito-UnB), Waldo Gómez (Bolívia), William Gaviria Ocampo (Colômbia).

Apresentação de Projeto para realização de Manual de Auditoria Cidadã da Dívida

Maria Lucia Fattorelli - Brasil

Miriam Ayala - Equador

Cecile Lamarque - Bélgica



Projeto para a elaboração de um “Manual” para Auditoria da Dívida Pública

Maria Lucia Fattorelli

A partir das experiências concretas da Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil desde 2001, bem como da efetiva participação nos processos de Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana (CAIC, 2007-2008) e de Investigação Parlamentar na Câmara dos Deputados no Brasil (CPI da Dívida Pública, 2009-2010), a Auditoria Cidadã da Dívida se propôs a coordenar o projeto de organização de um livro que sirva para impulsionar a realização de AUDITORIA DAS DÍVIDAS locais, regionais, nacionais, de forma cidadã, parlamentar ou a partir do Executivo ou Judiciário.

Essa proposta preliminar contou com a aprovação do CADTM, cabendo ressaltar que o CADTM já editou em 2006 um Manual de Auditoria da Dívida que também contou com nossa colaboração. Posteriormente, a Red Latindadd, em sua Assembléia Geral realizada em La Paz em agosto/2011 também aprovou sua participação nesse projeto. Continuaremos contactando outras redes internacionais, objetivando contribuir para o processo de formação e articulação de lutas sociais.

O objetivo desse trabalho é incentivar a investigação do endividamento público, a fim de desmascarar o “sistema da dívida”. Auditorias já realizadas demonstraram a flagrante usurpação do instrumento do endividamento público pelo setor financeiro privado, isto é, ao invés de funcionar como um instrumento de financiamento, as investigações comprovaram que parcela relevante da dívida estatal tem sido utilizada como um mecanismo de subtração de recursos públicos e sua transferência para o setor financeiro privado.

Para realizar essa investigação é necessária uma ferramenta técnica que permita não só determinar se as transações que deram origem à dívida pública foram legais e/ou legítimas, senão que permitira compatibilizar procedimentos de auditoria para a região, já que os processos históricos são extremamente similares em vários aspectos.

A atual crise financeira internacional escancarou a transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado por meio do endividamento estatal, na medida em que as nações mais ricas do planeta – Estados Unidos e países da Europa – emitiram incalculáveis somas de dívidas “soberanas” para injetar recursos no setor financeiro privado, devido à ameaça de quebra dos maiores bancos comerciais. É importante ressaltar que antes de correr esse risco de falência, tais bancos vinham registrando lucros recordes, pois se enveredaram em emissões de diversos tipos de papéis próprios – principalmente os chamados derivativos e seguros – desde a década de 90, aproveitando-se de brechas e do relaxamento de normas de regulamentação financeira.

A grande mídia e até mesmo importantes acadêmicos tratam apenas da crise da dívida “soberana”, que tem representado ônus social sem precedentes a diversos

países, comparável ao odioso impacto provocado por guerras.

Pouco se fala da origem dessa crise atual, localizada no setor financeiro privado. Mas a auditoria da dívida gerada por esses procedimentos irá provar essa origem e possibilitar que os verdadeiros responsáveis pelos danos financeiros arquem com tais custos, reparando o que está ocorrendo agora em todo o mundo, quando o peso da dívida tem sido transferido à sociedade por meio de cortes de gastos sociais, desemprego, privatizações de bens públicos, etc.

Os processos de auditoria realizados no Equador, na Auditoria Cidadã e na CPI demonstraram que a história da crise atual tem muitas semelhanças com o processo vivido na América Latina na década de 80.

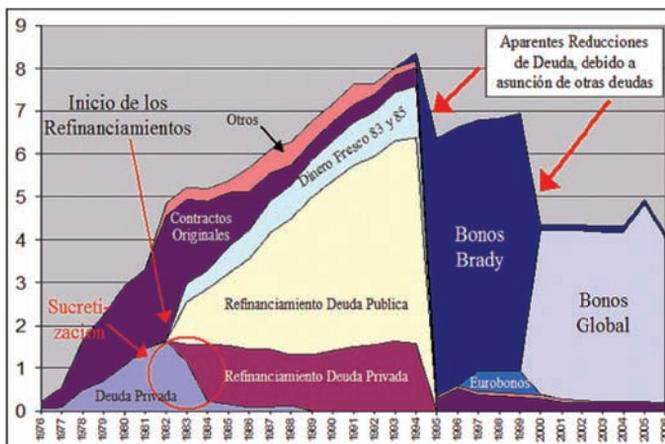
A crise do início da década de 80 também foi provocada pelos bancos privados que, de forma unilateral, elevaram de 6 para 20,5% as taxas de juros (Libor e Prime) que regiam a imensa maioria dos empréstimos internacionais, levando todos os países à impossibilidade de arcar com os compromissos. Tal crise abriu caminho para interferência expressa do FMI em assuntos internos de nossos países, exigindo principalmente cortes de gastos sociais, desemprego, privatizações de bens públicos, etc, de forma a priorizar o pagamento da dívida financeira.

O dado relevante comprovado pelas investigações realizadas é que parcela relevante da dívida externa inadimplente não era pública, mas PRIVADA. E grande parte era devida pelo próprio setor financeiro, que tinha acesso a créditos externos e auferia vultosos lucros obtendo recursos no exterior a juros baixos e emprestando internamente a taxas de juros elevadíssimas.

As investigações comprovaram que a dívida externa do setor privado foi transferida para os Bancos Centrais dos países da América Latina a partir de 1983, em processo de “negociação” que não respeitou princípios básicos de Direito Internacional. De um lado se articularam o Comitê de Bancos (que reunia centenas de bancos credores), Clube de Paris e FMI à frente; e do outro lado da negociação ficava um país isolado. Essa forte articulação que defendia prioritariamente os interesses do setor financeiro privado provocou enormes danos sociais ao povo latino-americano e se parece em grande parte com o que os movimentos europeus atualmente denominaram de *Tróika*.

Apenas para ilustrar o presente projeto de “manual” de auditoria, as investigações realizadas no Equador provaram, em base a documentos e dados oficiais, a flagrante transformação de dívida privada em dívida pública, pois a privada praticamente desapareceu a partir de 1983, pois o “Refinanciamento da Dívida Privada” foi assumido pelo Estado Equatoriano, conforme gráfico a seguir.

Dívida Externa Equatoriana com Bancos Privados Internacionais

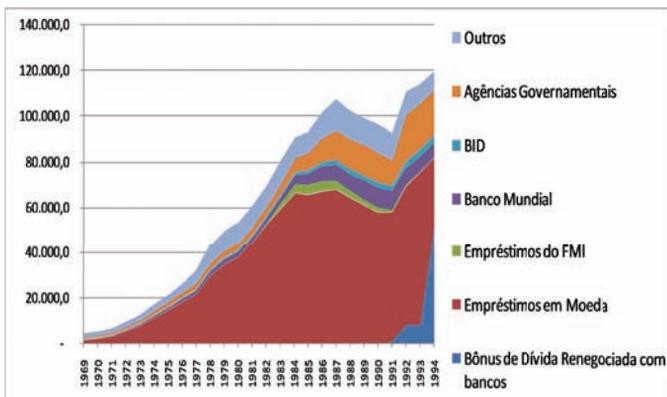


Fuente: Estadísticas Banco Central del Ecuador.

Elaboración: CAIC/SCDC/Auditoria Ciudadana de la deuda/ Brasil

No Brasil, as investigações da CPI demonstraram que a evolução do endividamento externo com a banca privada internacional acompanhou trajetória idêntica à do endividamento equatoriano (guardadas as proporções de cifras), e era a parcela mais relevante da dívida externa, embora o FMI é que aparecesse publicamente como o grande “salvador” das contas do país, e por isso tínhamos que obedecer a todas as suas imposições. O gráfico demonstra a ínfima parcela da “ajuda” financeira do FMI, que na realidade atuou para garantir os interesses dos bancos privados.

Dívida Externa Registrada no Banco Central – US\$ milhões – 1969 a 1994



Fonte: Relatórios Anuais do Banco Central disponibilizados à CPI da Dívida.

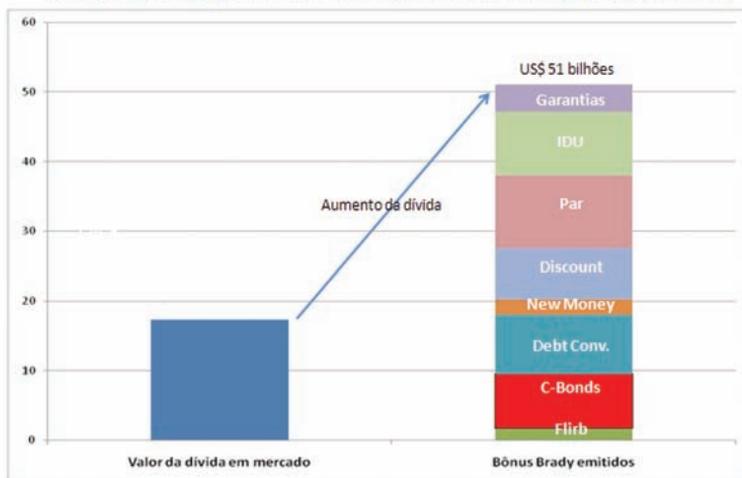
Nota: “Empréstimo em Moeda” Corresponde à dívida com bancos privados internacionais.

Durante os trabalhos da CAIC do Equador e também nas investigações parlamentares da CPI da Dívida Pública no Brasil, a análise detalhada de documentos e dados, pôde-se provar, por exemplo, a prática de anatocismo (juros sobre juros), pois foram encontradas evidências de transformação de juros em capital. Isso ocorreu durante a vigência do Plano Brady – o mesmo adotado por vários países da América Latina. O plano transformou as dívidas anteriores em novos títulos soberanos. As dívidas anteriores continham uma parte de capital e uma grande parte de juros. Alguns dos novos títulos emitidos na vigência do Plano Brady representaram uma transformação inequívoca de juros acumulados em capital e foram chamados títulos-juros (*Interest-bonds*).

O Plano Brady foi realizado no início dos anos 1990. Naquele tempo, todos os tipos de meios de comunicação e mesmos alguns acadêmicos acreditavam que havia sido um bom passo, pois havia sido apresentado como um plano que levaria os países a ter acesso aos mercados de títulos para se autofinanciar. Comumente se dizia que essa transformação “concedia” aos nossos países um desconto, devido ao fato de que um dos tipos dos novos títulos emitidos sob o Plano Brady foi chamado “título-desconto”. Somente quando foram realizadas a auditoria da dívida no Equador e as investigações na CPI da Dívida no Brasil é que foram acessados documentos que demonstraram uma realidade bem diversa da propaganda. O custo da transformação foi imenso, como demonstra o gráfico a seguir:

BRASIL - Comparación entre el valor de mercado de la deuda externa con los bancos privados internacionales y el valor de la deuda en bonos Brady entregados a estos mismos bancos:

A RENEGOCIAÇÃO BRADY AUMENTOU A DÍVIDA (US\$ bilhões)



Fonte: Paulo Nogueira Batista Jr e Armênio de Souza Rangel. “A Renegociação da Dívida Externa Brasileira e o Plano Brady: Avaliação de alguns dos principais resultados”, pág 15 e 18 e Ceres Alres Cerqueira “Dívida Externa Brasileira”, págs 65, 122, 123 e 124.

As investigações provaram que as negociações foram levadas a cabo no exterior e o país não recebeu recurso algum, dado que a transformação da dívida anterior em novos bonos Brady foi uma troca direta, realizada em Luxemburgo, sem registro na SEC (*Securities and Exchange Commission*), apesar de a Lei de Valores vedar esse procedimento. As taxas de juros, comissões, gastos com agentes bancários representaram ônus extorsivo e as cláusulas dos contratos eram ilegais e abusivas.

O real significado do Plano Brady para o Brasil e Equador só foi elucidado graças à ferramenta da auditoria aplicada, e ao acesso aos documentos das negociações (contratos, atas e resumos de reuniões, comunicações, procedimentos contábeis e todos os registros de cada operação), assim como as estatísticas e demais dados disponíveis.

Essas evidências são uma pequena mostra do que poderemos alcançar em um processo de auditoria da dívida articulado entre diversos países, elucidando a utilização do instrumento do endividamento público em processos que não servem aos nossos países nem às nossas sociedades, mas unicamente têm beneficiado ao setor financeiro privado.

Tais evidências poderão impulsionar ações concretas em todos os âmbitos: político (como no caso do Equador, que por ato soberano anulou 70% de sua dívida externa em títulos); social (mediante o empoderamento dos movimentos que demandam direitos sociais com informação sobre as verdadeiras causas de suas carências); jurídico (mediante o início de ações judiciais para reparação de danos patrimoniais, sociais, dentre outros).

Com esse “manual” visamos dar a nossa contribuição para que os recursos públicos tenham a destinação prioritária para o atendimento das necessidades sociais, interrompendo-se a sangria de recursos que atualmente são esterilizados no setor financeiro especulativo.

Adicionalmente, pretendemos produzir não somente um “manual” técnico, mas especialmente outros tipos de materiais didáticos de grande alcance popular, a fim de permitir o acesso às informações econômicas de forma simples e didática. Para tanto, o projeto inclui o desafio de produzir: Cartilhas, Revista em Quadrinho, Peças Teatrais, etc.

Para alcançar os objetivos antes descritos, a Auditoria Cidadã da Dívida se propõe a concretizar os seguintes passos: organizar equipe de trabalho; articular com outras redes para buscar apoio ao trabalho; desenvolver o conteúdo proposto.

Após os debates, o projeto foi aprovado, com indicação de apoio das redes CADTM, Latindadd, Jubileo Bolívia e Jubileo Ecuador, que designaram a Auditoria Cidadã da Dívida para coordenar o processo.

Metodologia aplicada durante a Auditoria da Dívida Externa Equatoriana

Miriam Ayala³⁹

Considerando:

- Que a auditoria da Dívida Pública está orientada a examinar e avaliar todos os processos de transações que lhes deram origem, com a finalidade de determinar se foram regularmente contabilizados, tiveram justificado o destino dos recursos, bem como se foram legais, legítimos, transparentes, carentes de vícios, e ainda se determinaram ou não prejuízos morais e econômicos ao país, considerando, para isso, as normas legais, contábeis, financeiras, ambientais e sociais pré-estabelecidas.
- Que, para alcançar estes objetivos, o trabalho de auditoria consiste em um exame de auditoria completa, não apenas pela regulamentação legal específica, mas também pela variedade de documentos e a diversidade de processos ou ciclos operativos a desenvolver-se nas diversas entidades governamentais.

Com o afã de facilitar o trabalho de auditoria, a seguir exposto, apresenta a metodologia que se aplicou na Auditoria da Dívida Externa Equatoriana, cujos resultados evidenciaram que as transações obedeceram aos interesses dos credores em maior medida que os interesses do povo equatoriano, originando uma fraude econômica e prejuízo moral incalculável.

Esta metodologia se fundamentou em três ciclos:

1. Início da Auditoria:

Revisão Preliminar: Revisão Informal

Visita de Inspeção

Relatório Síntese da Análise Preliminar

Programas de Auditoria

Memorando de Planejamento

2. Execução:

Conformação da Equipe de Trabalho

Normas Técnicas, Plano de Trabalho

Provas Substantivas e Provas de Conformidade

Resumo de Resultados

Resumo de Limitações

3. Término da auditoria:

Elaboração do Informe

39 Miriam Ayala – Auditora aposentada da Superintendência de Bancos do Equador. Atuou durante a Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública do Equador como uma das investigadoras da Subcomissão de Dívida Externa com Bancos Privados Internacionais.

No caso de exame à “Dívida Pública” de um país, a Revisão Preliminar se inicia no momento em que se recebe delegação ou autorização formal para sua execução, sendo efetuada pela equipe de auditoria inicialmente conformada, e consistirá em: recompilar e analisar a informação: técnica, legal, contábil e estatística, produzida dentro das:

- a) Instituições responsáveis por todos os processos de transações (*in situ*) que originaram a “obrigação de pagamento” de um Governo a ser cumprida mediante o uso de recursos orçamentários;
- b) Respectivas entidades de controle e supervisão. (*extra situ*)

A revisão preliminar se inicia com uma visita de inspeção de acordo com calendário, com a aplicação de questionários pré-elaborados pela equipe de técnicos, documentos que contenham perguntas que visem a confirmar informações obtidas inicialmente, e a conseguir outras adicionais, referentes a:

- Base legal,
- Sistema de contabilização,
- Estatísticas,
- Mecanismos de endividamento, e
- Ciclos operativos ou Processos de transações da Dívida Pública, vigentes durante o período a ser examinado.

Considerando que o objetivo principal da auditoria de Dívida Pública é a auditoria de processos ou ciclos operativos, na revisão preliminar a equipe técnica deve dar prioridade a visualizar:

- Quais têm sido os mecanismos pelos quais se tem gerado endividamento público, de modo que deverão ser analisados previamente os Balanços Contábeis Governamentais;
- Quais são os processos ou ciclos operativos, de modo que se deverá analisar este aspecto de acordo com a base legal. Também deverão ser solicitados os documentos de cada uma das operações para sua análise.

Adicionalmente, nesta fase preliminar e de experiência neste tipo de auditoria, recomenda-se dar prioridade à indagação sobre a existência ou não de convênios que originem a obrigatoriedade de se realizarem transações que afetem a Dívida Pública por meio de “compromissos” do Governo, o que pode ser aferido pela existência de:

- a) Documentos assinados que afetem o período auditado pelo Governo no exterior (embaixadas, consulados), relacionados com endividamento público, como, por exemplo: reconhecimento pelo governo de dívidas não pagas (*Tolling Agreement*).
- b) Convênios assinados pelo Governo com instituições, e ou organismos financeiros, que tenham o caráter de permanentes, que afetem o período auditado, devido a que se necessita identificar estas transações com os “compromissos” ou obrigações do país, por exemplo, “Cartas de Intenção” com o FMI,

Plano “Brady”, Projeto “Adam”, Plano Financeiro Anual do ente emissor, etc.

c) “Orçamento Anual do Estado”, já que em muitos dos casos, em países latino-americanos, de acordo com a conveniência de grupos financeiros, tem sido considerado que não existe a “designação” de recursos necessários, existindo uma justificação para mencionar que existe “cessação de pagamento”, para obrigar os países à reestruturação e ou à antecipação do pagamento das suas dívidas públicas.

Com a documentação obtida, o auditor estará capacitado para realizar um diagnóstico preliminar do tema auditado, para o qual elaborará um Informe de Resumo da Fase Preliminar, assim, por exemplo:

- Que tipos de mecanismos originaram a Dívida Pública?
- Quais são as entidades responsáveis nos distintos processos operativos?
- Quais são as entidades atuantes, e sua vinculação com outras entidades?
- Quais foram os ciclos operativos empregados?
- Qual o sistema eletrônico de dados utilizado?
- Quais são os principais documentos que foram emitidos como resultado dos diferentes ciclos operativos?
- Quais foram as condições de contratação?
- Quais os valores entregues nas referidas operações e qual foi seu destino?
- Que comportamento tiveram?
- Qual foi a base legal que o permitiu?
- Quais são os aspectos mais relevantes das auditorias anteriores?

Com base nessas informações, devem ser elaborados os Programas de Auditoria, os mesmos que detalharão os procedimentos a serem seguidos pela equipe da auditoria para cumprir os objetivos gerais e específicos, por exemplo:

Provas de Cumprimento

Serão detalhados os procedimentos que se orientam a determinar se esses processos:

- Foram autorizados de acordo com a base legal e regulamentar estabelecida?
- Os documentos que formalizam a autorização são claros, precisos, e se instruem por meio de documento público, pelas autoridades competentes e/ou funcionários devidamente delegados?
- Foram realizados através do cumprimento de informes estabelecidos na base legal e regulamentar?
- Os documentos que respaldam a autorização de endividamento são objetivos, reais, independentes, factíveis e não atentam contra os interesses da sociedade?

- Foram formalizados através da assinatura por parte das autoridades competentes, e dentro dos prazos estabelecidos?
- Os documentos que respaldam as operações são claros e carecem de vícios, abusos e renúncias por parte do devedor?
- De acordo com a análise do “Mapa dos Participantes”, pode-se estabelecer uma considerável frequência de um mesmo participante?

Provas Substantivas

Serão detalhados os procedimentos que se orientam a determinar se os valores refletidos na contabilidade da Dívida Pública constituem:

- A quantia real de capital a pagar, está compatível com os valores revelados nas estatísticas e no Livro da Dívida?
- O montante de capital, juros, comissões, correspondem aos convencionados nos documentos que respaldam as operações autorizadas?
- A quantia de capital envolveu a capitalização de juros remuneratórios, de mora e outros gastos de operações anteriores?
- Os recursos obtidos pelos empréstimos estão devidamente documentados quanto ao seu destino?
- Os juros pagos correspondem às taxas flutuantes cobradas com base na imposição do credor?
- Os gastos pagos representam mais do que o capital emprestado?
- Os gastos, como comissões de compromisso, honorários foram cobrados de forma antecipada, ou se deduziram do produto bruto da operação?
- Existem irregularidades na contabilização das transações, como contabilizar o valor final das negociações e não as transações intermediárias?
- As transações intermediárias contabilizadas contam com algum respaldo?
- As contabilidades possuem termos de responsabilidade de liquidação dos valores? Elas contam com respaldos documentais?

Posteriormente, deve ser editado um Memorando de Planejamento no qual se resumirão todas as especificações da auditoria, como por exemplo: o motivo da auditoria, o objetivo, as técnicas a aplicar-se, tipos de evidência, determinação do cronograma de trabalho, etc.

Execução da auditoria

Dentro de qualquer exame de auditoria ou exame especial, a equipe técnica deve ser composta por pessoas com experiência em auditoria e investigação, que contará com a assessoria permanente de profissionais que dominem temas específicos como: base legal, negociações de títulos, viabilidade de projetos, ambientalistas, direitos humanos, etc.

Uma vez que a documentação a examinar em muitos dos casos se encontram em distintas instituições, sugere-se que a Comissão de Técnicos se instale permanentemente, em cada uma destas instituições, durante sua análise, e a fim de que não exista risco de que os documentos se extraviem ao serem transportados para outras instituições, estes lugares deverão contar com a devida segurança, com armários e escrivaninhas com chaves e computadores.

Considerando o detalhado durante a “Revisão Preliminar”, as equipes se dividiriam em comissões, que se agrupariam, por exemplo em: Dívida Comercial, Dívida Bilateral, Dívida Multilateral, Clube de Paris, Dívida Interna, e subcomissões de acordo com o progresso da operação, como por exemplo: Origem, Títulos Brady, Títulos Global.

Esta estratificação ou agrupamento deve dar origem à criação de subgrupos ou subcomissões de trabalho, os mesmos que elaborarão seus procedimentos e provas de acordo com as características de cada tipo de dívida de forma independente. É importante mencionar que estes trabalhos deverão sempre ser supervisionados e/ou revisados pelo chefe de equipe de cada grupo, para o que se sugere que os grupos mantenham pelo menos a seguinte estrutura: nível de supervisão, nível de direção do grupo, nível de auditores, nível de auxiliares e assessores.

A criação da equipe de auditores se fundamentará nos programas de trabalho já pré-elaborados em cumprimento estrito dos objetivos gerais e específicos.

Resumo das descobertas

Após a aplicação dos procedimentos estabelecidos em cada um dos “Programas”, o chefe de equipe deve realizar uma supervisão pormenorizada em cada um deles, ou seja, verificar se foram aplicadas de acordo as instruções ali determinadas, de forma equânime, e que contem com os respaldos necessários para que se considere uma descoberta que respalde o ponto de vista do relatório final.

Cabe ressaltar que a documentação de evidências de auditoria, ou do exame especial, não apenas respalda a qualidade do trabalho dos técnicos, mas também respalda suas afirmações emitidas no informe que deve ser elaborado como produto de seu trabalho, tais como:

- Instrumentação irregular, ilegal e não transparente.
- O montante que envolve a capitalização de juros, tanto remuneratórios quanto moratórios.
- O montante que envolve a absorção de dívidas que pertencem a setores de interesses particulares.
- Os convênios que envolvem renúncia à soberania em caso de um litígio são escritos em outros idiomas.
- Os convênios que envolvem pagamento de obrigações ainda não vencidas.
- A nova dívida pública que envolve a realização de garantias colaterais sem autorização alguma.

- A liquidação da operação que envolve a cobrança de excessivas comissões e pagamento de honorários excessivos a advogados.
- A nova operação que envolve a antecipação de obrigações de crédito com emissão de títulos.
- Os convênios que envolvem o incremento unilateral de taxas de juros.
- Se se estabeleceram condições benéficas apenas para os credores.

Considerando que as descobertas nesse tipo de auditorias são abundantes, é recomendável que o chefe de equipe faça um documento de trabalho no qual não apenas se resumam os mesmos, mas que também contenha seus efeitos e referências ao papel de trabalho no qual o resultado está documentado.

Resumo das limitações

É evidente que os procedimentos de auditoria em muitos dos casos poderiam não se realizar por falta de documentação, frente à qual o chefe de equipe terá que buscar provas alternativas ou substitutivas a fim de poder realizar o procedimento e conseguir o objetivo.

No caso de as provas de cumprimento determinarem que o sistema de controle interno é totalmente deficiente quanto aos arquivos históricos que deviam ser mantidos nas instituições, e não tenha sido possível superar com outros procedimentos, se deverá deixar registrado essa limitação no informe final.

Assim, por exemplo, se não for possível encontrar o arquivo numérico da Dívida Pública, que por Lei devia ser mantido no ente emissor, o que permite que se confronte o universo da dívida pública registrada pelo ente emissor com o contabilizado pelo Ministério de Finanças.

Elaboração do informe

O chefe de equipe, uma vez que for concluído o procedimento anterior, deverá elaborar o informe definitivo.

É importante mencionar que primeiramente deve-se fazer um rascunho, para que se proceda à sua leitura com os principais funcionários das entidades, a fim de serem ouvidas as réplicas ou discordâncias acerca das afirmações detalhadas. Aconselha-se que se firme uma ata de leitura do informe.

Para sua redação, o chefe de equipe deverá incluir certas partes:

- **Condição:** ou seja, uma descrição geral de como se encontra o resultado.
- **Causa:** ou seja, detalhar o que tem causado esta circunstância.
- **Critério:** ou seja, como deveria ser o correto.
- **Efeito:** ou seja, o efeito que tem causado tal ou qual fato para conduzir o país a essa condição.

É importante mencionar que os informes finais da Auditoria da Dívida Pública Equatoriana evidenciaram uma agressão recorrente a direitos fundamentais e

interesses do povo equatoriano, assim como:

- Capitalização de juros normais e de mora;
- Renúncia à soberania em caso de litígio;
- Pagamento adiantado de obrigações ainda não vencidas;
- Entrada em vigor de garantias colaterais sem consentimento;
- Cobrança de excessivas comissões;
- Pagamento de honorários excessivos a advogados;
- Refinanciamento de obrigações de crédito com emissões de títulos;
- Incremento unilateral de taxas de juros; e
- Influência externa, a fim de estabelecer condições vantajosas tão somente aos credores.

Alguns argumentos jurídicos para a anulação de dívidas públicas

Cécile Lamarque⁴⁰

Pode-se recorrer a muitos argumentos jurídicos para determinar o caráter ilegal e ilegítimo de uma dívida, fundamentando no direito sua anulação. Para dar uma ideia geral dos argumentos dos quais dispomos, vou esboçar alguns argumentos jurídicos do direito internacional público⁴¹.

Primeiramente, deve-se romper com a ideologia dominante segundo a qual os governos estariam obrigados a cumprir suas obrigações financeiras e a aplicar as medidas de ajuste impostas pelos credores para reembolsar sua dívida:

1) Não há obrigação absoluta e incondicional de reembolsar uma dívida. A obrigação do Estado de reembolsar a dívida contraída se funda no princípio *pacta sunt servanda* (as convenções têm que ser respeitadas), consagrado no artigo 26 da Convenção de Viena sobre o direito dos tratados de 1969, e no princípio de continuidade do Estado, que implica na transmissão das dívidas do Estado de um governo a outro. Estes princípios não são absolutos, e segundo o direito internacional, apenas são válidos para “dívidas contraídas pelo interesse geral da coletividade”. O ponto chave é, portanto, “o interesse geral da coletividade”. O governo é, em última instância, a entidade que avalia o interesse geral, que pode não pagar tal ou qual dívida e decidir sobre o seu caráter lícito ou ilícito.

2) As normas de direito estão hierarquizadas: o respeito e a aplicação dos direitos humanos, tal como estão reconhecidos universalmente nas convenções internacionais⁴², prevalecem sobre os outros compromissos assumidos pelos Estados, entre eles o pagamento das dívidas, assim como a aplicação de programas de austeridade impostos pelo FMI, Banco Mundial, Comissão Europeia, etc. Fundado nestas convenções internacionais, no fato de que tem a obrigação de respeitar, proteger e promover os direitos humanos, se um governo tem a vontade política de fazê-lo, pode decretar uma moratória de sua dívida e rechaçar a aplicação dos planos de austeridade que atentam contra os direitos econômicos, sociais e culturais de sua população e hipotecam sua soberania.

Ocorreram muitas suspensões unilaterais do pagamento da dívida na História. É importante fazer um balanço das experiências recentes, como a da Argentina (2001) e a do Equador (2008) que declararam moratória unilateral de suas dívidas. Sua situação melhorou e não houve represálias. Ao contrário, recorrer a tal ato unilateral soberano permite transformar a relação de forças em detrimento dos credores. Muitos países – Grécia, Irlanda, Portugal, para somente mencionar alguns países europeus – se encontram ou se encontrarão amanhã em uma situação

40 Cécile Lamarque – Membro do CADTM-Bélgica.

41 Os Estados podem também utilizar seu direito interno (público e privado), que aqui não podemos tratar.

42 Entre estes textos se encontram, entre outros, a Carta da ONU (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os pactos de 1966 sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC) e sobre os direitos civis e políticos (PIDCP), a Convenção de Viena sobre o direito dos tratados (1969), a Declaração sobre o direito ao desenvolvimento (1986). A Carta das Nações Unidas, em seu artigo 103, afirma sua primazia sobre qualquer outro acordo internacional.

muito difícil, já que a crise se acelera. Para estes países, submetidos à chantagem dos especuladores, do FMI e de outros organismos, convém recorrer a uma moratória unilateral da dívida pública (com congelamento dos juros) para liberar recursos vitais para a população. Em paralelo, temos que levar adiante uma auditoria da dívida. No âmbito da auditoria, podemos recorrer a vários argumentos jurídicos para declarar a nulidade de um contrato de empréstimo. Entre outros, encontramos:

A doutrina da dívida odiosa. No direito internacional, as dívidas contraídas durante ditaduras são alinhadas à classificação de “dívidas odiosas” segundo a doutrina formulada por Alexander Sack em 1927: “*Se um poder despótico contrai uma dívida não para atender às necessidades da população e aos interesses do Estado, mas para fortificar o regime despótico, para reprimir a população que combate, etc., esta dívida é odiosa para a população de todo o Estado [...]. Esta dívida não é obrigatória para a nação; é uma dívida do regime, dívida pessoal do poder que a contraiu, por conseguinte, a dívida cai com a caída desse poder*”⁴³. Em várias ocasiões dívidas foram anuladas por seu caráter odioso (México de Benito Juárez em 1867, Cuba em 1898, Revolução Russa, Costa Rica vs Royal Bank of Cánada em 1923, etc.).

O direito não é algo petrificado, evolui com o tempo, com a prática dos Estados, etc. Para ter em conta os avanços do direito internacional desde a primeira teorização da dívida odiosa em 1927, pode-se qualificar de odioso qualquer empréstimo acordado a um regime – ditatorial ou legítimo – que tenha como contrapartida a aplicação de políticas ou projetos que violem os grandes princípios do direito internacional, ou seja, que violem os direitos humanos, atentem contra a soberania de um Estado, contra o direito dos povos, etc.⁴⁴ Deste modo, as dívidas multilaterais contraídas nos termos dos ajustes estruturais são, por exemplo, dívidas odiosas, ilícitas, portanto, de forma que o caráter prejudicial dessas políticas tem sido claramente demonstrado, especialmente por órgãos das Nações Unidas⁴⁵.

A mudança fundamental de circunstâncias. Esta norma jurídica se materializa na cláusula *rebus sic stantibus* (as coisas devem manter-se no estado inicial – o mesmo estado em se firmou o contrato) e fundamenta o direito de um Estado suspender ou repudiar unilateralmente as dívidas afetadas por uma mudança fundamental de circunstâncias.

Tratando-se da dívida de países em desenvolvimento, não cabe nenhuma dúvida de que a decisão dos Estados Unidos de aumentar unilateralmente em 1979 as taxas de juros constituiu uma mudança fundamental de circunstâncias. Os países do Sul tiveram que desembolsar em algumas semanas valores três vezes maiores que os até então praticados. O que contribuiu para afundá-los, alguns anos mais tarde, em uma crise sem precedentes, causando a degradação das condições de vida de milhões

43 Alexander Nahum Sack, *Les effets des transformations des États sur leurs dettes publiques et autres obligations financières*, Recueil Sirey, 1927.

44 É neste sentido que apontava a definição proposta pelo redator especial Mohammed Bedjaoui em seu projeto de artigo sobre a sucessão em matéria de dívidas de Estado para a Convenção de Viena de 1983: “Do ponto de vista da comunidade internacional, se poderia entender que é odiosa toda dívida que se contrai para fins não conformes ao direito internacional contemporâneo, e mais particularmente aos princípios do direito internacional incorporados na Carta das Nações Unidas”.

45 Sobre a doutrina da dívida odiosa, sua aplicação e atualização, ver *La actualidad de la deuda odiosa* por el CADTM, <http://www.cadtm.org/La-actualidad-de-la-doctrina-de-la>

de seres humanos e o reforço da submissão destes Estados ao *diktat* das instituições financeiras internacionais. Em consequência, os governos afetados poderiam, baseando-se no argumento jurídico da mudança fundamental de circunstâncias, repudiar o pagamento dos interesses que se acumularam após a explosão da crise.

Os princípios gerais do direito (PGD)

A obrigação de um Estado de liquidar suas dívidas está também limitada pelos princípios gerais do direito (artigo 38 da CIJ), que estão igualmente previstos por vários códigos civis nacionais, tais como a equidade, a boa fé, o abuso do direito, o enriquecimento sem causa, a fraude, a usura, etc. Os PGD devem de forma imperativa ser respeitados por todos os prestadores, tanto públicos quanto privados (Estados, banqueiros, FMI, Banco Mundial, etc.).

Os vícios de consentimento

A Convenção de Viena de 1969 sobre o direito dos tratados e a Convenção de Viena sobre o direito dos tratados entre Estados e organizações internacionais de 1986 contêm várias disposições que podem levar à nulidade do contrato de empréstimo acordado entre Estados ou com instituições multilaterais. Em seus artigos 46, 49, 50, 51, apontam a incompetência do contratante, o dolo, a corrupção e a coerção exercida sobre o contratante por meio de atos ou ameaças. Como exemplo, a incompetência do contratante constituiu um motivo jurídico para o repúdio por parte do Paraguai de uma dívida que se elevava a 85 milhões de dólares no ano de 2005. Efetivamente, o cônsul do Paraguai em Genebra, que havia firmado esse empréstimo em nome do Estado paraguaio, não tinha nenhum poder legal para contratar esse empréstimo com o banco privado suíço *Overland Trust Bank*. A decisão unilateral tomada pelo Paraguai, que tendo em conta uma fraude escandalosa declarou a nulidade da dívida contraída com os bancos europeus, deveria inspirar outros governos.

A causa ilícita ou imoral do contrato

Este fundamento jurídico se encontra em numerosas legislações nacionais civis e comerciais. Entre as causas ilícitas ou imorais que implicam a ilegalidade do contrato de empréstimo, podemos encontrar, por exemplo: a compra de material militar (isto levou a Noruega em 2006 a anular unilateralmente e sem condições as dívidas de cinco países – Equador, Egito, Jamaica, Peru, Serra Leoa – contratadas no âmbito de uma campanha de exportação de navios nos anos 1970. A decisão da Noruega representa um avanço decisivo porque pela primeira vez na história um país credor do Norte admitiu sua responsabilidade nas inadequadas políticas de empréstimo), a ajuda ligada a dívida privada que se transformou em dívida pública⁴⁶ (com as crises financeiras que se instalaram durante a década de noventa e com a atual crise, os go-

46 É o mecanismo que se generalizou nos anos 1970, todavia vigente, pelo qual os países ricos incentivam os países do Sul a comprar mercadorias produzidas pelo Norte, concedendo empréstimos de Estado a Estado, muitas vezes na forma de créditos à exportação. Esta prática é ilegítima posto que muitas vezes estes empréstimos não correspondem às necessidades reais do país, mas sim aos interesses do “donatário”.

vernos resgataram uma série de bancos em quebra e as dívidas desses bancos privados se converteram em dívidas públicas, sob o impulso dos responsáveis dessas crises. A causa desse endividamento público, ligada a nacionalização das dívidas do setor financeiro, é pelo menos imoral, posto que os responsáveis diretos pela crise são as instituições financeiras internacionais e os bancos privados), o reembolso de antigos empréstimos ilegais⁴⁷ (segundo o argumento jurídico da continuidade de um delito, uma dívida ilícita não perde, devido a um processo de renegociação ou de reestruturação, seu caráter ilegal. Essa dívida conserva seu vício de origem e o delito perdura no tempo. Por conseguinte, todos os empréstimos públicos que tem como objetivo reembolsar antigas dívidas ilegais são também ilícitos. A auditoria permitirá por evidência a dívida original ilegal), etc.

Necessitamos tornar visíveis estes argumentos e muitos mais! No Sul como no Norte, cada vez mais vozes se levantam para exigir auditorias da dívida e uma transformação que leve a uma ruptura com o capitalismo. Necessitamos construir movimentos fortes em cada país para promover e impulsionar auditorias da dívida, para obter as provas e os argumentos necessários para sua anulação/repúdio, determinar as diferentes responsabilidades no processo de endividamento e exigir que os responsáveis nacionais e internacionais prestem contas de seus atos ante a justiça.

A luta contra a dívida, com a auditoria como instrumento, é uma luta pela verdade e pela justiça, e que visa modificar as relações de poder em favor das pessoas menos favorecidas.

47 O argumento da continuidade do delito foi utilizado pela CAIC no Equador para denunciar as numerosas irregularidades (durante a socialização das dívidas privadas, com o plano Brady, etc.) que levaram à emissão de bonos da dívida comercial. Ancorado na auditoria, o Equador rechaçou pagar essa dívida comercial com os bancos privados internacionais (os bonos Global 2012 e 2030). Em junho de 2009, depois de uma confrontação com os banqueiros detentores desses títulos de dívida, os detentores de 91% dos bonos em questão aceitaram sua recompra pelo Estado equatoriano com uma redução de 65% de seu valor nominal.

ARTIGOS

Participantes Internacionais

Romulo Torres

Angel Furlan

Guillermo Berganza

Jorge Marchini

Jose I. Acuña

Julie Duchatel

Ramiro Chimurris

Waldo Gomez





Plenária Final do Evento Interno – Conselho Federal de Contabilidade

A crise financeira e sistêmica vem tendo novas expressões, como o risco de colapso da dívida norte-americana que fez com que se elevasse o teto do endividamento, após um grande debate entre o executivo e o legislativo dos Estados Unidos que colocou o mundo inteiro em estado de ansiedade por causa das consequências que esse problema poderia ter tido na economia mundial. Outra de suas expressões foi a constatação de que a situação da economia grega não havia sido resolvida e que entrava em uma fase de maior risco, e que outras economias maiores como a espanhola e a italiana começavam a correr grande risco de colapso.

Junto a essas expressões econômico-financeiras da crise segue-se constatando o avanço dos efeitos da mudança climática e do aquecimento global expressos em distintos desastres naturais, mudança de temperaturas, entre outros.

Dentro de todas as situações mencionadas se verifica a demora na tomada de decisões por parte dos líderes globais, a falta de consenso e a hesitação em se tomar decisões que encarem a raiz dos problemas.

Um acontecimento significativo dentro desse contexto foi que ante o perigo do aprofundamento da crise financeira global, devido ao risco de colapso da economia norte-americana no mês de agosto, se acelerou a configuração do Conselho Econômico e Financeiro da União das Nações Sul-americanas – Unasur para a busca de saídas coordenadas frente ao aprofundamento da crise por parte dos governos sul-americanos. No comunicado elaborado como produto da reunião se assumiu a ideia da Nova Arquitetura Financeira e de seus distintos componentes, ao mesmo tempo em que se assumiu que havia a necessidade de adaptar e fortalecer a antiga arquitetura financeira com suas instituições regionais existentes. Essa postura demonstrou as diferenças de enfoque e o pragmatismo presente nas negociações, mas estabeleceu um marco no processo de integração que deve ser levado em conta quanto à sua projeção e perspectivas.

A preparação da reunião do G20 em Cannes do mês de novembro esteve marcada, por um lado, pela busca por preparar as propostas sugeridas na reunião do G20 de Seul em 2010, pela ênfase colocada pela presidência francesa do G20 e, por outro, esteve muito carregada pela preocupação com os efeitos das novas expressões da crise tanto nos Estados Unidos como na União Europeia e pela falta de um acordo interno rápido, em ambos os casos, para encontrar uma solução. Apesar disso, as decisões tomadas e os temas propostos para serem trabalhados no futuro mostraram uma continuidade do caminho já seguido desde a reunião do G20 em Pittsburgh, em 2009, e do trabalho realizado nos últimos meses pelos ministros de economia e presidentes dos Bancos Centrais do G20, tanto em relação às políticas que devem ser seguidas como em respeito a instituições encarregadas de executar as decisões tomadas.

As decisões do G20 são uma ameaça para a resolução da crise financeira e sis-

48 Rômulo Torres Seoane – Coordenador da Rede Latinoamericana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos (Latindad).

têmica e a aprofundam, dificultando, por sua vez, o avanço da Auditoria da dívida e da Nova Arquitetura Financeira Regional.

A proposta de Cameron, primeiro ministro inglês, sobre governança aceita pelo G20 ratifica e consolida a função que o G20 vem assumindo e traça o caminho que ele seguirá. Se consolida também o papel do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB). No comunicado do G20 se ratifica o respaldo ao FMI na gestão dos fluxos de capital, no monitoramento do sistema monetário e no reforço de sua gestão com todos os fundos que sejam necessários. Mesmo assim são aprovadas ou ratificadas medidas de regulação dos capitais e o plano de ação para a volatilidade dos alimentos sobre as quais os representantes do G20 estavam conversando, mas não se avança em um verdadeiro controle dos capitais nem na eliminação da especulação, muito menos no desaparecimento dos derivados.

As decisões do G20 sobre financiamento representam uma continuidade da forma como tem sido abordada tradicionalmente tal problemática, uma vez que surgem novos elementos para o tratamento do tema da tributação. Por um lado segue a gestão do crédito condicional, só que agora *ex ante*, e podem contribuir para a retomada da trilha do sobre-endividamento e, por outro, as medidas para avançar no controle ou redução de paraísos fiscais segue um processo lento.

Após a reunião do G20 seguiram-se acontecimentos sobre os quais não podiam ter controle, como o aprofundamento da crise na Grécia e os perigos do risco de calote que se manifestaram na Itália e na Espanha, que implicou em mudanças nas conduções políticas desses três países. A União Europeia continuou absorta no seu debate interno para chegar a acordos sobre como enfrentar a crise. As principais disputas foram em relação ao papel do Banco Central Europeu, o desenho e a aplicação do Fundo de Estabilização e o Pacto de Equilíbrio Fiscal que finalmente foi realizado sem a participação do Reino Unido. Nos Estados Unidos seguiram-se expressando os desacordos sobre a redução de gastos, uma vez que começava a surgir novamente a proposta de desqualificação da sua dívida.

Até o fim de 2011 e início de 2012 têm sido apresentadas cifras mediante as quais podem-se visualizar com mais clareza o freio do crescimento e o estancamento de várias das grandes economias mundiais e prossegue a insegurança da gestão da dívida de várias economias europeias que continuam em crise.

Por outro lado, a América Latina segue com expectativa em relação ao seu crescimento apesar dos perigos em iminentes e anúncios da queda do seu crescimento. A América Latina foi um grande receptor de fluxo de capitais, tanto em 2010, como em 2011. Tal fluxo está em torno de 20% do fluxo global, taxa igual à que recebe a Europa Emergente. O maior receptor desse fluxo de capital é o Brasil. Com distância seguem o México, Chile, Colômbia, Peru e Argentina, respectivamente. Parte desse capital está sendo investido na extração de recursos naturais e na ampliação da infraestrutura como em portos, transporte multimodal, comunicações e energia. O capital dessa forma segue desenvolvendo a acumulação por desapropriação. A resposta frente a ele são as várias mobilizações locais e subnacionais

pela defesa da terra, água, fontes de subsistência e formas de vida de populações indígenas e camponesas.

Abordagens da Latindadd

- Que a suposição e a adoção de uma Nova Arquitetura Financeira Regional junto ao assentamento das bases de uma economia sustentável é um problema geopolítico e de sobrevivência, pois se trata de ter um peso como região nas decisões mundiais referentes ao cuidado da nossa gente, de nossos recursos naturais e financeiros e de assegurar a subsistência imediata e futura em um mundo em grande tensão.

- Que os movimentos sociais e cidadãos devem seguir tendo um papel de vigilância, pressão e incidência, desde a proximidade das pessoas na defesa de seus direitos, em suas mobilizações, nos diálogos com os governos que buscam alcançar uma maior inclusão e equidade, na construção de relações e laços com cidadãos do norte e com funcionários nacionais e internacionais que buscam a mudança e a garantia dos direitos.

- Que é necessário reiterar as propostas que os movimentos sociais regionais e globais vêm levantando, assim como retomar parte das recomendações da Comissão Stiglitz:

- 1. Imposto sobre transações financeiras.
- 2. Livrar o comércio de alimentos da especulação.
- 3. A realização de auditorias da dívida e das Instituições Financeiras Internacionais (IFIS) e anulação das dívidas ilegítimas.
- 4. O estabelecimento da justiça fiscal, que evite novos ciclos de endividamentos que comprometam a soberania das economias de nossos países e o desaparecimento dos paraísos fiscais.
- 5. Regular os investimentos e romper as ataduras geradas pelos Tratados Bilaterais de Investimento, os contratos de estabilidade tributária e a existência do Centro Internacional de Acordo de Inversões – CIADI.
- 6. Criar uma bolsa de moedas ou desenvolver os direitos especiais de giro para assentar as bases de um novo sistema monetário internacional.
- 7. O estabelecimento de um ente Regulador Mundial e um Conselho Econômico com a classificação de Conselho de Segurança sob as Nações Unidas.
- 8. Defesa dos direitos à terra, à água, frente à mercantilização da natureza.
- 9. Assentar as bases para alcançar uma economia solidária e justiça ecológica.

Impressões da Federação Luterana Mundial

Ángel Furlan⁴⁹

A Federação Luterana Mundial tem um trabalho de muitos anos com relação à Dívida. Já nos anos 80, as Assembleias Mundiais da Federação falavam sobre o grave problema que se apresentava naquele momento no mundo. Foi um forte impacto escutar hoje de manhã coisas que sabemos, mas é necessário que elas nos sejam repetidas. Na última mesa veio o recado da Grécia, que me impactou muito, no sentido de que é uma guerra. Eu sou religioso, eu sempre penso em termos da religião ou da Bíblia, e pareceria que esse sistema no mundo é como uma besta apocalíptica que recebe a ordem de morte, mas que não morre, que se recusa a morrer. O livro do Apocalipse é mais do que um livro religioso de profecias futuras, é um livro de guerra a animar o povo a chegar a uma vitória; finalmente, um dia, a besta-fera será vencida sempre que levantemos a palavra e a voz.

O programa sobre a dívida ilegítima da Federação Luterana Mundial também tem tocado em temas como o tema de Justiça Climática - financiamento para o clima e sua relação com a dívida. E também o tema das situações de catástrofe, muitas delas relacionadas com os temas climáticos. Acho que preciso dizer que nos preocupa a intromissão do Banco Mundial em assuntos relacionados com o financiamento climático, algo tão grave quanto sua intervenção no mercado de bônus de carbono. Colocar o Banco Mundial no meio das negociações do financiamento climático é como colocar a raposa para cuidar do galinheiro. Suas políticas de endividamento e de defesa dos capitais privados contra os nossos povos são bem conhecidas por todos nós.

Há notícias boas vindas da Argentina. Lembrem-se, porém, que a auditoria que foi feita na Argentina não é parecida com a do Equador. A Argentina tem uma auditoria que está ocorrendo desde o ano de 1982, por via judicial, lenta, e que não teve a força que teve a Auditoria do Equador com relação ao impacto social e visual da Auditoria, mas estamos lutando a partir do âmbito jurídico, judicial, que é aquele que conseguimos levar a cabo. Dadas notícias muito boas. Uma delas é que foi nomeada uma comissão de investigação no âmbito judicial e dentro dessa comissão há várias pessoas relacionadas com nosso programa. A comissão pediu ao Judiciário a declaração de nulidade absoluta dos 477 atos ilícitos auditados relacionados à dívida. O juizado não aceitou e passou para a próxima instância, mas também foi recusado, mas agora foi à Câmara de Cassação, que é a próxima instância. Esperamos que também seja recusado para que possa chegar à Suprema Corte de Justiça. Então, pela primeira vez, o tema dos ilícitos cometidos na época da Ditadura chegarão à Suprema Corte. Esse é um ponto. O segundo ponto é que o Tribunal Fiscal Federal acaba de emitir ordem dizendo que a ilegitimidade da estatização da dívida privada ficou demonstrada de forma suficiente para dar início a um julgamento contra as empresas privadas, estas que se beneficiaram com a de suas dívidas fraudulentas. Estamos falando de algo ao redor de 30 bilhões de dólares, que é muito, muito maior esse montante agora, e pela primeira vez um veículo oficialista, Tempo Argentino, que é um jornal próximo ao Governo, publica isso como um fato positivo. Então, estamos diante de uma conjuntura muito interessante. Não sabemos o que vai acontecer ainda, mas sabemos que existe um movimento com relação às Auditorias das Dívidas que poderá servir para chegar a situações positivas.

49 Ángel Furlan – Membro da na Federação Luterana Mundial na Argentina.

Impressões do ATTAC / CADTM Argentina

Guillermo Berganza⁵⁰

O debate sobre as Alternativas de Enfrentamento à Crise, título do III Seminário Internacional-América Latina, organizado pela Auditoria Cidadã e pelo CADTM, é um debate vital e urgente. É que o capitalismo mergulhou a humanidade em uma crise civilizatória sem precedentes, que não apenas condena bilhões de pessoas à pobreza e marginalidade, mas que também, e pela primeira vez na história, põem em risco sua própria sobrevivência na Terra.

O caminho para a construção de uma verdadeira alternativa não está pré-determinado. Entretanto, como se viu durante as apresentações e debates desenvolvidos no Seminário, há alguns pontos firmes sobre os quais podemos construir as bases de um novo mundo.

Em primeiro lugar, temos a convicção de que o que está em crise é o sistema capitalista. Não se trata de uma crise provocada pelos excessos dos banqueiros ou por incapacidade ou corrupção dos governantes, como nos querem fazer acreditar. O problema fundamental está na natureza do capitalismo, na forma em que produz e distribui, e no consumismo irracional em que se baseia.

Por isso, os povos do mundo apenas podem enfrentar a crise se avançarem na construção de uma alternativa anticapitalista, um sistema produtivo e um padrão de consumo que tenha como finalidade a satisfação das necessidades básicas de nossa geração e das futuras, e não a ganância do capital.

A experiência, a partir de 2007, demonstra que o capitalismo somente oferece, para enfrentar a crise, o aprofundamento do neoliberalismo, isto é, outorgar mais benefícios para o capital transnacional (salvamentos, incentivos fiscais, subsídios, etc), por um lado, e aplicar mais ajustes estruturais em prejuízo dos povos, por outro lado. Isto é o que está ocorrendo nos Estados Unidos, Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda ou Grã-Bretanha.

Uma segunda certeza é que a resposta à crise deve ser feita a partir da integração regional.

Nós latino-americanos precisamos de novas instituições financeiras que nos protejam dos efeitos da crise, que diminuam nossa dependência crônica do dólar e que redirecionem nossos recursos financeiros (temos 700 bilhões de dólares em reservas dos Bancos Centrais Regionais) para projetos de desenvolvimento que respondam a nossas necessidades regionais e populares, em harmonia com a natureza.

Devemos rechaçar o papel de produtores primários que o sistema capitalista nos atribuiu. É necessário recuperar a soberania sobre nossos recursos naturais para que deixemos de financiar o desenvolvimento do Norte, insustentável ambientalmente, e comecemos a colocá-los a serviço da região.

O Banco do Sul, a moeda de troca SUCRE ou o ALBA, são os primeiros

50 Guillermo Berganza – Membro da Associação para a Taxação de Transações para Ajuda aos Cidadãos – ATTAC – na Argentina.

passos de uma integração alternativa em marcha. É imprescindível consolidá-los, aprofundá-los e ampliá-los a toda a região. Apenas será possível com participação e controle popular.

Paralelamente, a instituição neoliberal deve ser desarmada. Nossos países têm que se retirar do CIADI (Centro Internacional de Liquidação de Divergências em matéria de Investimentos), cujas decisões são sempre fundadas em tratados de proteção de investimentos (TBIs), verdadeiros estatutos neocoloniais que ofendem nossa soberania e nossos recursos.

Para finalizar, devemos obter a anulação das dívidas públicas ilegítimas e ilegais que pesam sobre nossos Estados. Não haverá soberania enquanto a dívida seguir sendo o instrumento privilegiado do capital transnacional para drenar nossas riquezas aos seus países de origem e para nos impor suas agendas liberalizantes.

Porém para atingir esse objetivo é necessário realizar previamente auditorias das dívidas públicas. Apenas mediante um estudo pormenorizado das mesmas conseguiremos conhecer a real magnitude da fraude e obteremos os argumentos jurídicos e o apoio popular necessários para sua anulação. Não casualmente a dívida pública tem sido invisibilizada pelos governos e meios de comunicação. É necessário lançar luz sobre ela.

Nesse sentido, a luta por desmascarar os mecanismos fraudulentos do sistema da dívida, mediante as auditorias impulsionadas pelo governo e povo equatorianos e pela Auditoria Cidadã da Dívida, são um espelho em que todos devemos nos mirar, inclusive os povos dos países desenvolvidos que hoje também são afetados por dívidas públicas astronômicas e fraudulentas

A auditoria interna das dívidas públicas é uma formidável arma política. Não há argumento válido que possa opor-se à pretensão de um povo de saber quanto deve, a quem, em que condições se firmou o empréstimo, quanto foi pago e como tem sido utilizado o dinheiro.

Parabéns aos companheiros da Auditoria Cidadã da Dívida e do CADTM pelo êxito do III Seminário Internacional-América Latina – ALTERNATIVAS DE ENFRENTAMENTO À CRISE. A qualidade e profundidade das apresentações e debates aqui realizados constituem um inestimável aporte à construção de uma alternativa ao capitalismo, porque esse Outro Mundo é possível, Necessário e também Urgente.

América Latina: Banco do Sul como ferramenta para uma nova arquitetura financeira

Jorge Marchini⁵¹

A América Latina tem sido altamente sensível nas últimas décadas a ciclos de auge e decadência do comércio mundial, de fervor especulativo e quebras financeiras, de expectativas de crescimento e frustração. Os vaivéns não têm sido neutros. Eles tiveram uma correlação de crises políticas, ajustes econômicos e sociais muito severos cujas consequências persistentes são a continuidade de um atraso estrutural cujos custos têm incidido essencialmente nos setores mais vulneráveis da sociedade.

A maior internacionalização, com a abertura dos mercados financeiros, foi interpretada por organismos multilaterais e setores dirigentes e formadores de opinião como mostras exemplares de modernização, competição e internacionalização, e as chaves para o desenvolvimento econômico. A realidade não tem sido somente que não temos cumprido promessas de integração harmoniosa e complemento de poupança e crédito, mas que temos também deixado as economias periféricas sofrer uma exposição crescente a mudanças muito rápidas e incertas.

A crise econômica mundial atual tem posto em evidência os perigos provocados por um processo de globalização e concentração financeira não baseado na complementariedade e harmonização de capacidades e recursos, mas apenas na confiança que os mercados livres e desregulados trariam crescimento e equilíbrios permanentes.

Propor uma visão distinta não pode basear-se em repetir evidências das consequências negativas dos mecanismos de concentração, e exposição frágil dos setores econômicos e sociais afetados pelas consequências da enorme crise financeira mundial. É preciso focar o desafio de analisar com seriedade condições, armadilhas e oportunidades potenciais para elaborar propostas específicas e práticas consistentes para que a economia produtiva e não especulativa mantenha sua dinâmica imprescindível para sustentar o empreendedorismo social.

A gigantesca crise financeira que estourou nos EUA em 2008 tem retornado com maior impulso na última parte de 2011, sendo seu centro de referência o drama europeu. Apesar dos resgates estatais posteriores para evitar o colapso e o melhoramento circunstancial dos mercados, após um período de expectativa de que “o pior já havia passado”, a incerteza voltou a estar presente na economia mundial. Se abrem novas alternativas para que a dinâmica econômica sofra agora novos embates devido a queda da demanda efetiva que começa a refletir-se de forma generalizada em uma onda de desemprego que atinge milhões de pessoas⁵². O consumo e o investimento tendem a cair com a queda na atividade, os menores rendimentos, a falta de crédito e as exigências de anulação de dívidas. É previsível nova etapa

51 Jorge Marchini – Professor de Economia na Universidade de Buenos Aires (Argentina).

52 Ver referências na Organização Internacional do Trabalho (OIT) – ILO Global Job Observatory - <http://www.ilo.org/public/english/support/lib/financialcrisis/>

de dificuldades financeiras pela impossibilidade de cobrança de dívidas pessoais e empresarias. São tão sensíveis os efeitos contrativos que os Estados são compelidos a ajustar seus gastos ao ter desmanteladas as finanças públicas, o que significa que a sociedade assume o ônus da farra financeira, mesmo à custa de maiores impostos quando se reduz a atividade econômica e a diminuição de gastos sociais justamente quando são mais indispensáveis. A crise será longa e terá mais capítulos⁵³.

Isto leva a advertir sobre algo sabido desde a muito: as crises econômicas, principalmente quando são muito severas, podem levar a desarticular as sociedades em um “salve-se quem puder”, e de não existir contrapesos econômicos, financeiros e sociais que impeçam a desarticulação e ou marginalização produtiva e social que podem ser enormemente regressivas.

A grande crise anterior de meados dos anos 1970 desembocou em transformações das políticas monetárias norteamericanas – aumento abrupto das taxas de juros por parte da Reserva Federal dos EUA –, então conduzidas pelo atual assessor do Presidente dos EUA, Barack Obama, Paul Volcker⁵⁴. A resolução da crise pelo ajuste encerrou então a etapa do pós-Guerra da “economia do bem-estar social”, caracterizada habitualmente pela intervenção e os mecanismos participativos do Estado regulador, para abrir caminho ao período neoliberal que bem conhecemos – e sofremos. A crise do capitalismo deu origem a um período reacionário ou regressivo para a sociedade - na América Latina acompanhou o último ciclo ditatorial e desmantelou a esperança de recuperação das condições de vida populares e uma mais justa distribuição de renda com os governos democráticos. Isto pode voltar a ocorrer se está crise mundializada também for solucionada pela iniciativa dos mesmos atores.

Ao contrário do que ocorreu nas décadas anteriores em que os países periféricos antecipavam e centravam desajustes internacionais, a enorme crise a partir de 2007/2008 tem se manifestado com enorme virulência nos países centrais. Além disso, pela primeira vez desde a 2ª Guerra Mundial (1939/1945), somam-se condições propícias conjunturais para a América Latina em suas relações com a economia mundial: o melhoramento circunstancial dos termos de intercâmbios pela demanda crescente de produtos primários de exportação por parte das novas economias emergentes, fluxos de capitais positivos ante as baixas taxas de juros em tradicionais centros financeiros, altos níveis de reservas de Bancos Centrais, etc. Este cenário propício se manifesta de forma desigual e contraditória de país para país e de setor para setor, e, em grande medida, em relação direta a maior ou menor dependência das relações com economias e mercados em recessão ou expansão e o acesso a fontes de financiamento para o capital de giro, e, claro, em forma muito mais limitada para o investimento, que se limitam para muitos empreendimentos/atividades justamente por sua “aversão ao risco” que se aprofunda ainda mais com a incerteza mundial.

Embora se tenham diluído temores imediatos de consequências negativas para

53 Lec, Tim: “This crisis is not over”, artigo publicado no periódico Financial Times, Londres, 13 de Julho de 2009.

54 Stein Herbert “Presidential Economics: The Making of Economic Policy from Roosevelt to Clinton”, Washington D.C. – American Enterprise Institute, 1994

a América Latina graças ao melhoramento das condições externas referidas e ao fato, não menos importante, de medidas ativas anticíclicas aplicadas, continuou a persistir a preocupação pela instabilidade internacional ao mesmo tempo em que se representam novos desafios. Devem ser incorporadas temáticas que requerem, dada a sua importância, uma especial atenção e a necessidade de adotar posição ante as negociações e debates em desenvolvimento, tais como: soberania econômica e financeira; a coordenação monetária para evitar perigosas disputas por “desvalorizações competitivas”, o afrontar de forma comum a crise; lutar por uma nova arquitetura financeira que afronte os perigos das ondas especulativas; estabelecer regimes para investimento externo que defendam o interesse nacional e se vinculem à necessidade de desenvolvimento nacional; incentivar um comércio regional mais amplo e harmônico, e posições comuns em negociações na Organização Mundial do Comércio (incluindo serviços financeiros); a imprescindível atenção à necessidade de modificar, e financiar, o padrão produtivo e industrial colocando ênfase no cuidado ao meio ambiente e reverter uma depredação descontrolada de recursos naturais não renováveis.

Os novos significados para o Banco do Sul

Existe hoje em particular na América Latina, significativamente se comparada com outras regiões do mundo, um positivo incentivo comum de amadurecimento e conscientização da necessidade de uma maior unidade regional não apenas política, mas em particular também para implementar respostas comuns e ou de maior complementariedade, não somente de tipo comercial/aduaneiras, como tem sido habitual nas iniciativas históricas de integração, mas também de tipo financeira, em uma denominação de cunho muito geral como “nova arquitetura financeira regional”.

Com certeza, além do renascido otimismo atual, as lições do passado recente estão bem presentes. Sucessivas crises têm demonstrado a demarcação de responsabilidades por quebras e desajustes do sistema financeiro e a mesma exigência de socialização de suas consequências com mais ajustes: os maiores saltos de crescimento do endividamento público têm refletido cada descontrolado.

A crescente oposição dos povos às consequências das políticas de abertura e desnacionalização financeira se assenta então em uma dura e repetida experiência comum. Neste contexto é preciso analisar com muita atenção a iniciativa de colocar em marcha o Banco do Sul com o propósito de abrir para América Latina “uma nova lógica financeira da região, enfocando à cooperação e o desenvolvimento e a integração de uma grande nação”. De qualquer maneira, a simples formulação da necessidade de uma instituição alternativa, embora seja muito importante, não alcança. Nesta perspectiva, o debate sobre a formulação institucional, recursos, políticas, condições de funcionamento e de gestão de um sistema bancário alternativo “sul-sul” tem importância central.

Assim, há questões que devem ser claramente levantadas: Aponta-se apenas a criação de uma instituição complementar e/ou em competição com entidades multilaterais internacionais, regionais ou privadas e um esquema de mercados fi-

nanceiros abertos, desregulados e altamente expostos a rápidos e incertos movimentos globais de capitais e instabilidade financeira? Aspira-se a simples repetição do esquema dos bancos de desenvolvimento e fomento em auge nas décadas de '60 e '70 que, deve reconhecer-se, acarretaram também uma repetida dinâmica perversa de esvaziamento, transferência regressiva de capitais e rendimentos, corrupção e um gigantesco endividamento público? É factível e realista propor-se avançar neste momento na criação de um sistema financeiro público “sul-sul” alternativo que sustente a autonomia e a complementariedade econômica regional, incluindo a perspectiva de uma moeda comum?

A repetida dinâmica perversa de subordinação de políticas públicas a privilégios de acumulação privada (garantias e créditos, subsídios, isenções ou privilégios fiscais e tarifas, resgates, seguros de câmbios, compras públicas digitais, etc.) e suas seqüências de corrupção e desvio são sem dúvida fatores centrais que condiriam a América Latina a ser uma das regiões no mundo com a pior distribuição da riqueza. Daí a situação irônica verificada tantas vezes pela justa percepção popular, que não requer especialização de análise econômica: a distribuição de benefícios é muito regressiva em épocas de expansão – “os ganhos são sobretudo para eles” – e se aplica uma socialização brutal dos custos em épocas de crise: “os problemas os pagamos nós”.

Mas além de uma bonança circunstancial, o panorama financeiro da América Latina está altamente influenciado pela dinâmica de um contexto internacional muito fluído e frágil. Novas tendências devem ser meticulosamente analisadas e respondidas. A falta de resultados, a incerteza e pressões retrógradas anti-populares devem gerar respostas consistentes para os maiores dilemas e desafios.

Neste ambiente tão dinâmico e incerto, o impulso inicial do Banco do Sul passou de uma mera e simples ideia de resistência global à uma iniciativa que vem ganhando nos últimos meses força, recursos e medidas concretas para a sua realização. Gerar uma nova arquitetura financeira alternativa é um desafio enorme. O debate em torno do Banco do Sul não está relacionado a uma expressão utópico ou irrealista de idéias, mas sim a uma discussão que avança e sintetiza o entrelaçamento de mobilizações, tomadas de posição e reações em desenvolvimento, hoje, com as duras lições das últimas décadas⁵⁵.

A história da América Latina está eivada de exemplos de entidades com nomes “sociais”, “populares”, “desenvolvimentistas” cujas perspectivas terminam subordinadas à competência dos mercados de capitais abertos ou são convertidas/quebradas por interesses escusos e grupos de interesse acomodados⁵⁶.

Uma nova estrutura financeira intrarregional deve, a partir de uma clara diferenciação de objetivos, regulação, operação e controle democrático público, distinguir-se de questionáveis entidades financeiras multilaterais como o FMI, o Banco Mundial e o

55 Marchini, Jorge. “¿Quién financia a Quién hoy en América Latina?” - Artigo apresentado no Primeiro Simpósio sobre Dívida Pública, Auditoria Popular e Alternativas de Poupança e Investimento da América Latina, Caracas, Venezuela 2006 - <http://www.oid-ido.org>.

56 Golonbek, Claudio. “Banca de Desarrollo en Argentina. Breve Historia y Agenda para el Debate” - CEFID-AR, Documento de Trabajo Ne 21, Buenos Aires 2008.

BID. São aspectos chaves a contemplar: a) seu exclusivo caráter público, b) a participação igualitária de países com maior e menor envergadura econômica, c) gerar fontes de capitalização e mecanismos para que a economia regional não seja refém de uma volátil instabilidade financeira internacional, d) estabelecer prioridades e condições para a outorga de créditos e ou garantias em relação a necessidades estratégicas tanto produtivas como sociais, e) canalizar a captação de poupança para financiar projetos chave de desenvolvimento com uma gama de variáveis para a avaliação de viabilidade e prioridade e, f) estabelecer uma gestão eficiente e cuidadosa de recursos, com transparência de informações e controle democrático permanente.

Em uma era de mercados globalizados, criar condições e alternativas financeiras para a América Latina não é uma tarefa simples. Ademais, o caminho do Banco do Sul não pode estar desvinculado de um horizonte estratégico de complementariedade financeira que visa harmonizar políticas monetárias e estabilizar relações, por meio de um uso mais eficiente e ampliado de mecanismos de compensação entre bancos centrais⁵⁷, a utilização de mecanismos de intercâmbio com moedas locais⁵⁸, a utilização de “cestas de moedas” para estabilizar cotações⁵⁹ – e dar um horizonte de maior previsibilidade aos intercâmbios.

57 No âmbito da ALADI – Associação Latinoamericana de Integração – desde a década de 80 é válido o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – ver em <http://www.aladi.org>

58 Como referência, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Argentina e Brasil – ver mais informações em <http://www.bcra.gov.ar>

59 Um mecanismo em tal sentido já é incorporado pelos países do ALBA –Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, San Vicente e Granadinas e Venezuela, por meio do SUCRE – Sistema Único de Compensação Regional – ver em <http://www.sucrealba.org>

Crise econômica global e alternativas a partir da perspectiva do Sul Venezuela: transformação política, inclusão social e integração

José Ignacio Acuña⁶⁰

O III Seminário Internacional “Alternativas de Enfrentamento à Crise”, realizado entre os dias 4 e 7 de Outubro deste ano, na cidade de Brasília-Brasil, promovido pela Organização Social Auditoria Cidadã da Dívida e pelo Comitê para a anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), abriu espaços para a confluência de 16 convidados internacionais - ativistas de redes progressistas de todo o mundo -, e mais de 34 representantes de organizações nacionais - sindicatos, associações profissionais, estudantes, direitos humanos, anti-dívida, entre outros -, a fim de se discutir sobre a origem e as razões da crise econômica global - ou crise do modelo capitalista - e as alternativas propostas pelos povos do Sul para se enfrentar as consequências que afetam a estabilidade, em princípio, dos povos do terceiro mundo.

Os distintos cenários de discussão (ocorridas principalmente nos espaços da Ordem dos Advogados do Brasil, no Congresso Nacional, na Procuradoria de Direitos Humanos e na Universidade de Brasília) serviram para que os ativistas presentes, nacionais e internacionais, percebessem os esforços que o Sul, povos e governos, realizam em favor da proteção e segurança de seus habitantes, frente à derrocada das economias do Norte e as desacertadas políticas dos países desenvolvidos para enfrentar a crise que eles mesmos causaram.

Como eixos centrais da discussão, destacamos a necessidade de que as organizações sociais apoiem os processos de integração políticos e econômicos promovidos pelos governos, para instalar em nossa região novas formas de vinculação entre os países, destacando-se que estes acordos devem atender o aspecto social, as reivindicações dos povos, os direitos humanos, o comércio, a indústria, a saúde, infraestrutura, qualidade de vida, o progresso, e novas concepções de políticas econômicas distintas do modelo neoliberal e antipopular.

A ALBA, a UNASUR e a nascente CELAC, entre outros, dão mostras da vontade política dos governos progressistas em propiciar um contexto à integração. Economicamente, o Banco do Sul e o Sistema Unitário de Compensação Regional (SUCRE), vêm se constituindo em ferramentas muito úteis no momento de declararmos a nossa soberania e independência econômica e unificar padrões de intercâmbio comercial, como forma sensata e alternativa ao modelo capitalista que por décadas saqueou e oprimiu os povos com propostas antipopulares e neoliberais, que neste novo contexto, são agora desnecessárias.

Em segundo lugar, deu-se especial ênfase na procura pela democratização de políticas públicas, onde podem, aberta e ilimitadamente, convergir as organizações sociais na elaboração de planos e projetos nacionais e regionais de tipo social, político e econômico, que contribuam com a eficiente gestão pública.

A partir daí emergiu como bandeira de luta o repúdio às dívidas públicas,

60 José Ignacio Acuña – Professor universitário nas cátedras de Economia Política, Finanças Internacionais e Orçamento Público. Membro do CADTM-Venezuela.

contraídas ao abrigo do sistema do capital, que minam as ações dos povos e deixam de fora grandes investimentos que, no social, os governos são obrigados a fazer. A contração de novas dívidas com esquemas similares aos rechaçados pelos povos (empréstimos multilaterais, emissões de títulos com altas taxas de juros e condições desvantajosas, créditos recebidos de empresas transnacionais e com visão monopólicia, etc.), além do pagamento de serviços da dívida (refinanciamento, amortizações e juros) consideradas pelos povos como odiosas e ilegítimas, têm pesado nos orçamentos públicos dos países, minando sua capacidade de direcionar recursos para atender às demandas sociais.

Agora, para romper com o cerco jurídico-econômico que os países do primeiro mundo têm imposto aos do Sul, é vital que os povos criem situações de luta reivindicativa a fim de declarar a sua autodeterminação e soberania. Daí a idéia de colocar na mão dos governos progressistas verdadeiras propostas transformadoras e revolucionárias - com sentido humanista -, que possibilitem o desenvolvimento regional com esquemas absolutamente contrários ao capital (monopólios, tratados bilaterais de investimento, proteção ao investimento das multinacionais em detrimento da indústria local, exploração, desvantagens comerciais, etc).

A Venezuela foi, no passado, vítima de um dos mais neoliberais e esmagadores pacotes econômicos, que mergulhou mais de 90% da população na pobreza, e mais de 45% dessa parcela na pobreza extrema. Reprimiu-se a possibilidade de que as classes trabalhadoras desfrutassem, entre outras coisas, de serviços públicos de qualidade, educação, saúde, moradia, segurança, emprego digno, etc. Apenas a classe política dominante - nascida do seio do “Pacto de Punto Fijo” e da burguesia nacional -, apropriou-se da riqueza. Esses desagravos contra o povo provocaram uma insurreição popular (fevereiro de 1989) e dois levantes militares (fevereiro e novembro de 1992), que abriram as portas para o que hoje é o processo revolucionário e socialista que lidera o Comandante Presidente Hugo Rafael Chávez Frias.

Está nova realidade política tem motivado a organização popular e social, em princípio para declarar a luta anti-imperialista, e em segundo lugar, para abrir luta frontal contra o burocratismo, a ineficiência e a corrupção herdada e ainda persistente em algumas estruturas do Estado. No âmbito social, as “missões” – planos que desempenham o papel da burocracia institucional têm conseguido reduzir substancialmente a exclusão social e os níveis de pobreza e analfabetismo: Barrio Adentro (atenção médica gratuita a mais de 20 milhões de habitantes), Educação em todos os níveis (mais de 6 milhões de crianças, jovens e adultos incorporados ao sistema educacional, e que foram por décadas marginalizados pelo sistema de ensino burguês), Alimentação (gêneros alimentícios a baixo custo e de qualidade para toda a população), Cultura, Tecnologia, Moradia, Agricultura, Emprego, etc.

Em matéria econômica, três grandes eixos sustentam a gestão estatal: O fortalecimento do preço da nossa principal fonte geradora de divisas (o petróleo), atingindo a estabilidade no mercado mundial; o controle do câmbio, que tem impedido a especulação e a fuga de divisas; e por último, uma excelente disciplina fiscal. Estes aspectos têm permitido o crescimento econômico do país de forma sustentável em um mercado mundial afetado pela crise do capitalismo predatório.

Ainda quando estes indicadores evidenciam uma melhora de qualidade de vida de grande parte da população - 80,9%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas -, e ratificadas pela UNESCO, as organizações sociais de esquerda, e com visão progressista, têm alertado sobre a necessidade de se enfrentar inevitavelmente os vestígios de dominação econômica que as grandes corporações transnacionais e seus países protetores impõem. As contínuas demandas judiciais contra a Venezuela interpostas no Centro Internacional de Liquidação de Divergências em matéria de Investimentos (CIADI) e demais tribunais “acomodados” aos interesses transnacionais, que são quantificadas em mais de 40 milhões de dólares, a aplicação de tratados bilaterais de investimento - os chamados “tratados contra a dupla tributação”, que representam um ingresso tributário “não percebido” anualmente de mais de 20 milhões de dólares -, as leis e regulamentos que protegem o investimento estrangeiro; a emissão de títulos da dívida pública sujeitos a um alto rendimento (juros) por parte das agências que classificação e a banca internacional; e a própria ação desestabilizadora da Banca Privada Nacional e Internacional, são aspectos entre os quais se faz vital a incorporação dos movimentos populares, de trabalhadores, estudantes, agricultores, etc., para auxiliar na elaboração e controle de políticas públicas de tipo econômico, que permitam um eficiente manejo dos recursos públicos.

A auditoria social destes mecanismos imperialistas, e da própria dívida pública, permitirá “clarificar” as contas, conseguindo inclusive - por razões de soberania nacional e autodeterminação -, repudiar pagamentos ilegítimos que comprometam o desenvolvimento do país e a manutenção das políticas sociais.

Este último enfoque, concatenado com verdadeiros esforços de integração sub-regional, permitiram a Venezuela e ao resto dos Países do Sul – e alguns do Norte também -, avançar na transformação em direção a um novo modelo mundial de vida, com um alto sentido humanista, solidário e social, onde os povos sejam os verdadeiros autores das políticas públicas de cada país.

Independência e Pátria Socialista, Viveremos e Venceremos!!!

Entre os dias 4 e 7 de Outubro de 2011, participei em nome do Centro Europa - Terceiro Mundo (CETIM, baseado em Genebra, Suíça) do III Seminário internacional latino-americano intitulado “Alternativas de Enfrentamento à Crise”, em Brasília, Brasil.

Do nosso ponto de vista, era importante participar neste evento por duas razões. A primeira reside em razões políticas dado que o continente latino-americano experienta há alguns anos novas formas de governar que combinam democracia e políticas progressistas de esquerda. Muitos problemas permanecem, mas finalmente o continente, em seu conjunto, segue nos enviando sinais de esperança e lições a se aprender.

Não há mais dúvida, a crise atual é uma crise global do imperialismo na qual a crise financeira é um aspecto entre outros. A raiz dessa crise que atinge a Europa decorre do “problema” da dívida pública, e os governos aliados das oligarquias financeiras utilizam essa dívida como uma forma de chantagem que adia as próximas etapas de aprofundamento da crise. Porém, como Eric Toussaint e os demais participantes demonstraram durante este Seminário, essa crise provém, em grande medida, da dívida privada.

Uma grande parte da opinião pública crê que na Europa vivemos em um mundo transparente, e que podemos confiar nos nossos dirigentes porque eles são os “grandes especialistas” e “sabem” como gerir uma crise. Contudo, os cidadãos são incrédulos e ante programas de ajuste estrutural (PAE), estes mesmos que foram impostos em detrimento dos povos do Terceiro Mundo nas décadas de 1980 e 1990, cujas consequências são agora, infelizmente, famosas, e que foram alvo de campanhas de denúncia por parte destes mesmos cidadãos, solicitam colocar em análise a suposta legitimidade da dívida. Em Portugal, na Irlanda, na Grécia, na França, etc., começa-se a falar e reivindicar auditorias da dívida pública. Sem uma vontade política expressamente declarada por parte do governo em fazê-la, esta auditoria pode ser cidadã, em um primeiro momento, dando um forte impulso ao processo.

De fato, a auditoria não é mais que uma ferramenta potente dos povos que pode, entre outras coisas, fazer um diagnóstico das causas da crise, para lutar e encontrar soluções que sejam diferentes das clássicas que nos estão impondo (os PAE), e para estimular a democracia em espaços fechados e controlados por uma oligarquia financeira. E neste âmbito, podemos aprender bastante com o Sul, mais precisamente com a América Latina, o que me leva ao meu segundo ponto.

O CETIM com o CADTM⁶² publicaram em 2005 um Manual para realizar auditorias da dívida do Terceiro Mundo em espanhol, em inglês e em francês⁶³. Este

61 Julie Duchatel – Membro do Centro Europa-Terceiro Mundo – CETIM Bélgica.

62 Com o apoio de várias organizações como a Associação Americana de Juristas, ATTAC Uruguai, a COMTEC (Suíça), a Auditoria Cidadã da Dívida, Emaús Internacional, EURODAD, Jubileo Sul, e o Centro Sul (South Centre, Suíça).

63 Ver : http://www.cetim.ch/fr/publications_ouvrages/141/iinvestiguemos-la-deuda-manual-para-realizar-auditorias-de-la-deuda-del-tercer-mundo

manual foi o fruto de um trabalho coletivo baseado nas experiências das organizações mencionadas (Brasil, Uruguai, Filipinas...). Teve um êxito muito grande, todas as cópias impressas foram distribuídas (mais de 5000). Além disso, este manual foi traduzido em urdu (Paquistão), em cingalês (Sri Lanka), em Bengali (Índia) e dentro de pouco tempo em árabe. Depois da publicação deste manual, o Equador lançou seu projeto de auditoria integral de sua dívida nacional. É uma experiência pouco divulgada que merece ampla difusão em todos os países, sejam eles no Norte ou do Sul.

O âmbito deste Seminário era proporcionar alternativas para se enfrentar a crise nas quais reside a publicação de um novo manual para realizar auditorias, demonstrando a experiência no Equador e seus resultados. Agradecemos plenamente essa opção do CETIM uma vez que alguns participantes ou organizadores do Seminário fizeram parte da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida Equatoriana (CAIC). Permitimo-nos levantar os seguintes pontos:

- que o Manual seja dedicado às problemáticas do Sul e do Norte, para criar, assim, uma ponte entre a Europa e a América Latina, em um primeiro momento, o que implicaria definir as especificidades das dívidas do Norte e do Sul;
- que o Manual ponha em relevo os erros inventariados, durante as prévias experiências de auditorias, para que não se repitam;
- que o Manual destaque, como forma de exemplo, a iniciativa da Noruega que é o único país do Norte que cooperou plenamente com o Equador em um caso de auditoria;
- que as organizações comprometidas na elaboração deste Manual tenham em mente a utilidade de fazer lobby ante a ONU (CNUCED, por exemplo) em relação ao projeto de auditorias para que a ONU se encarregue, no futuro, de promover esta ferramenta em nível global (por exemplo, distribuição de Manuais ou qualquer material similar) e proporcione meios financeiros e humanos para a realização de auditorias. A longo prazo, seria necessário que, no que concerne as dívidas multilaterais, a ONU criasse uma instância jurídica de arbítrio independente (por quê não pode ser dentro do FMI ou do Banco Mundial). Algumas reflexões estão ocorrendo no seio do CNUCED.

A participação neste Seminário nos satisfaz muito, tanto pela excelente organização, quanto pelas intervenções e discussões aprofundadas que tivemos.

Fiquei muito impressionada pela quantidade de organizações e de sindicatos que apoiaram o Seminário, o que significa que o projeto do Manual sobre a auditoria é reconhecidamente uma necessidade e não proveniente de uma utopia imaginada por algum grupo isolado. Mas não me estranha muito dada a história do Brasil. De fato, já na década de 1930, o Presidente Getúlio Vargas lançou uma auditoria sobre todos os contratos de endividamento para lançar luz sobre todos os tipos de irregularidades detectadas no processo de endividamento brasileiro. Foi a primeira vez no mundo. O tema das auditorias é importante neste país, especialmente graças às ações e campanhas de auditorias cidadãs do sindicato dos auditores

fiscais da Unafisco. A última, coordenada pela Unafisco e outras organizações como a Ordem de Advogados do Brasil, diz respeito ao artigo 26 da Constituição brasileira que prevê a criação de uma comissão federal de auditoria que lamentavelmente nunca foi aplicado. Ademais, não me estranha muito este êxito em juntar tantas organizações em torno da auditoria da dívida, dada a dedicação quase absoluta dos animadores e animadoras da Auditoria Cidadã da Dívida.

Repetiu-se muitas vezes está citação muito justa, durante o Seminário, que foi pronunciada por Alejandro Olmos (advogado e jornalista argentino que iniciou uma ação penal contra os responsáveis pelo endividamento do Estado Argentino sob a ditadura militar em 1982): “As dívidas se pagam, as fraudes e as estafas não se pagam”. É mais que urgente hoje em dia lançar luz sobre as dívidas, sejam de países ricos ou de países do Sul. O novo Manual deverá ser um instrumento de combate e de reflexão, tendo em conta o fato de que a auditoria integra uma contra-ofensiva ideológica e política dos povos que deve ser construída contra as políticas monetárias, fiscais, a livre circulação dos capitais, a liberalização dos mercados públicos, a especulação, os paraísos fiscais, o sigilo bancário, etc. E confiem, outro mundo é possível.

As Auditorias da dívida pública como um direito e obrigação cidadã em busca da verdade e da justiça.

Ramiro Chimuris Sosa⁶⁴

Os processos de Auditorias da dívida pública (interna e externa) são um direito cívico, um imperativo de interesse ético, político, jurídico, social, ambiental, é poder efetivar meu direito de saber para onde vai o dinheiro do Estado, os recursos públicos de todos os cidadãos, a que se destinam os recursos dos distintos países, quem são os meus credores, quais são os condicionantes para o empréstimo, etc. Em definitivo, saber o que há por detrás e por debaixo de uma roupagem de aparente legalidade.

Além disso, os processos de Auditorias são uma obrigação, um dever, uma carga de interesse dos cidadãos a exigir e a exercitar os mecanismos de participação e democracia direta sobre as autoridades dos distintos países, para acessar informações e o estado real de suas economias. Saber quais são as decisões políticas sobre o destino dos recursos dos Estados pode transformar-se em uma forma de participação e controle cidadão sobre as decisões que em matéria de endividamento determinam o presente e o futuro das gerações atuais e futuras.

Devemos recordar também a máxima romana que dizia que “o que cala, outorga, quando deveria estar falando”. Isto é, os cidadãos têm o direito à livre autodeterminação, a exigir e demandar de seus governantes informações acerca de como e por quê foram tomadas determinadas decisões de políticas econômicas que afetam a toda a Nação, segundo o disposto no artigo 21 da Declaração Universal de Direitos Humanos e segundo o artigo 25 do Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos.

Aqueles cidadãos que por desconhecimento desses direitos e obrigações não sabem que os têm, devem ser informados pelo Estado, que recordamos, tem a obrigação de respeitar, proteger e tornar efetivo o direito à livre autodeterminação dos povos e à livre disposição de seus recursos. Quando o Estado não cumpre sua obrigação aparecem diferentes atores sociais que como no caso do Brasil tem sido demonstrado pela Campanha da dívida - e muitas outras organizações sociais, sindicais, religiosas, profissionais, etc -, difundem e informam aos restantes cidadãos quais são os seus direitos. Esse é um trabalho prévio e necessário para que uma auditoria cidadã, pública, independente, popular, seja transparente e efetiva.

Uma vez de conhecimento de seus direitos e obrigações dependerá então da decisão da população, exercer ou não, o mesmo. Se não o fizer assumirá as consequências e seu destino.

Este exercício cidadão de soberania e direito fundamental é importante porque em matéria de endividamento a nível global, internacional, regional, nacional,

64 Ramiro Chimuris Sosa – Advogado e doutor em Direito e Ciências Sociais (Universidad de la República Oriental del Uruguay). É membro da Jubileo Sur – América e do CADTM-Uruguai e colaborador da cátedra de Dívida Externa da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires.

quem decide as políticas que afetam aos distintos Estados, e por conseguinte a todos os cidadãos de diferentes nações (não importando se são economias centrais ou periféricas, desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, grandes ou pequenas) não são os governantes e autoridades de cada Estado, mas sim os presidentes e acionistas do sistema bancário internacional, as autoridades do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outras corporações multilaterais. Reduzindo assim a participação dos distintos governos nacionais dos diferentes Estados a uma aceitação tácita das decisões exógenas da política econômica a seguir, isto foi plenamente demonstrado na Auditoria Pública realizada no Equador no ano de 2007, a qual não poderia ter chegado tão longe sem o apoio do povo equatoriano e a participação de especialistas estrangeiros tão qualificados e dedicados, destacando-se o incansável trabalho dos dois colegas brasileiros Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila.

A Auditoria do Equador, não é este o único caso, mas sim o exemplo mais recente de como é o “modus operandi” e o “DNA especulativo” de quem controla o endividamento e por isso o poder global através das finanças.

Apenas a modo de exemplo basta observar as ingerências atuais à nação Grega, por agentes internacionais (sistema bancário privado internacional e organismos financeiros internacionais) que não foram eleitos pelo povo grego, condicionando primeiro a renegociação e o pagamento aos credores internacionais, e forçando a tomada de decisões que afetaram dramaticamente a vida das gerações presentes e futuras (perda massiva de empregos, baixa de salários sem direito à cobrança de indenização, perda de coberturas sociais, etc.).

Se recordarmos brevemente as conclusões da Auditoria realizada no Brasil nos anos 1931-1932, podemos observar a falta de garantias e de controles sobre o endividamento público, o qual, em grande parte, nem sequer estava documentado, nem era firmado por autoridades que legalmente e constitucionalmente deviam fazê-lo para que a dita dívida fosse legítima.

Assim mesmo, os Estados e suas autoridades elegidas democraticamente assumem obrigações e responsabilidades a nível internacional e nacional, as primeiras com a Comunidade Internacional da qual fazem parte, e as segundas frente a seus cidadãos, as quais não menos importantes que as primeiras, na verdade, no nosso entender estãs últimas seriam as prioridades.

Em contrapartida, em matéria de endividamento público, as políticas dos distintos países priorizam o pagamento pontual, e em alguns casos de maneira adiantada (por exemplo, o pagamento ao FMI de Brasil, Argentina e Uruguai no ano de 2007) de dívidas públicas internacionais em comparação aos orçamentos nacionais, que em muitos países representam um gasto anual na ordem de 50% ou mais dos recursos. Não obstante, para atender as necessidades básicas essenciais: saúde, moradia, educação, etc. destinam-se porcentagens irrisórias, ou seja, o destino dos recursos do Estado em sua imensa maioria é o exterior ou alguns atores locais (possuidores de títulos da dívida pública) e, em seguida, com o remanescente, se atende as necessidades da população.

Mas tais endividamentos públicos e privados, pelos quais responde o Estado,

não são controlados devidamente, obedecem a condicionamentos internacionais externos e à conivência de atores e operadores nacionais. De modo que boa parte do mesmo está cheia de nulidades, ilegitimidades, e devem ser auditados publicamente, com especialistas independentes, com cidadãos desses países, seguindo a origem, desenvolvimento, e destinos dos ditos créditos, projetos ou programas. Devem ser analisados, também, as condicionalidades, renovações e agregados, etc. que identifiquem o organismo fornecedor dos recursos e quais são em definitivo os verdadeiros beneficiários dos mesmos.

Por exemplo, não seguir pagando durante anos por uma obra que não se terminou de construir, casos que lamentavelmente são muito comuns, por isso estes processos de auditorias podem transformar-se em uma busca da verdade e da justiça: Por quê devo pagar o que não devo? Quem são os responsáveis pelo endividamento público e privado dos países? Quem tomou as decisões? Quem se beneficiou e quem se prejudicou com o endividamento público (interno e externo) a nível global e nacional?

Cremos que o povo brasileiro, além do que já foi realizado desde a Campanha da Auditoria da Dívida a nível social, desde o ano 2000, a ação judicial da Ordem dos Advogados do Brasil (ADPF nº 59/2004), e as distintas Comissões parlamentares, geraram um importante motivador de consciência pública e política para exercer seus direitos à defesa da soberania permanente de seus recursos e à autodeterminação, assim como o direito à livre participação nos assuntos públicos. Essas conquistas importantes devem aprofundar-se com o apoio de toda a sociedade, a se envolver ativamente em Auditorias cidadãs, independentes, com controle público, participação e livre acesso a toda a informação.

Para além das obrigações do Estado (brasileiro), refletidas nos distintos instrumentos jurídicos a nível internacional para com seus cidadãos, existe uma norma Constitucional expressa, desde o ano de 1988, que determina esse poder-dever de todo o povo, em busca de verdade e justiça em matéria de endividamento. O artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 dispõe que o Congresso Nacional criará uma comissão mista e no prazo de um ano depois de promulgada a nova constituição um “exame analítico e pericial dos atos e eventos geradores do endividamento externo brasileiro. (...) Comprovada a irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará processos ante o Ministério Público Federal, para que no prazo de 60 dias, este formalize as ações...”. O dito artigo reforça a soberania do povo brasileiro, determina um mecanismo de auditoria da dívida externa e as ações a serem tomadas a posteriori, o que foi “quase” esquecido por alguns, mas, afortunadamente, não por todos os brasileiros.

A efetividade desses direitos logrará a aplicação de um mecanismo de democracia direta que pode pôr um freio às decisões de atores e operadores internacionais da grande banca financeira e dos grandes organismos internacionais afins que promovem o grande saque permanente, progressivo e silencioso dos recursos de nossos países, que afetam diariamente o destino a uma vida digna de milhões de pessoas a nível mundial.

Impressões da Fundação Jubileo – LATINDADD

Waldo Gómez⁶⁵

A Fundação Jubileo da Bolívia conta com 8 anos de vida institucional, sendo uma das instituições fundadoras da “Rede Latinoamericana de Dívida, Desenvolvimento e Direitos -LATINDADD”, com o propósito e motivação inicial de trabalhar pela resolução definitiva da problemática da dívida externa e contribuir para a criação de condições adequadas que permitam o estabelecimento de uma economia a serviço das pessoas, em que os direitos se façam vigentes.

Durante o processo de monitoramento do impacto da dívida pública, se trabalhou ativamente no desenvolvimento de campanhas orientadas no sentido do perdão da dívida, e atualmente, realizando um acompanhamento exaustivo da evolução tanto da dívida externa como da dívida interna na Bolívia.

Como é de conhecimento público, a evolução da dívida externa boliviana se traduz em uma redução importante da mesma graças aos perdões concedidos por Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). Entretanto, tem se constituído em um elemento importante da política nos últimos anos o novo endividamento que está fundamentalmente financiando a construção da infraestrutura rodoviária do país.

Além disso, deve-se indicar que após esse perdão de dívida, o novo endividamento mudou sua composição, deixando de ser o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) seus principais credores. Agora são os bancos regionais os que tem uma grande participação neste financiamento, tais como a CAF e o BID, acompanhados de novos credores que vão adquirindo cada vez maior importância pelo volume de recursos canalizados para a Bolívia, nos referimos especificamente ao Brasil, a China e a Venezuela.

Por sua parte, as condições financeiras do novo endividamento refletem a menor concessionalidade para países que, como a Bolívia, ingressaram na categoria de renda média com base em um indicador que não reflete a situação social de nosso país. Além disso, as condicionalidades criticadas em credores tradicionais também se refletem nos novos credores.

Indicar também que a composição da dívida pública também se refletiu em um incremento da dívida interna, tanto em resposta à política fiscal quanto em resposta a políticas monetárias.

Ante esta situação, a Fundação Jubileo tem trabalhado no monitoramento à dívida pública da Bolívia, e em coordenação com Latindadd e seus membros, vem realizando pressão para a realização de uma auditoria da dívida. Mas frente ao novo processo de endividamento evidenciado nestes últimos 3 anos, viemos também fazendo pressão, ante os órgãos competentes, para a elaboração de uma análise da sustentabilidade da dívida tendo como enfoque a questão do desenvolvimento humano e a participação da sociedade civil.

65 Waldo Gómez – Membro da Jubileo Sur na Bolívia.

De igual maneira, atualmente, também viemos trabalhando na dívida subnacional, caracterizada pelo endividamento tanto externo quanto interno ocorrido em províncias e governos municipais, e que se constituem em um desafio para as políticas e regulamentações futuras dadas a maior descentralização e autonomia que o país atravessa.

Devido às características atuais da economia boliviana, com escassa relação com os mercados financeiros internacionais e contando ainda com o benefício extraordinário de altos preços internacionais de matérias-primas, os efeitos e impactos negativos da presente crise não se fazem sentir com força; entretanto, existem desafios que devem ser abordados, imediatamente em nosso país.

Entre estes desafios que identificamos está a necessidade de uma alteração da matriz produtiva para os países que têm uma alta dependência das indústrias extrativas, que também respondem a um enfoque de desenvolvimento com um alto dano ambiental, e uma melhor distribuição dos recursos e competências de cada país por meio de um diálogo fiscal e participativo.

A acumulação de reservas internacionais e o incremento das receitas tributárias, são os principais fatores que têm permitido a nossos países enfrentarem a crise atual, contudo, a elevada dependência à volatilidade dos preços internacionais nos impõem a necessidade de conceber políticas internas que assegurem os gastos com saúde, educação e redução da pobreza e desigualdade.

Finalmente, as assimetrias existentes na América Latina se aprofundam, e o Brasil, um dos países integrantes dos BRICS, possuem um poder geopolítico importante na região. Neste contexto, o conflito recente ocorrido em relação ao TIP-NIS é uma mostra das condicionalidades que o Brasil têm como credor ante países como a Bolívia, invadindo nossa soberania com interesses políticos e econômicos.

Neste contexto, e desde o trabalho que se tem realizado entre nossas organizações com respeito à ilegitimidade da dívida, queremos aproveitar esta oportunidade para pedir seu apoio em um pronunciamento dirigido ao parlamento do Brasil, e em todo caso, fazer considerações quanto ao conteúdo para melhorá-lo e aproveitar este espaço de pressão; pois há co-responsabilidade tanto do governo da Bolívia como do governo do Brasil.

AUDIÊNCIA PÚBLICA/Seminário
Conjunto promovido por Comissões
Parlamentares

Especulação e Crise Financeira,
Integração Financeira Regional e
Auditoria da Dívida Pública

Câmara dos Deputados
06.10.2011







ESPECULAÇÃO E CRISE FINANCEIRA, INTEGRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL E AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA

Como parte das atividades do III Seminário Internacional Alternativas de Enfrentamento à Crise, realizou-se, em 6 de outubro de 2011, a audiência pública conjunta das Comissões de Finanças e Tributação, de Direitos Humanos e Minorias e de Relações Exteriores e Defesa Nacional intitulada *Especulação e Crise Financeira: integração financeira regional e auditoria da dívida pública*.

A sessão foi aberta pelo Dep. Junior Coimbra (PMDB-TO), presidente da Comissão de Finanças e Tributação, e pelo Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ) que presidiu a sessão, inaugurando o seminário que contou com as apresentações de Eric Toussaint (presidente do CADTM), Sofia Sakorafa (deputada do Parlamento da Grécia), Pedro Páez (Ex-ministro da República do Equador) e Maria Lucia Fattorelli (coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil).

Em sua apresentação, Eric Toussaint abordou alguns aspectos da atual crise financeira global. Primeiramente, destacou a irrelevância da dívida do terceiro mundo no montante do endividamento global, de modo que se pode facilmente perceber que o problema fundamental da dívida está localizado no endividamento privado e nas dívidas públicas dos países do Norte.

Em virtude disso, nota-se certa euforia dos países do Sul, que se julgam imunes aos efeitos da crise. A relação, contudo, é um pouco mais complexa. O estado atual de crescimento das economias de países subdesenvolvidos deve-se, em grande medida, à transferência da liquidez dos mercados imobiliários para o mercado de *commodities*, no qual se apoiam as economias emergentes. Tal mercado contém uma bolha especulativa que a qualquer momento poderá estourar.

Além disso, as taxas de juros praticadas expõem os países do Sul a um alto risco de contágio da crise. Dessa forma, Eric Toussaint concluiu que seria preferível que se aproveitasse o momento de crescimento para blindar as economias nacionais, por meio da criação de estratégias de integração financeira regional, de modo a se livrarem da ingerência de FMI e Banco Mundial, hoje explícita nos planos neoliberais para a Europa.

Em seguida, falou a deputada grega Sofia Sakorafa, para quem a crise atual é um resultado da implantação das políticas neoliberais ao longo das últimas décadas. Essas políticas passaram a pautar a agenda dos governos e tornaram-se regra em todo o mundo. Algumas experiências, contudo, mostram que é possível que os países trilhem um outro caminho, como é o caso da Malásia (que passou a fiscalizar

o mercado de capitais) e do Equador (que realizou recente auditoria integral da dívida pública).

O desafio que se impõe é a resistência à dominação exercida pelo capital financeiro e pelo sistema creditório e isso deve se dar por meio da negação de qualquer solução que determine um agravamento da situação de pobreza e degradação das fontes de riqueza dos países. As políticas adotadas pelos governos endividados europeus (corte de gastos essenciais, redução de pensões e aposentadorias, elevação e criação de impostos) têm levado a uma catástrofe social e piorado a situação financeira dos países.

A peculiar situação da Grécia tem aberto os olhos do mundo para um problema que pode vir a ser enfrentado por diversos outros países. A necessidade de se conhecerem as causas e origens da crise do endividamento levou à formação de uma comissão cidadã de investigação, que estuda outras experiências internacionais que inspirem a busca de uma saída para a crise que ponha no seu centro a dignidade dos cidadãos.

Por sua vez, o ex-ministro do governo equatoriano Pedro Páez enfatizou a gravidade da situação presente, decorrente da especulação nos mercados de derivativos financeiros e da contração do crédito em nível global. Esses fatores têm implicação direta sobre o balanço de pagamentos e reforçam a dependência dos países do Sul, uma vez que a maior parte das transações financeiras têm se dado em dólar e pela mediação da Federal Reserve.

O sistema financeiro, em seu funcionamento atual, apenas piora as desigualdades, continuando a pagar bônus multimilionários a um reduzido grupo de banqueiros privados, enquanto espalham-se as bolhas especulativas que conduzem à restrição cada vez maior a direitos e políticas sociais. Os impactos, portanto, não são apenas econômicos, mas também sobre a democracia interna nas nações, dominadas pela visão tecnocrática.

A resposta dos países emergentes deve se dar em três passos: (1) elaboração de novas formas de financiamento do desenvolvimento, não embasadas na especulação financeira (banco de desenvolvimento regional, integração monetária e rede de cooperação financeira); (2) estabelecimento de uma orientação humana para o desenvolvimento, de modo a reduzir a dependência internacional e a valorizar as riquezas existentes; (3) construção de uma nova forma de moeda, que seja veículo de intercâmbio dos povos e de valorização do trabalho, com amplo acesso dos cidadãos.

Em seguida, proferiu palestra a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, que exibiu o perfil dos gastos públicos federais em 2010, 44,93%

dos quais dedicaram-se ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, em claro prejuízo à concretização de direitos sociais e coletivos, como saúde, educação, reforma agrária, meio ambiente, alimentação, entre outros.

Para atingir esse montante de comprometimento orçamentário, o pagamento da dívida pública usufrui de uma série de privilégios legais que garantem tamanha destinação de recursos. Eles se iniciam na Constituição Federal, que em seu art. 166 exonera a dívida da obrigatoriedade de indicação das fontes de financiamento quando da elaboração de emendas ao orçamento. Além disso, anualmente, quando da edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, condiciona-se a destinação de recursos às áreas sociais ao cumprimento das metas de *superávit* primário, ou seja, os recursos para o atendimento aos direitos sociais são os que restam após ser destacado o montante necessário ao pagamento do serviço da dívida. Por seu turno, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe severas sanções aos administradores públicos que não cumpram as metas fiscais, ainda que isso signifique cortes em serviços essenciais. Por outro lado, a mesma LRF obriga o Tesouro a cobrir os prejuízos operacionais do Banco Central, resultantes das operações de enxugamento monetário. Não bastasse isso, todo o lucro operacional das estatais deve ser, por força de lei, destinado ao pagamento de serviço da dívida pública.

O Sistema da Dívida é beneficiado também pela política de metas de inflação, que tem sido usada como justificativa para que o Brasil mantenha os juros nos patamares mais elevados do planeta. A CPI da Dívida Pública já mostrou que tal taxa não é calculada por critérios técnicos e sua fixação se dá após reuniões do COPOM com “especialistas” (51% deles representantes do sistema bancário). O único setor, portanto, que registra benefícios com tais políticas é o sistema financeiro privado, o mesmo que protagoniza a atual crise financeira global, decorrente da desregulamentação e emissão exagerada de derivativos sem lastro, os chamados ativos tóxicos, esses ativos estão hoje sendo direcionados para instituições conhecidas como *badbanks*.

A auditoria da dívida tem se mostrado um instrumento poderoso para o enfrentamento do problema. No Brasil, investigações promovidas pela CPI da Dívida Pública, levantaram graves indícios de irregularidades na contratação, no controle, no registro e no pagamento da dívida pública, como ausência de assinatura e aprovação de contratos, onerosidade excessiva para o devedor nas renegociações (como aquelas realizadas durante o Plano Brady), prática do anatocismo, entre outras.

A seguir, manifestaram-se diversos parlamentares, que cumprimentaram os palestrantes e reconheceram a gravidade das situações global e nacional. Destaca-

ram-se as falas dos deputados: Jean Wyllys (PSOL-RJ), que questionou a ausência de providências oficiais após a realização da CPI da Dívida Pública; Ivan Valente (PSOL-SP), que destacou a resistência popular às políticas de austeridade em todo o mundo e o favorecimento do setor financeiro nas políticas monetárias brasileiras; Luiza Erundina (PSB-SP), que enfatizou que dentro dos moldes do neoliberalismo e do capitalismo financeiro não há saída para a crise e que este momento pode representar uma significativa ruptura de nível global; Alfredo Kaefer (PSDB-PR), que, em que pesem as discordâncias de fundo com a Mesa, criticou a política monetária de favorecimento ao setor privado, a política cambial geradora de prejuízos operacionais do Banco Central e a ênfase governamental na exportação de *commodities* em um momento de desindustrialização.

A transcrição completa dos pronunciamentos pode ser encontrada no link: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/documentos/notas-taquigraficas/nt06102011seminario-especulacao-e-crise-financeira-integracao-financeira>.

MINI-CURSO

Dívida Pública: Processos, Crise e Participação Popular

UnB - Universidade de Brasília

07.10.2011

Prof. Daniel Bin

Maria Lucia Fattorelli

Rodrigo Ávila

Miriam Ayala



INTRODUÇÃO

O mini-curso foi realizado na Universidade de Brasília (UnB) inserido nos eventos da Semana Universitária e contou com cerca de 100 participantes, procurando aproveitar a presença de centenas de representantes de entidades nacionais e internacionais, apoiadoras da Auditoria Cidadã da Dívida, para o aprofundamento do tema, no esforço de formação de formadores e articuladores nos estados.

Com duração de 8 horas, permitiu o ampla exposição e debate sobre a origem do endividamento público, seus graves impactos sociais, e as auditorias já realizadas, tais como a auditoria equatoriana e as comissões parlamentares no Brasil, especialmente a recente CPI da Dívida na Câmara dos Deputados.

Inicialmente, foram explicados, pelo Prof. Daniel Bin, alguns pressupostos teóricos que possibilitam a crítica dos mecanismos fundamentais do endividamento público, compreendido como meio expropriatório de recursos do Estado (e portanto resultante da contribuição de uma larga maioria) em benefício de um reduzido segmento econômico que concentra o poder no setor de finanças.

Em seguida, o mini-curso ficou a cargo de Maria Lucia Fattorelli, Rodrigo Ávila e Miriam Ayala, que explicaram o processo de endividamento público e as alternativas de auditoria já realizadas.

O período analisado partiu da década de 70, quando a dívida externa passou a crescer, em plena ditadura militar, por meio de empréstimos obscuros e ilegítimos, contratados em sua imensa maioria com instituições privadas internacionais, sobre os quais incidiam juros flutuantes. Após o seu elevado crescimento provocado pela elevação unilateral das taxas de juros, essa dívida contratada com instituições privadas internacionais passou a ser transferida a cargo do Banco Central do Brasil a partir de 1983, por meio de acordos firmados em Nova York. A partir dos anos 90, esta dívida foi transformada nos denominados bônus Brady, que serviram de moeda para a compra de empresas privatizadas, e começa a ser convertida em “dívida interna”, em um ambiente de livre fluxo de capitais financeiros internacionais, em que qualquer investidor pode, de qualquer parte do mundo, adquirir títulos da dívida “interna” brasileira.

Atraindo estes capitais por meio de taxas de juros astronômicas, mantidas também sob a justificativa de controlar a inflação, esta dívida “interna” foi se multiplicando por ela mesma nas últimas décadas. Outros fatores que contribuíram para esse exponencial crescimento foram o salvamento de bancos falidos (PROER) e a assunção, pelo governo federal, de questionáveis dívidas dos estados com o setor financeiro, além de passivos dos bancos estaduais que foram privatizados (PROES).

Também foi apresentado o aparato legal que garante a priorização dos gastos com a dívida, por meio da “Lei de Responsabilidade Fiscal”, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, das Medidas Provisórias 435 e 450, e da própria Constituição, em seu artigo 166.

A atual Crise Global da Dívida também objeto do mini-curso, pois a mesma está servindo para demonstrar cabalmente a usurpação do instrumento do endivi-

damento público pelo setor financeiro privado. A atual dívida dos países do Norte surgiu em grande parte devido à emissão de títulos públicos para o salvamento dos bancos em risco de quebra. Os mesmos bancos que causaram a crise financeira global, por terem emitido e adquirido imensas quantidades de papéis (“derivativos”), verdadeiras “apostas”, que posteriormente se mostraram podres.

Mostrou-se, ainda, como a sociedade civil se mobiliza fortemente em países como Grécia, Espanha, Portugal, França e Irlanda, formando núcleos de auditoria cidadã da dívida.

Por fim, o mini-curso tratou das experiências práticas da auditoria equatoriana – que permitiu grande redução na dívida daquele país - e da recente CPI da Dívida na Câmara dos Deputados no Brasil, suas metodologias e descobertas. Tais experiências permitiram o acesso a documentos e informações que viabilizaram a identificação de graves indícios de ilegalidades no endividamento de ambos os países, além de ter gerado grande mobilização social sobre o tema. No caso equatoriano, a auditoria ainda serviu de fundamento para a redução do montante da dívida externa (representada por títulos) em cerca de 70%, liberando recursos para que o governo investisse em áreas sociais necessitadas.

A atual crise expôs as entranhas do que batizamos de “Sistema da Dívida”, ou seja, a utilização do instrumento do endividamento público como um sistema de desvio de recursos públicos. Para operar, esse sistema conta com arcabouço de privilégios de ordem legal, política, financeira e econômica que visam a garantir prioridade absoluta aos pagamentos financeiros, em detrimento de direitos humanos e sociais dos distintos povos mundo afora. Esse “Sistema da Dívida” deve ser desmascarado para que sejam retomados os direitos soberanos. Para tanto, é indispensável a realização de AUDITORIAS CIDADÃS E INTEGRAIS DA DÍVIDA PÚBLICA.

Dívida pública, crise capitalista e acumulação por despossessão⁶⁶

Daniel Bin⁶⁷

I

A questão do endividamento ganhou destaque que não se via desde as crises de dívida experimentadas por países do terceiro mundo dos anos 1980. Em comum, esses dois momentos mostram as dificuldades de estados-nacionais em continuar servindo seus débitos; de diferente, têm, dentre outras marcas, as respectivas amplitudes geográficas. Agora também o Norte passa a experimentar dificuldades que outrora pareciam restritas aos países dependentes e que, ao atingir também o centro da economia mundial, trazem novas evidências para velhas teorias que há tempos apontam para a inexorabilidade da(s) crise(s) capitalista(s).

Mas esse mesmo destaque dado à dívida é marcado por análises parciais, das quais assinalo duas que considero das mais significativas. A primeira, pautada pelo ótica do credor, resume-se tão só à questão da (in)solvência, da (in)capacidade de estados em continuar pagando suas dívidas. Análises menos estreitas, mas nem por isso substancialmente capazes de alcançar as questões sociais mais amplas, se ocupam não com a questão da solvência em primeiro plano, mas com a capacidade do sistema econômico encontrar o caminho do crescimento diante de restrições fiscais que pressionam no sentido inverso. Essas duas análises – uma, mais liberal, ou neoliberal, ao centrar-se tão somente no direito de propriedade; a outra, menos liberal, ou liberal de tipo keynesiano, ao reclamar políticas econômicas indutoras de crescimento – apontam para a uma segunda marca de parcialidade, qual seja, a do aprisionamento nos limites do capitalismo como paradigma econômico.

Essa segunda marca vai longe na história do pensamento econômico pelo menos até os escritos de Karl Marx, para quem era da própria natureza do modo capitalista de produção a tendência à crise. Essa dialética evidencia a vantagem do método marxista em considerar o caráter histórico das relações sociais, dentre elas as econômicas, que, por isso, faz perceber a variabilidade das estruturas ao longo do desenvolvimento humano. Assim, mesmo que para Marx a dívida não fosse uma categoria de primeira consideração – ainda que ele não deixasse de reconhecer a sua importância –, as mudanças experimentadas pelo capitalismo ao longo de sua breve existência nos permitem ensaiar algumas considerações acerca da relação entre produção capitalista e endividamento público talvez capazes de lançar algumas luzes sobre a “crise atual”.

II

O escrito hoje clássico de James O'Connor (2002) *The fiscal crisis of the state*, publicado originalmente no início dos anos 1970, já sinalizava aquilo que poder-se-ia caracterizar como um primeiro estágio de uma grande crise do sistema capi-

66 Trabalho desenvolvido no âmbito de projeto de pesquisa financiado com auxílios do CNPq (edital 14/2011) e do DPP/UnB (edital 10/2012).

67 Daniel Bin – Doutor em Sociologia (Universidade de Brasília/Wisconsin-Madison University) e professor da Universidade de Brasília.

talista em seu período monopolista cujo segundo estágio estaríamos presenciando nos dias de hoje. Esse segundo estágio, claro, ficou mais visível nos desenvolvimentos que agora vemos na Europa, mas que, ao mesmo tempo, apontam para uma tendência mundial de estagnação econômica – para dizer o mínimo – que, aliás, para alguns seria o estado *normal* do capitalismo monopolista (Foster & Magdoff, 2009). Com isso, chamo a atenção para que, em países como o Brasil, tomemos com cautela as análises – muitas delas usadas como recursos de propaganda – que sugerem que a “crise atual” seria restrita ao Norte. Se o capitalismo em suas categorias teóricas fundamentais sempre só pode ser apreensível no nível da totalidade das relações sociais, em tempos de globalização essa premissa é empiricamente ainda mais visível. Os cortes de dezenas de bilhões de reais nos orçamentos estatais brasileiros empreendidos ano após ano são o que, se não expressões concretas de crise?

Um dos pressupostos centrais da análise de O’Connor é que o estado capitalista cumpre duas funções básicas, com frequência mutuamente contraditórias: *acumulação* e *legitimação*. De um lado, cabe ao estado criar ou manter condições pelas quais a acumulação de capital é possível; de outro, deve esse mesmo estado criar ou manter as condições para a harmonia social. E esse duplo e contraditório caráter se estende a praticamente todos os gastos estatais, os quais, nos termos de O’Connor, assumirão as formas de *capital social* ou de *gasto social*, que correspondem, respectivamente, àquelas duas funções básicas do estado.

Ainda que o estudo de O’Connor seja localizado – Estados Unidos – e datado – fins do anos 1960 e início dos 1970 –, seu potencial de extensão faz vários de seus achados chegarem aos nossos dias, bem como a amplas extensões mundiais, ao estilo do método do caso estendido mais tarde desenvolvido por Michael Burawoy (2009). No entanto, aqui outra extensão se faz necessária, qual seja, a do eventual segundo estágio de crise ao qual me referi anteriormente.

Há algumas décadas falava-se da crise do modelo keynesiano de desenvolvimento e, contra ela – e contra os próprios modelo e ideologia keynesianos –, a ideologia neoliberal tomou o planeta de assalto. Hoje, por sua vez, há quem trate de uma eventual crise dessa ideologia neoliberal, o que invariavelmente aponta para a tendência de uma outra ideologia vir substituí-la. Em termos menos abstratos, estaríamos presenciando, por exemplo, o que alguns chamam de “crise da dívida pública” ou mesmo crises de endividamento de variadas formas, como a das hipotecas, do crédito estudantil etc. No caso específico da dívida pública, é comum a alegação de que esta ter-se-ia acelerado, em grande medida, por conta dos salvamentos de bancos e outras empresas lançados pelos estados nacionais desde a “crise financeira” – esta mais uma crise específica, aparentemente desconectada da totalidade sócio-econômica – que estourou em 2008. Outra explicação para a acumulação dessa dívida, agora pública, seria o processo de endividamento privado que se desenvolveu a partir dos anos 1980 (Foster & Magdoff, 2009; Harvey, 2010), que, por sua vez, se insere no âmbito de medidas que podem bem ser compreendidas por meio daquilo que Marx ([1890] 1990) definiu como fatores contrários à tendência de queda da taxa de lucro.

Crise disso, crise daquilo etc. são definições que passam ao largo – seja por imprecisão, seja por opção e objetivos ideológicos – da noção fundamental de que todas

elas são expressões de *crise do capitalismo*; não são crises singulares, restritas a uma ou outra das esferas do capitalismo, sejam eles infra ou superestruturais. Ocorre que, para os donos do capital, seria um risco a mais falar-se em crise *do* capitalismo. Daí a importância das ideologias que alimentam construções de análises parciais que, por sua vez, apontam para cenários nos quais crises são aparentemente solucionáveis por meio de soluções igualmente parciais, destacadamente a austeridade fiscal. Se esta tem o objetivo imediato de garantir os fluxos de parcelas de mais-valia em direção aos donos do capital-dinheiro, a sua justificação com meio de enfrentamento de crises específicas atende também ao objetivo ideológico de não colocar em questão o atual estado das coisas. Começar a abordar crises singulares como manifestações de crise do capitalismo pode trazer o risco do questionamento ao próprio modo de produção vigente, o que invariavelmente aponta para modos alternativos.

Nesse diapasão, ao longo de toda a sua existência o capitalismo sempre foi capaz de criar mecanismos de recuperação que o fizeram atravessar “longos períodos de crise, reestruturação e reorganização” (Arrighi, 1994, p. 1). Não obstante, há que ter-se em conta que a “solução” de uma crise lança sementes de uma próxima crise. Foi esse o caso daquilo que Adam Przeworski (1998) sintetizou como sendo a substituição da ideologia econômica que, entre meados dos anos 1930 e meados dos anos 1970, via no aumento da renda dos que consomem a fonte de estímulo para o crescimento, pela ideologia que, findo aquele período, passou a ver tal estímulo no aumento da renda dos que poupam. Essa virada neoliberal-monetarista e a consequente financeirização da economia se inscrevem, enfim, no movimento de reação das classes dominantes contra as políticas econômicas que durante o pacto keynesiano deprimiam as taxas de lucratividade do capital (Duménil & Lévy, 2001; Harvey, 2010). E a história se repete com aquilo – neoliberalismo – que seus ideólogos pensavam ser solução de uma crise mas que de fato se mostra como combustível de uma nova expressão de crise econômica que, invariavelmente, aponta para uma crise de ideologia a guiar desenvolvimentos ulteriores.

Mas enganam-se aqueles que apressadamente imaginam esgotamento o neoliberalismo como guia da ação estatal. Mostram-nos bem os casos de vários países da Europa que os axiomas do neoliberalismo continuam fortes em seu objetivo maior de legitimação dos ataques sobre a classe trabalhadora e sobre o que resta das políticas de bem-estar. Nesse contexto, a “crise da dívida” surge como versão contemporânea, ou talvez como um segundo estágio, do que foi a “crise fiscal do estado”, servindo – assim como fora aquela – de pretexto para as reduções de salários e de gastos com bem-estar social que estamos vendo ao redor do planeta. É certo que ambas as “crises” passam pela questão fiscal, sendo, assim, aparentemente similares, contudo, a forma contemporânea inscrita na dívida pública é a versão da “crise fiscal” do estado em tempos de financeirização da economia e de aprofundamento da crise capitalista.

III

Muitas das análises que se debruçam sobre temas financeiros partem do suposto que a chamada economia fictícia – numa distinção, não livre de problemas teóricos e empíricos, da chamada economia real – se desenvolve numa esfera mais um menos autônoma em relação à produção material. Uma determinada leitura

dos escritos do próprio Marx conduz a essa interpretação na medida em que, para ele, o processo de valorização do capital financeiro não era um processo econômico *stricto sensu*. Por exemplo, o retorno sobre o que ele chamava de capital portador de juros era “consequência de um contrato legal especial” (Marx, [1894] 1991, p. 470). Nessa linha de argumentação, a esfera financeira estaria localizada na superestrutura capitalista, da qual faria parte, por exemplo, o que Marx chamou de “superestrutura do crédito” ([1894] 1991, p. 570).

Outro ponto em que o pensamento marxiano sugere a separação entre a economia fictícia e a produção material está no conceito de acumulação primitiva. Conceito que Marx deixou para desenvolver na última seção do primeiro volume de *O capital*, ou seja, para depois de ter discutido exaustivamente o processo de acumulação capitalista – o que não poderia ser diferente, pois definir acumulação primitiva pressupunha uma conceituação de acumulação capitalista. Para Marx, a disponibilidade de capital nas mãos dos capitalista precedia o próprio modo de produção capitalista: “o movimento completo [do capital] parece girar infinitamente em um círculo do qual podemos sair apenas se assumirmos uma acumulação primitiva que precede a acumulação capitalista; uma acumulação que não é resultado do modo capitalista de produção, mas o seu ponto de partida” (Marx, [1890] 1990, p. 873). E como mecanismo que considerava “uma das mais poderosas alavancas de acumulação primitiva”, Marx assinalou justamente a dívida pública, que, como pelo toque de uma vara de condão, dota dinheiro improdutivo de capacidade reprodutora e assim transforma-o em capital, sem forçá-lo a expor-se às dificuldades e riscos inseparáveis do seu emprego na indústria ou mesmo na usura. Os credores do estado nada dão de fato, pois a soma emprestada é transformada em títulos públicos, facilmente negociáveis, que continuam funcionando em suas mãos exatamente como se fossem dinheiro vivo (Marx, [1890] 1990, p. 919).

Alguns anos mais tarde Rosa Luxemburgo retomaria essa questão, concedendo, no entanto, importância maior aos processos não econômicos ao localizá-los não apenas na origem do capitalismo, mas ao lado do seu próprio desenvolvimento. Para Luxemburgo, o processo histórico de acumulação de capital tinha dois aspectos que, somente tomados em conjunto, poderiam levar à compreensão da trajetória histórica do capitalismo. O primeiro era o “processo puramente econômico” da “transação entre capitalista e trabalhador assalariado”; o segundo envolvia “as relações entre capitalismo e modos não-capitalistas de produção”, dos quais os métodos predominantes eram a “política colonial, um sistema internacional de *empréstimos* (...) e a guerra” (Luxemburg, [1913] 2003, p. 432; grifo meu).

Tanto a abordagem de Marx como a de Luxemburgo foram criticadas por David Harvey, para quem não seria correto restringir os processos com características de acumulação primitiva às origens do capitalismo, como fizera Marx, nem localizá-los no exterior do capitalismo, como fez Luxemburgo. Para Harvey, “todas as características de acumulação primitiva que Marx mencionou permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (2003, p. 121). No sentido de demarcar essa atualidade e, principalmente, diferenciar os atuais processos do caráter originário de acumulação presente no conceito de Marx, Harvey desenvolve o con-

ceito, aplicável aos nossos dias, de acumulação por despossessão⁶⁸:

“Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O *sistema de crédito e o capital financeiro* se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização [sic], domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a *promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida*, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de *manipulações do crédito e das ações* – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (...) Mas temos de examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação [sic] em épocas recentes” (Harvey, 2003, pp. 122-123; grifos meus).

A análise de Harvey lança luz sobre uma realidade empírica que escapou à teoria econômica marxiana quando esta foi colocada num nível de abstração tal que delineou uma espécie de “tipo ideal”⁶⁹ do modo de produção capitalista. Mas isso em nada diminui a capacidade de explicação daquela teoria, mesmo nos dias de hoje, que, marcados pelo capitalismo monopolista, diferem do capitalismo concorrencial da época estudada por Marx. No entanto, assim como essa delimitação teórica se fez necessária no pós-Segunda Guerra diante dos fatos – capitalismo monopolista –, nos dias de hoje é imperioso notar, como faz Harvey e fez Luxemburgo, que o capitalismo é atravessado por métodos não capitalistas de acumulação, destacadamente aqueles desenvolvidas na esfera financeira.

Essa constatação nos conduz a pistas que apontam para o argumento que desenvolvi na seção anterior, qual seja, o da inexorabilidade das crises do modo de produção capitalista que, contudo, demandam formas de enfrentamento para a continuidade do processo de acumulação. O que se coloca aqui é uma hipótese controversa, mas nem por isso inverossímil, de que o capitalismo não é capaz de sustentar-se – ou de adiar sua derrocada – sem a existência de modos não capitalistas de produção. Evidências importantes que vão ao encontro dessa suposição são as formas e destinos que assumem os capitais acumulados nos países centrais que, sem alternativas domésticas suficientemente lucrativas, são deslocados para os diferentes cantos do planeta. Esses deslocamentos assumem formas diversas, que podem ser capitalistas em essência ou podem assumir contornos pré-capitalistas. Num ponto

68 A tradução para a língua portuguesa de Harvey (2003) emprega o termo espoliação, cujo significado, entendo, não é tão preciso quanto ao dado pelo termo despossessão, que me foi sugerido por João Peschanski.

69 “Quanto mais vastas são as relações que se devem expor (...), tanto mais a sua apresentação sistemática e global num sistema conceitual e mental se aproximará do tipo ideal” (Weber, [1904] 2001, p. 143).

intermediário, empregam mão-de-obra remunerada em níveis inferiores aos necessários para reprodução da força de trabalho, prática comum, por exemplo, em países asiáticos ou latino-americanos.

Ao lado da escravidão e do colonialismo, que assumem formas diversas e adaptadas às tecnologias contemporâneas, outra forma pré-capitalista que ampliou sua importância como meio de acumulação é o endividamento. Sua capacidade de drenar riquezas assumiu contornos dramáticos nos dias atuais, marcados pela expansão financeira da economia. Dramas que se revelam com maior intensidade, como nos casos da Grécia ou Espanha à beira do colapso, ou de menor gravidade, embora altamente significativo, como foi a disputa política em torno da elevação do teto da dívida pública dos Estados Unidos em meados de 2011. No caso brasileiro, o drama oculta-se na aparência da estabilidade dada por um aparato institucional montado para proteger o capital-dinheiro emprestado ao estado e que, por meio justamente deste último, se apropria de parcela significativa da riqueza social. Tal proteção se dá à custa de severas restrições fiscais que repercutem em profundas privações materiais impostas a maioria da população pobre que não tem alternativa ao estado para obter serviços de educação e saúde. E tudo isso em nome da compra de confiança por parte dos capitalistas emprestadores. Como bem diz Harvey, “no caso de um conflito entre a integridade do sistema financeiro e o bem estar de uma população, o estado neoliberal irá optar pela primeira” (2006, p. 27).

As principais políticas macroeconômicas que se consolidaram no Brasil desde os preparativos do Plano Real, passando pelo seu colapso no início de 1999, e que se estendem até os nossos dias, mostram um quadro nítido de favorecimento à fração financeira do capital. Em outro momento destaquei três dessas políticas que tiveram justamente esse objetivo (Bin, 2011). A desvinculação de receitas da união (DRU) e os fundos de emergência ou estabilização que ela sucedeu, a assim chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e o artifício contábil do *superávit* fiscal primário formam, em seu conjunto, um aparato institucional de proteção aos créditos e rendimentos que, respectivamente, a finança concede ao, e obtém do, estado brasileiro. A DRU livra parte significativa das receitas tributárias federais dos embaraços – aos olhos da finança, sublinhe-se – constitucionais postos por obrigatoriedades de gastos com educação, saúde ou assistência social. A LRF define despesas estatais que devem ser contidas, como os gastos com pagamento de pessoal, e despesas que não podem sofrer qualquer tipo de contingenciamento, o que se aplica aos serviços da dívida pública. As metas de superávit fiscais primários e as subsequentes realizações de déficit nominais reforçam essa tese. Some-se a esse aparato o fundamentalismo do controle inflacionário cujos métodos premiaram a finança ao multiplicar os preços dos seus ativos financeiros pelas taxas de juros reais dentre as mais altas do planeta.

IV

O argumento aqui desenvolvido de forma breve aponta para a constatação de que o pensamento econômico hegemônico pouco serve para além de legitimar receituários que partem do pressuposto que a “crise da dívida”, bem como a própria existência da dívida, seriam *causas* de uma situação econômica que, a considerar pelo que vê-se hoje,

em especial na Europa, não dá sinais imediatos de recuperação. No entanto, a tal “crise da dívida”, e o próprio endividamento que a antecede, considerado esse mesmo contexto sócio-econômico, são, de fato, *consequências* de uma estrutura maior, de uma crise maior. Numa palavra, não há que falar-se em “crise da dívida” sem antes falar-se de *crise do capital*.

Mas se por um lado a dívida pública e a dificuldade de servi-la decorrem de uma estrutura econômica incapaz de escapar à sua tendência à estagnação, por outro, essa mesma dívida tem sido funcional para a fração financeira do capital em seus objetivos de acumulação. A despeito de toda a modernidade técnica e “científica” em que se baseiam as operações desenvolvidas na esfera das finanças, o que ali se revela em termos substantivos são marcas tipicamente pré-capitalistas de acumulação. Com isso, o “moderno” mundo das finanças em geral, e a figura da dívida pública em particular, revelam o quanto de pré-moderno há nas estruturas de repartição da riqueza produzida pelo trabalho na sociedade contemporânea.

Referências

- Arrighi, G. (1994). *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. London: Verso.
- Bin, D. (2011). Capitalist state and class character of macroeconomic policies in the Brazil post-real. *106th ASA Annual Meeting* (pp. 1-21). Las Vegas: American Sociological Association.
- Burawoy, M. (2009). *The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press.
- Duménil, G., & Lévy, D. (2001). Costs and benefits of neoliberalism. A class analysis. *Review of International Political Economy*, 8 (4), 578-607.
- Foster, J. B., & Magdoff, F. (2009). *The great financial crisis: causes and consequences*. New York: Monthly Review.
- Harvey, D. (2003). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2006). *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London: Verso.
- Harvey, D. (2010). *The enigma of capital: and the crises of capitalism*. New York: Oxford University Press.
- Luxemburg, R. ([1913] 2003). *The accumulation of capital*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Marx, K. ([1890] 1990). *Capital: a critique of political economy (Vol. 1)*. London: Penguin.
- Marx, K. ([1894] 1991). *Capital: a critique of political economy (Vol. 3)*. London: Penguin.
- O'Connor, J. (2002). *The fiscal crisis of the state*. New Brunswick: Transaction.
- Przeworski, A. (1998). Deliberation and ideological domination. In J. Elster (Ed.), *Deliberative democracy* (pp. 140-160). Cambridge: Cambridge University Press.
- Weber, M. ([1904] 2001). A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In M. Weber, *Metodologia das ciências sociais, parte 1* (4 ed., pp. 107-154). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

“Dívida pública: processos, crise e participação popular”

Maria Lucia Fattorelli

Miriam Ayala

Rodrigo Ávila

A exposição sobre o problema da dívida pública, por seu caráter fortemente técnico, exige que de início se faça um esclarecimento dos conceitos básicos envolvidos na questão.

A dívida pública abrange empréstimos contraídos pelo Estado junto a instituições financeiras públicas ou privadas, no mercado financeiro interno ou externo, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos. No Brasil, a dívida pública federal pode ser formalizada por meio de contratos celebrados entre as partes, ou por meio da oferta de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Teoricamente, a dívida pública é classificada como dívida interna ou dívida externa, de acordo com a localização dos seus credores e com a moeda envolvida nas operações. Assim, a dívida interna seria a dívida contraída em moeda nacional junto a residentes no país, enquanto que a dívida externa corresponderia à parcela contraída em moeda estrangeira junto a residentes no exterior.

Do ponto de vista histórico, é muito importante estudar a evolução dessas duas dívidas de forma separada, inclusive porque dívidas privadas têm sido contabilizadas como parte da dívida externa dos países.

Porém, atualmente, diante da ausência de restrições ao ingresso e saída de moedas internacionais no Brasil por meio do sistema bancário – o que convencionalmente se chama de liberdade de movimentação de capitais – esses conceitos precisam ser revistos, pois, na prática, bancos e instituições estrangeiras compram títulos da dívida “interna”, e o Brasil vem emitindo títulos da dívida externa em moeda nacional (reais).

Outro esclarecimento importante é o fato de que a dívida externa varia de acordo com o tipo de credor, podendo ser multilateral (dívida com o FMI, Banco Mundial e outros organismos multilaterais); bilateral (dívida com outros países ou bancos públicos de outros países), ou comercial (dívida com bancos privados internacionais).

Durante um longo tempo, acreditou-se que a parcela mais relevante da dívida externa seria a dívida com organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial e o FMI, devido ao extremo poder exercido por tais organismos em assuntos internos estratégicos. Contudo, investigações recentes realizadas durante a CPI da Dívida Pública (2009/2010), derrubaram esta tese, pois mostraram que, historicamente, os bancos privados internacionais sempre foram os maiores credores da dívida externa brasileira.

O endividamento público deveria ser utilizado para financiar necessidades coletivas de forma restrita e transparente. A questão fundamental a ser respondida é justamente sobre o verdadeiro papel da dívida: ela tem servido como instrumento de financiamento do Estado ou um instrumento do poder financeiro que utiliza a dívida como um mecanismo de transferência de recursos do setor público para o setor financeiro privado?

Uma análise histórica nos permite vislumbrar que a resposta tem se aproximado mais da segunda alternativa.

Na década de 1970, a dívida pública serviu para absorver liquidez internacional decorrente do excesso de moeda decorrente do fim da paridade ouro/dólar e da elevação do preço do petróleo. Os bancos privados internacionais canalizaram esse excesso de moeda aos países de Terceiro Mundo, oferecendo taxas de juros aparentemente baixas, de cerca de 5 a 6% ao ano, porém vinculadas à variação das taxas internacionais Prime e Libor. Nesse período, observou-se um rápido crescimento do endividamento de países subdesenvolvidos, a maioria sob ditaduras militares.

No final da década de 1970, os mesmos bancos credores que comandavam o FED e a Associação de Bancos de Londres promoveram a elevação unilateral das taxas de juros (Libor e Prime), o que impactou fortemente os compromissos externos assumidos tanto pelo setor público como pelo setor privado, dando início a uma longa e perniciosa crise financeira a partir de 1982. Essa crise abriu espaço para a atuação do FMI e suas recomendações de planos de austeridade fiscal, além de impor a renegociação das dívidas que haviam sido contraídas junto a bancos privados internacionais mediante a sua transferência para o Banco Central. Essas negociações ocorreram em Nova York, sem o respaldo do Congresso Nacional, em “acordos” que estabeleceram condições extremamente onerosas, cláusulas ilegais e comissões de diversas espécies. As investigações recentes demonstraram que houve transformação de dívidas privadas em dívida do Banco Central, sem a devida conciliação de cifras.

A década de 80 ficou conhecida como a década perdida, pois o país se transformou em exportador de capitais, tendo o seu desenvolvimento paralisado devido à enorme sangria de recursos perpetrada pelo endividamento externo.

Em seguida, nos anos 1990, foram criados outros mecanismos financeiros de transferência de capital do setor público para o setor financeiro privado, por meio do endividamento.

O evento mais escandaloso foi o Plano Brady, que converteu a dívida conformada nos “acordos” com bancos privados da década de 80 em títulos negociáveis nos mercados internacionais. O país não recebeu um centavo sequer, embora grande propaganda tenha sido divulgada acerca desse plano. Investigações têm revelado indícios de que a dívida com bancos se encontrava em grande parte prescrita, pois vários bancos, liderados pelo Citicorp, já haviam inclusive dado baixa dessas dívidas em seus balanços contábeis. O Plano Brady ressuscitou essa dívida e sequer observou o baixo valor de mercado que era aplicado em negociações de frações da mesma em mercados secundários.

Os bônus Brady emitidos foram aceitos como moeda para a compra de empresas estatais estratégicas e lucrativas que foram submetidas ao processo de privatizações a partir de 1996, aprofundando ainda mais os danos ao patrimônio nacional.

Com a implantação do Plano Real em 1995, a liberdade de movimentação de capitais combinada com as elevadas taxas de juros, alavancou o crescimento da dívida interna, além de propiciar a transformação de dívida externa em dívida interna.

A dívida externa continuou crescendo devido a acelerada emissão de bônus “soberanos” que se destinaram a pagar juros e amortizações de dívidas anteriores.

A partir de 2000, teve prosseguimento a utilização do endividamento como mecanismo de transferência de recursos público ao setor privado, por meio de recompra antecipada de títulos da dívida externa com pagamento de elevado ágio que chegou a 70% em determinada operação; pagamento antecipado ao FMI (que cobrava juros de 4% a.a.) com emissão de dívida interna (que à época era vinculada à Selic de 19,3% a.a.), promovendo-se a transformação de dívida externa em “interna”.

Adicionalmente, a partir de 2003 se promoveu a introdução das denominadas “cláusulas de ação coletiva – CAC”, que representam grave submissão aos interesses dos bancos privados internacionais, que são os maiores detentores dos títulos da dívida pública brasileira, tanto interna quanto externa.

Verificou-se o aprofundamento do aparato legal de privilégios para dívida e o crescimento exponencial da dívida interna, com a utilização de artifícios – dívida “líquida”, juros “reais”, por exemplo - que escondem a gravidade da situação.

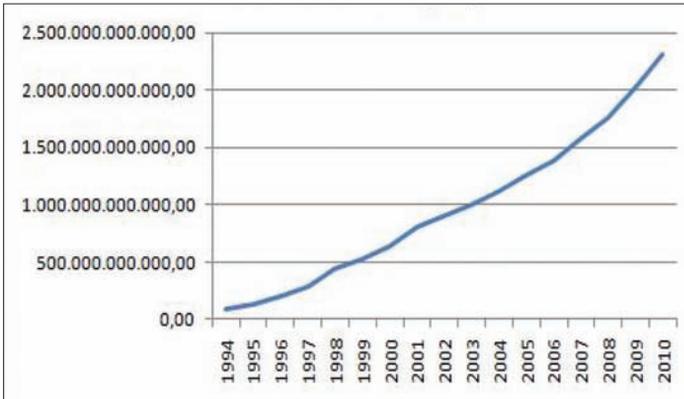
Essa reconstrução histórica pode ser vislumbrada nos gráficos abaixo, que mostram a evolução do endividamento brasileiro:

Dívida Externa (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Setor Externo - Quadro 51 e Séries Temporais - BC

Dívida Interna (R\$)



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro 35

Durante a década de 1980, diversas investigações foram conduzidas destacando-se as comissões parlamentares abaixo expostas, cujos relatórios finais estão disponíveis na página da Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidada.org.br):

Relatórios resgatados pela assessoria à CPI/2009	Parlamentares e Resultados
<p>CPI da Câmara dos Deputados destinada a “<i>apurar as causas e conseqüências da dívida brasileira e o Acordo com o FMI</i>”.</p> <p>Instituída pelo Requerimento Nº 8/83. Instalada em 16/08/1983.</p>	<p>Presidente: Dep. Alencar Furtado</p> <p>Relator: Dep. Sebastião Nery</p> <p>Relatório Final aprovado em setembro de 1984</p>
<p>Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa, destinada a “<i>examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno</i>”.</p> <p>Instituída pelo Requerimento nº 17, de 1987. Instalada em 14/04/1987.</p>	<p>Presidente: Senador Carlos Chiarelli</p> <p>Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso</p> <p>Relatório Final aprovado em 23 de agosto de 1989</p>
<p>Comissão Mista destinada “<i>ao exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento brasileiro, para cumprir a missão constitucional – Art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</i>”.</p> <p>Instalada em 11/04/1989.</p>	<p>Presidente: Dep. Waldeck Ornelas</p> <p>Relator: Senador Severo Gomes</p> <p>Relatório Parcial aprovado em 9 de agosto de 1989</p> <p>Relator: Dep. Luiz Salomão</p> <p>Parecer Final apreciado em 5 de setembro de 1989, NÃO VOTADO</p>

O trecho abaixo, do relatório parcial elaborado pelo Senador Severo Gomes na comissão de 1989, destaca a gravidade dos fatos observados até então, e que foram ignorados :

“Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos... Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem bríos poupados, inerte e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores ... Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei ... em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos.”

O relatório final da mesma comissão, de autoria do Deputado Luiz Salomão, enumerou diversas irregularidades e sugeriu as medidas abaixo para enfrentar a questão:

- Reduzir o montante da dívida externa, deduzindo-se do principal consignado pelos bancos que emprestaram a juros flutuantes o excedente, avaliado em simulações feitas pelo Banco Central, que variavam de 34 a 62 bilhões de dólares, na época;
- Retomar as investigações e os processos judiciais tendentes a recuperar as perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos;
- Responsabilizar penalmente os responsáveis internos e os cúmplices externos;
- Repatriar as divisas evadidas clandestinamente.

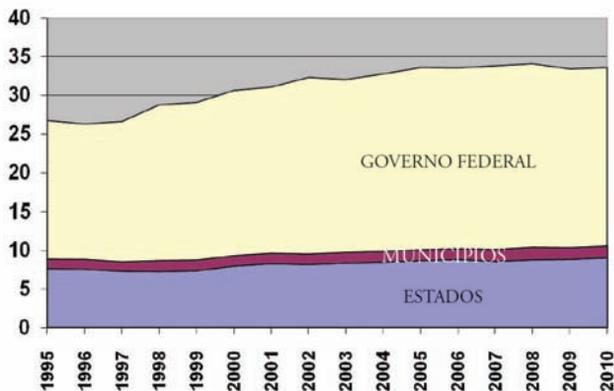
O relatório final da comissão jamais foi votado e, conseqüentemente, nenhuma das medidas chegou a ser implementada. O deputado Luiz Salomão expôs a situação que culminou na inação estatal:

“Manobras impediram que o relatório fosse votado na Comissão Mista. (...) Sem o apoio da maioria da Comissão, o parecer foi levado a exame do Plenário do Congresso.

(...) Os partidos majoritários na Câmara e no Senado optaram pela omissão.”

A situação calamitosa observada em nível federal se reproduz de maneira igualmente grave nos estados federados. Nesse caso, ela é piorada pelo fato de o governo federal concentrar a arrecadação fiscal, reduzir transferências legais para as unidades da federação e subtrair as receitas dos entes federados para o pagamento de dívidas renegociadas pela União a partir de 1996. Com isso, faltam recursos para investimentos sociais e abre-se a porta para a imposição de reformas neoliberais: reforma da previdência, privatizações, redução de serviços públicos, entre outras. O gráfico a seguir mostra a concentração dos recursos na União, que provoca uma dependência cada vez maior dos entes federados:

Carga Tributária por Esfera de Governo (% do PIB)



Fonte: Secretaria da Receita Federal e CONFAZ. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Os Estados brasileiros encontram-se altamente endividados. Isso se deve principalmente aos impactos da política monetária adotada pelo governo federal, baseada na prática de elevadas taxas de juros que desde o início da década de 90 passou a impactar fortemente as obrigações dos entes federados. A responsabilidade da União pelo nível de endividamento dos Estados foi reconhecida pelo relatório final aprovado na recente CPI da Dívida Pública, realizada entre 2009 e 2010 na Câmara dos Deputados, aprovado pela base do governo e pelo PSDB:

“30. O comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo governo federal, foi afetado de maneira decisiva pela política de juros reais elevados implantada após o Plano Real e tornou inevitável um novo programa de refinanciamento, desta vez em caráter definitivo.”

A partir de 1996, foi implementado programa de saneamento dos bancos estaduais (PROES), vinculado ao programa de refinanciamento das dívidas estaduais.

A gênese desses programas se encontra fundamentada em Carta de Intenções ao FMI, de dezembro de 1991:

“24. Um ambicioso programa de privatizações que deverá render aproximadamente US\$ 18 bilhões foi iniciado em outubro de 1991, com a venda da USIMINAS – uma lucrativa siderúrgica que é a maior da América Latina...

26. Para facilitar um maior fortalecimento das finanças públicas, em outubro o Executivo submeteu ao Congresso propostas de mudanças institucionais que procuram fazer modificações na distribuição de receitas tributárias entre os governos federal, estadual e municipal para 1992 e 1993, a proibição de novas emissões de títulos de dívida pelos estados e um programa de reestruturação de dívida no qual o governo federal vai assumir as dívidas dos estados em troca de um programa de ajuste de 2 anos que vai facilitar a reestruturação dos gastos dos estados;”

As condições do programa de refinanciamento de dívidas colocado em prática

estabeleceu onerosas condições e até mesmo espécies ilegais, como o anatocismo:

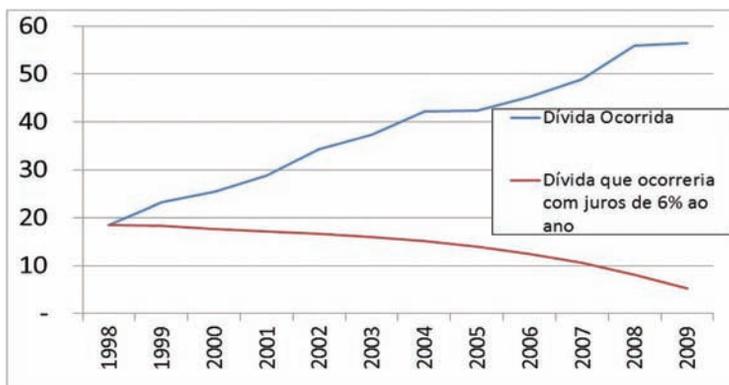
Art. 3º da Lei 9.496/1997: *Os contratos de refinanciamento de que trata esta Lei serão pagos (...) observadas as seguintes condições:*

I - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa mínima de seis por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

II - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do IGP-DI...

Adicionalmente, embora a atualização monetária houvesse sido abolida pelo Plano Real, aplicou-se, aos contratos, índice para atualização da dívida dos estados equivalente ao IGP-DI, calculado por uma instituição privada – Fundação Getúlio Vargas –, acrescido de uma remuneração extra de 6 a 7,5%, o que significa uma remuneração nominal exorbitante que está sendo paga pelos estados à União. O gráfico abaixo, referente à dívida do Estado de Minas Gerais, mostra o impacto da adoção de tais índices:

Simulação com juros de 6% ao ano: Juros iguais aos cobrados pelo BNDES das empresas privadas dívida contratual de Minas Gerais – R\$ bilhões



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida, a partir de dados coletados pelo SINDIFISCO, e disponíveis em:

<http://www.sindifiscomg.com.br/cartilhas/Cartilha/cartilha.pdf>, pág 41

O argumento do governo federal para não rever os valores do endividamento dos estados resume-se à alegação de que a redução do pagamento dos estados comprometeria as finanças federais. Na verdade, ela comprometeria o pagamento da dívida pública federal aos bancos, tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei 9.496/1997:

A receita proveniente do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos estados e ao Distrito Federal, nos termos desta Lei, será integralmente utilizada para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Isso significa que a solução para o problema da dívida dos estados passa tam-

bém pela auditoria da dívida federal.

Esse imenso privilégio histórico da dívida sobre todos os gastos sociais, tem sido viabilizado por uma superestrutura legal, que tem por início a própria Constituição Federal:

Art. 166, § 3º, II, “b” - *As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários (...) excluídas as que incidam sobre serviços da dívida”.*

Por essa norma, os gastos federais com a dívida não necessitam ter suas fontes de receita especificadas, como deve ser feito com todos os outros gastos. Paira, sobre tal dispositivo, acusação de fraude em sua inclusão no texto constitucional sem votação, conforme estudo publicado “Anatomia de uma Fraude à Constituição”⁷⁰.

O privilégio ao mecanismo de endividamento também é referendado pela legislação ordinária:

- Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 – obriga o administrador público a cumprir metas fiscais, ainda que isso signifique cortes em serviços essenciais e criminaliza o administrador público que não cumprir o pagamento da dívida pública.
- Sistema de Metas de Inflação – imposto pelo FMI em acordo datado de 1998, que prevê elevação da taxa básica de juros e o “enxugamento” de moeda por meio de Operações de Mercado Aberto. Esse regime de metas de inflação tem viabilizado a troca de dólares especulativos que ingressam no país em busca dos maiores juros do mundo por títulos da dívida “interna”, gerando imensos prejuízos ao país.
- Lei 9.530/1997 – impõe que os lucros das estatais distribuídos ao governo devem ser destinados ao pagamento da dívida.
- Lei 9.496/1996 – impõe que o montante pago pelos Estados à União a título de juros e amortizações de suas dívidas deve ser destinado ao pagamento da dívida federal.
- MP 435/2008 e 450 – que desvinculam recursos orçamentários de outras áreas para o pagamento da dívida pública.

Com isso, perpetua-se um sistema que beneficia principalmente aos grandes bancos, que ano após ano registram lucros recordes, enquanto a grande parcela da população brasileira é excluída do acesso aos direitos sociais e sobrevive de migalhas, como o bolsa-família, em um dos países mais ricos do mundo – pois atualmente o Brasil é a 6ª. maior economia mundial - carente de políticas sociais efetivas, capazes de promover emancipação.

O Equador deu uma lição de soberania ao mundo ao instalar, em 2007, Comissão de Auditoria Oficial (CAIC), criada pelo Decreto no. 472.

70 <http://www.cic.unb.br/~pedro/trabs/fraudeac.html>

Concluídos os trabalhos no final de 2008, o Presidente Rafael Correa submeteu os relatórios a crivo jurídico, devido aos graves indícios de ilegalidade e ilegitimidade descobertos durante as investigações, todos devidamente fundamentados em provas e documentos.

No início de 2009, o presidente equatoriano publicou proposta soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030. Nada menos que 95% dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais, representando uma economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos.

Essa economia nos gastos com a dívida está permitindo aumento anual em gastos sociais, principalmente Saúde e Educação, além de investimentos reais.

Essa atitude soberana tem sido exemplo para todo o mundo, pois provou a importância do instrumento de auditoria da dívida realizada com participação cidadã nacional e internacional.

Conclusão⁷¹

O processo de endividamento precisa ser completamente auditado, de forma transparente que garanta a participação cidadã.

É necessário mirar a experiência equatoriana e enfrentar esse endividamento que amarra a maioria dos países do mundo, submetendo os povos a contínuas crises que geram danos econômicos, ambientais e sociais cada vez mais graves.

O primeiro passo é a mobilização social consciente, empoderada de conhecimentos e ciente de seus direitos, lutando e reivindicando para que sejam corrigidos os rumos em direção a tempos de Justiça e Solidariedade.

71 Os demais temas debatidos no mini-curso estão contemplados em outros artigos que fazem parte deste livro, não cabendo repetir. A apresentação das telas em power-point completa está disponível na página da Auditoria Cidadã da Dívida www.auditoriacidada.org.br

REPERCUSSÃO DO SEMINÁRIO NA IMPRENSA

O Seminário Internacional foi divulgado na grande imprensa, o que contribuiu para a difusão do tema no país, conforme ilustram os seguintes trechos de algumas notícias sobre o evento.



CORREIO BRAZILIENSE | ECONOMIA
Brasília, quarta-feira, 3 de outubro de 2012

CAPA | BRASIL / ECONOMIA / POLÍTICA | CIDADES-DF | MUNDO | DIVERSÃO E ARTE | DIVIRTA-SE | MENSALÃO | CORREIO DIGITAL | SUPERESPORTES | EU, ESTUDANTE | VIDEO | ÁUDIO | GALERIAS | BLOGS E C

A- | A+ | TAMANHO DA LETRA | ENVIAR | IMPRIMIR | CORRIGIR

(0) Comentários Votação: ☆☆☆☆☆

Deputada grega diz que seu país sofre preconceito econômico na Zona do Euro

Victor Martins

Publicação: 06/10/2011 07:58 Atualização:

Enquanto a Grécia vivia, ontem, mais um dia de caos e a população enfrentava a polícia nas ruas devido à crise da dívida nacional e das limitações dos direitos trabalhistas e sociais, a deputada grega Sofia Sakorafa discursava na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília. A parlamentar denunciou o que classificou de “apartheid econômico” entre os países centrais e os periféricos da Europa. Em um evento que reuniu entidades e economistas da América Latina, ela defendeu uma auditoria da dívida pública de seu país e aconselhou que, do lado de cá do Atlântico, também seja feito o mesmo, a fim de evitar surpresas desagradáveis.

Sofia foi convidada de um seminário internacional que tinha como objetivo debater formas de combater ou amenizar a crise financeira. A deputada afirmou que os problemas vividos na Grécia não foram causados apenas pelos gregos. Ela culpou também o sistema político e econômico da Zona do Euro. Pregauiça: “Precisamos mudar a forma como o mundo tem visto os gregos nesta crise. Não somos preguiçosos, somos trabalhadores”, afirmou. “Esta crise não é oriunda apenas do sistema financeiro. Também tem como causa a corrupção”, disse.

Os participantes do evento fizeram coro à deputada e defenderam a criação de comitês de auditoria para a dívida pública dos países. Marcelo Carcanholo, professor de economia da Universidade Federal Fluminense, destacou que o Brasil tem todas as condições de enfrentar a crise e que, com as ferramentas certas, qualquer país pode superar os problemas atuais. “Por mais limitada que as políticas monetária e econômica sejam, sempre é possível fazer algo frente às crises. Se não dá para dissipá-las, dá para protelar ao máximo seus efeitos. No Brasil, nós nos gabamos de não termos mais dívida externa e esquecemos de olhar para a interna, que tem crescido expressivamente”, alertou.

ValorInveste

A opinião independente



Home



Blogs



Ferramentas

Casa das Caldeiras

04/10/2011 ÀS 16H09

Postado por: [Angela Bittencourt](#) Seção: [Crise financeira](#)

Compartilhar: [f](#) [t](#) [in](#) [g+](#)

Crise por quem entende

Os latino-americanos entendem de crise financeira como ninguém e isso deverá ser demonstrado nos próximos três dias durante um evento peculiar: o III Seminário Internacional Latino-americano “Alternativas de Enfrentamento à Crise”.

Um elenco de 23 entidades de classe – entre elas o Sindicato dos Funcionários do Banco Central, a Auditoria Cidadã da Dívida e o Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo – patrocinam o seminário que acontecerá em Brasília e pretende discutir mecanismos formais de proteção da América Latina contra a crise financeira global.

JOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail E-mail Grátis **Notícias** Esporte Entretenimento Mult

OL Notícias · Economia

mas ▾ | Ciência | Cotidiano | **Economia** | Eleições 2012 | Internacional | Jornais | Política | Saúde | Tab

Empreendedorismo
Empresas
Empregos
Finanças Pessoais
Calculadoras
Câmbio
Fundos
Índices Econômicos
Bulas Financeiras
Investimentos
Perfil do Investidor
Imposto de Renda
Últimas Notícias

05/10/2011 - 13h10

Deputada grega diz que América Latina pode ensinar seu país a superar crise

Da Agência Câmara

Onde estou? UOL Economia » Últimas Notícias

Tamanho da letra Compartilhe Imprimir Comunicar e

A deputada grega Sofia Sakorafa afirmou nesta quinta-feira (6) que seu país precisa olhar para nações latino-americanas e aprender a superar as crises do capitalismo e do chamado neoliberalismo.

"Os olhares do mundo estão virados para a Grécia. E eu digo que o olhar do povo grego está virado para qualquer lugar do planeta onde se manifestam propostas e sugestões", afirmou.

congressoemfoco Novo recorde no Congresso em 200 mil visitas! <http://t.co/eN09>
Jornalismo para mudar

Notícias Opinião Espaço do leitor Legislação Concursos Quem somos Revista

Início » Opinião » Fórum » O que está por trás da crise econômica global

O que está por trás da crise econômica global

"Nada menos que 59% da população reprova a atual política de juros (os maiores do mundo), que faz com que metade do orçamento da União seja destinada ao pagamento da dívida pública"

POR CONGRESSO EM FOCO | 05/10/2011 07:00
CATEGORIA(S): FÓRUM

+1 0 Curtir 3 Tweetar 0 + COMPARTILHAR IMPRIMIR

Maria Lucia Fattorelli *

Na semana em que a crise global se espalha e a Grécia é colocada de joelhos sob a imposição dos programas de ajuste do FMI, a Auditoria Cidadã da Dívida e o Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM) realizam, com o apoio de mais de 30 entidades, o Seminário Internacional "Alternativas de Enfrentamento à Crise" nos dias 5, 6 e 7 de outubro, em Brasília.

UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail Notícias Esporte Entretenimento Mult

BR PETROBRAS Ministério de Minas e Energia BRASIL PAÍS RICO E PAÍS SEM RIQUEZA

Quarta, 03 de Outubro de 2012

BUSCA OK

BABEL NOTÍCIAS ENTREVISTAS ESPECIAIS PERFIS OPINIÃO

SOFIA SAKORAFÁ | PARLAMENTAR, ATIVISTA E EX-ATLETA 15/10/2011 - 09h10 | João Novaes | Brasília

Deputada e ex-atleta se coloca na linha de frente pela auditoria da dívida na Grécia

Clique para assinar ou ligue (11) 3512-0424

Os melhores textos da mídia independente

Tweet 7 Like 2 +1 0

Quando abandonou uma carreira ligada ao atletismo para candidatar-se à uma vaga no Parlamento da Grécia, a ex-recordista mundial no lançamento de dardos Sofia Sakorafa acreditava que poderia fazer mais do que a maior parte dos atletas que se arriscam na política, o jogo humano mais complexo e perigoso do que qualquer modalidade esportiva. Pois já em sua atividade anterior, mostrava ser uma

Carta Maior www.cartamaior.com.br

Quarta-Feira, 03 de Outubro de 2012

Principal Especial Fórum Social Mundial English | Español | Français | Português

Busca: OK

Cadastro: somos 75505

Receba nosso boletim diário com análises e reportagens. Clique aqui para se cadastrar

Campanha de recadastramento Boletim CARTA MAIOR

CIDADES EM TRANSE Conflições Políticas e Sociais AMÉRICA DO SUL OS RUMOS DA INTEGRAÇÃO Comissão da Verdade A esquerda na América Latina

facebook twitter Carta Maior

Blog do Emir

Economia | 06/10/2011 | Copyleft

Verde para Impressão Envie para um amigo



Países devem US\$ 41 tri; Equador inspira grupos por auditoria na UE

No Brasil, europeus revelam que, em países com crise de dívida, já se articulam comitês em defesa de auditoria e moratória. Equador é exemplo, diz Eric Toussaint, do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo. Segundo ele, dívida global chega a US\$ 158 tri, 25% de governos. Deputada grega diz que mídia esconde experiência equatoriana.

André Barrocal

BRASÍLIA – Países europeus que enfrentam crises da dívida pública, como Grécia, Portugal, Itália, Irlanda e Espanha, já assistem à criação de comitês em defesa de auditoria e moratória dos débitos. Os articuladores buscam inspiração na América do Sul, particularmente no Equador, cujo governo fez uma auditoria e, depois disso, conseguiu elevar os gastos sociais.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara | Deputados | Atividade Legislativa | Documentos e Pesquisa | Notícias | Transparência | Responsabilidade

Você está aqui: Página Inicial > Notícias > Agência Câmara de Notícias > Economia > Especialistas defendem

Agência Câmara de Notícias

Administração Pública | Agropecuária | Assistência Social | Cidades | Ciência e Tecnologia | Comunicação | Consumidor | Direito e Justiça | Direitos Humanos | Economia | Educação e Cultura | Esportes | Indústria e Comércio | Meio Ambiente | Política | Relações Exteriores | Saúde | Segurança | Trabalho e Previdência | Transporte e Trânsito | Turismo

INTERAÇÃO

Facebook | Fale conosco | Widget | Twitter

OUTROS VEÍCULOS

Banco de Imagens | Jornal da Câmara | Rádio Câmara | TV Câmara

Boletim eletrônico Cadastre-se | Agenda e cobertura do dia | Notas sobre discursos | Bate-papos | Enquetes

06/10/2011 15:47

Especialistas defendem auditoria da dívida pública brasileira

Palestrantes afirmaram nesta quinta-feira (5) que a realização de uma auditoria na dívida pública brasileira pode ajudar no combate aos reflexos nacionais da crise econômica mundial. As manifestações foram feitas durante o seminário "Especulação e Crise Financeira, Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública", realizado pelas comissões de Finanças e Tributação; de Direitos Humanos e Minorias; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

A coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, afirmou que o Brasil precisa fazer auditoria de sua dívida pública como forma de rever a política monetária e fiscal e o modelo econômico nacional.

"É o instrumento para desmascarar o que acontece no mundo inteiro: é uma ferramenta para jogar luz no processo", afirmou. Ela elogiou a criação de comitês de auditoria cidadã nos países europeus que estão sofrendo mais os efeitos da crise mundial, como Grécia, Portugal e Espanha.

Pagamento de juros

Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), citados por Maria Fattorelli, o Brasil gastou 45% (R\$ 635 bilhões) do Orçamento de 2010 para pagar juros e amortizações da dívida pública. A entidade calcula a dívida interna brasileira em R\$ 2,3 trilhões.

Para o ex-ministro do Desenvolvimento Econômico do Equador Pedro Paez, a auditoria é crucial e fundamental para birar anomalias e irregularidades da dívida. "Temos de atacar as raízes do problema", afirmou.

Segundo ele, é necessária uma nova arquitetura financeira dos países latino-americanos para afastar a crise mundial da região. Ele considera necessário que Brasil, Uruguai e Paraguai ratifiquem a criação do Banco do Sul como um sistema de compensação de pagamentos e rede de segurança financeira alternativas ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Anulação da dívida

O presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Eric Toussaint, defendeu também a anulação da dívida externa de países do chamado Terceiro Mundo, incluídos os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

"O total da dívida pública externa dos países do Terceiro Mundo é apenas 1% da dívida global mundial. Uma anulação dessa dívida externa é uma gota no oceano das dívidas mundiais", disse Toussaint. Segundo ele, a dívida total mundial chega a 158 trilhões de dólares.

Equador

A auditoria realizada pelo governo do Equador de sua dívida externa, em 2007, e a moratória de 70% dessa dívida são exemplos a serem seguidos, segundo os presentes.

Para o deputado Ivan Valente (PsoL-SP), um dos autores do requerimento do debate, o exemplo do Equador foi positivo por ter sido uma atitude de governo de fazer varredura de contratos e provar a ilegalidade da dívida. "Foi um exemplo de que é possível fazer auditoria da dívida sem que o terrorismo de mercado seja feito."

Segundo os participantes de audiência, auditoria da dívida pode ajudar no combate aos reflexos da crise econômica mundial.

Gustavo Lima



Câmara Hoje



Telejornal com a cobertura dos principais acontecimentos do dia na Câmara. Saiba mais...

Câmara Hoje - 19h - 6 de outubro de 2011

06/10/2011 17:10 - duração: 00:19:26



 **Baixar padrão**
320x240

 **Enviar este vídeo**

Incorporar:

```
Object  
id="MediaPlayer"  
width="320"  
height="240"
```

Para assistir ao vídeo, você precisa ter instalado o **Windows Media Player** (ou **VLC**).
Ao baixar e usar o vídeo, você automaticamente declara estar de acordo com o **Termo de Uso**.

Destaque para as medidas de combate à crise econômica e o debate sobre a dívida pública. A proibição de castigos corporais em crianças e o descarte de pilhas velhas são outros assuntos da edição.